



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA NA RÚSSIA
CONTEMPORÂNEA: A NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE EM FACE DO
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

Priscila Carolina Pellens Zanutto Duarte

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu/PR
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA NA RÚSSIA
CONTEMPORÂNEA: A NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE EM FACE DO
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

Priscila Carolina Pellens Zanutto Duarte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais sob orientação do Professor Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu/PR
2024

PRISCILA CAROLINA PELLENS ZANUTTO DUARTE

**O PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA NA RÚSSIA
CONTEMPORÂNEA: A NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE EM FACE DO
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais sob orientação do Professor Dr. Ramon Blanco de Freitas

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas – UNILA

Prof. Mamadou Alpha Diallo – UNILA

Prof. Gilberto Carvalho de Oliveira – UFRJ

Foz do Iguaçu/PR

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P386p

Pellens, Priscila Carolina.

O processo de busca por segurança ontológica na Rússia Contemporânea: a narrativa biográfica dominante em face do conflito russo-ucraniano / Priscila Carolina Pellens. - Foz do Iguaçu, 2024.

143 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Ramon Blanco de Freitas.

1. Narrativa (Retórica). 2. Guerra - Ucrânia - Rússia. 3. Biografia. 4. Ontologia. I. Freitas, Ramon Blanco de. II. Título.

CDU 94(470)

Aos meus pais e ao meu marido, por todo apoio e
por sempre acreditarem em mim

AGRADECIMENTOS

Concluir um trabalho do nível de uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil, mas deve ser definitivamente mais árdua caso não se tenha pessoas amadas com quem se possa contar. Eu tenho o privilégio de ter as melhores companhias ao meu lado, sem as quais não teria conseguido concluir essa jornada.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Maria e Vicente, e ao meu irmão, Felipe, por sempre me incentivarem e apoiarem na realização de todos os meus sonhos.

Sou muito grata aos meus sogros, Mari e Roberto, por me acolherem em Foz como parte da família, antes mesmo de eu ser de fato parte dela, e fazerem eu me sentir em casa.

Sem o carinho e o suporte constantes do meu marido, Lucas, esse trabalho também não seria possível. Tê-lo ao meu lado todos os dias com certeza fez com que eu não me sentisse solitária na rotina de escrita, principalmente com por seus cafés e piadas que ajudavam a quebrar a monotonia.

Também agradeço muito aos professores da banca, Gilberto e Mamadou, que me acompanharam desde a qualificação, e contribuíram com comentários e sugestões excelentes, os quais me auxiliaram a melhorar o trabalho e chegar até esta versão final.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador Ramon, pela paciência e pelos ensinamentos valiosos que me fizeram evoluir muito como pesquisadora, fazendo-me buscar aprender e me aprimorar sempre mais.

Sou infinitamente grata a cada um de vocês, os quais, cada um a sua maneira, acreditaram no meu potencial e no meu trabalho, incentivando-me a ir cada dia mais longe e jamais desistir de lutar pelos meus sonhos.

RESUMO

O estudo tem como objeto a relação entre identidade e segurança, por meio do conceito de segurança ontológica. Esta consiste na posse de um senso consistente do eu, reafirmado por outros, que se constrói por meio de relações rotinizadas com atores importantes e da criação de narrativas autobiográficas. Através do caso russo, pretende-se compreender o processo de busca por segurança ontológica, a partir da análise das narrativas biográficas predominantes no período contemporâneo, de modo a identificar as principais temáticas, bem como seu impacto na legitimação da ação estatal internacional. Objetiva-se investigar em que medida questões internas, de cunho identitário, têm influenciado a política externa da Rússia contemporânea. A partir da análise interpretativa da narrativa biográfica dominante, construída como instrumento de busca por segurança ontológica, pretende-se analisar quais cursos de ação são tidos como apropriados e aceitáveis, para então observar como as ações russas com relação a Ucrânia (2014-atual) foram representadas na narrativa, o que pode iluminar as razões e as possibilidades futuras para o conflito. Metodologicamente, utiliza-se o método de análise de narrativa de documentos e discursos oficiais, de caráter qualitativo-interpretativo. Os resultados indicam que a identidade, refletida na narrativa biográfica construída, tem um papel central no processo de busca por segurança ontológica, impactando as percepções e ações externas da Rússia. Ainda se evidencia a confirmação do argumento de pesquisa, desvelando que as percepções e as ações da Rússia no conflito com a Ucrânia têm se pautado em uma lógica de busca por segurança ontológica, mostrando-se altamente congruentes com a narrativa dominante. O estudo contribui com a agenda de pesquisa em segurança ontológica por meio da integração e esquematização dos desenvolvimentos recentes na literatura, bem como pela proposição da operacionalização teórica do processo de busca por segurança ontológica por meio da análise de seis dimensões da narrativa biográfica (temporal, espacial, material, emocional, relacional e normativa). O trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórico-metodológica para a análise. O segundo objetiva reconstituir a narrativa biográfica russa contemporânea, com foco no período de 2012 até 2023, com base no modelo teórico desenvolvido. Já o terceiro visa analisar como os discursos oficiais do chefe de estado russo descrevem o conflito russo-ucraniano, iniciado em 2014, na narrativa biográfica russa e como esse evento tem afetado o processo de busca por segurança ontológica, com foco no impacto da identidade na formação da percepção e das respostas.

Palavras-chave: análise de narrativa; conflito russo-ucraniano; narrativa biográfica; Rússia contemporânea; segurança ontológica.

ABSTRACT

The study focuses on the relationship between identity and security, through the concept of ontological security. This consists of the possession of a consistent sense of self, reaffirmed by others, which is built through routinized relationships with important actors and the creation of autobiographical narratives. Through the Russian case, the aim is to gain an understanding of the process of searching for ontological security, by analyzing the biographical narratives prevalent in the contemporary period, to identify the main themes, as well as its impact on the legitimization of state action. The purpose is to investigate the extent to which internal identity issues have influenced contemporary Russian foreign policy. Based on an interpretative analysis of the dominant biographical narrative, constructed as an instrument in the search for ontological security, the objective is to analyze which courses of action are considered appropriate and acceptable, in order to observe how Russia's actions in relation to Ukraine (2014-present) have been represented in the narrative, which can shed light on the reasons and future possibilities for the conflict. Methodologically, the method used is narrative analysis of official documents and speeches, of a qualitative-interpretative nature. The results indicate that identity, reflected in the biographical narrative constructed, plays a central role in the process of ontological security-seeking, influencing Russia's perceptions and external actions. There is also evidence that support the confirmation of the research argument, revealing that Russia's perceptions and actions in the conflict with Ukraine have been based on a logic of ontological security-seeking, proving to be highly congruent with the dominant narrative. The study contributes to the scholarship on ontological security by integrating and schematizing recent developments in the literature, as well as by proposing the theoretical operationalization of the process of searching for ontological security through the analysis of six dimensions of the biographical narrative (temporal, spatial, material, emotional, relational and normative). The work is structured in three chapters. The first presents the theoretical and methodological basis for the analysis. The second seeks to reconstitute the contemporary Russian biographical narrative, covering the period from 2012 to 2023, based on the theoretical model developed. The third analyzes, interpretatively, how the official speeches of the Russian head of state describe the Russian-Ukrainian conflict, which began in 2014, in the Russian biographical narrative and how this event has affected the process of ontological security-seeking, with the emphasis on the impact of identity on the formation of perception and responses.

Keywords: narrative analysis; Russian-Ukrainian conflict; biographical narrative; contemporary Russia; ontological security.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A TEORIA DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	28
1.1 A TEORIA DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NOS ESTUDOS SEGURANÇA INTERNACIONAL	28
1.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA	31
1.2.1 Origem	31
1.2.2 Os estudos de segurança ontológica nas Relações Internacionais: principais abordagens e suas definições	36
1.2.3 Críticas e debates na aplicação do conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais.....	48
1.3 DELINEANDO O PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA ATRAVÉS DE NARRATIVAS	57
1.3.1 Os níveis da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica.....	59
1.3.2 As dimensões da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica	61
1.4 CONCLUSÃO	71
2 A SEGURANÇA ONTOLÓGICA NA RÚSSIA CONTEMPORÂNEA (2012-2023): ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA(S) NARRATIVA(S) BIOGRÁFICA(S).....	74
2.1 A REINVENÇÃO DO EU DA RÚSSIA APÓS A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA.....	74
2.2 AS DIMENSÕES DA NARRATIVA BIOGRÁFICA RUSSA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ONTOLÓGICA	77
2.2.1 Dimensão temporal: “A Rússia tem um grande passado e um futuro tão grande quanto”..	77
2.2.2 Dimensão espacial: Rússia “como uma potência do Pacífico”.....	80
2.2.3 Dimensão material: “A Crimeia é onde nosso povo vive”.....	81
2.2.4 Dimensão emocional: “Nós devemos ser e permanecer a Rússia”	82
2.2.5 Dimensão relacional: “a Rússia foi e sempre será um Estado soberano e independente. Isto é um dado”	84
2.2.6 Dimensão normativa: “preservar a Rússia como uma civilização com identidade própria, enraizada em tradições seculares e na cultura do nosso povo, nos nossos valores e costumes”	90
2.3 A NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE E SEU IMPACTO NO SENSO SECURITÁRIO E NA POSTURA EXTERNA RUSSA	95
2.4 CONCLUSÃO	98

3 A SEGURANÇA ONTOLÓGICA DA RÚSSIA EM FACE DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO (2014-2023)	102
3.1 AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA (1991-2023).....	103
3.2 RECONSTRUÇÃO DO CONFLITO NA NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE.....	108
3.3 A NARRATIVA DO CONFLITO E A SEGURANÇA ONTOLÓGICA RUSSA 115	
3.3.1 O papel da Crimeia e de Sevastopol na segurança ontológica da Rússia.....	116
3.3.2 Os impactos do conflito nas dimensões da narrativa biográfica da Rússia ...	118
3.4 CONCLUSÃO	125
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

O estudo tem como objeto a relação entre identidade e segurança, por meio do conceito de segurança ontológica. Esta pode ser definida como uma necessidade existencial dos sujeitos de se sentir seguros em seu senso do eu e no mundo em que encontram (Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 2), relacionada com a posse de um senso consistente do eu reafirmado por outros (Zarakol, 2010, p. 3; 6). Um importante pressuposto dessa literatura é de que a esfera ontológica é tão importante à segurança do Estado quanto a física, ao ponto de poder ser priorizada em detrimento da última, para manutenção de um senso estável da identidade (Mitzen, 2006; Steele, 2008). Os principais instrumentos de busca e de manutenção da segurança ontológica são o estabelecimento de relações rotinizadas com atores importantes e a criação de narrativas biográficas (Zarakol, 2010). Por meio do estudo do caso russo, pretende-se compreender, interpretativamente, o processo de busca por segurança ontológica, a partir da análise das narrativas biográficas predominantes no período contemporâneo, de modo a identificar as principais temáticas e o seu impacto na legitimação da ação estatal internacional (Hansen, 2006; Kazharski; Kubová, 2021; Narozhna, 2021), tomando como exemplo o caso do conflito russo-ucraniano (2014-atual), como evento de política externa.

O conceito de segurança ontológica foi introduzido nos campos da psicologia e da sociologia por Ronald D. Laing e Anthony Giddens, respectivamente, posteriormente adentrando nos debates de relações internacionais com o objetivo de complementar explicações materialistas sobre segurança. Em linhas gerais, o cerne conceitual da segurança ontológica se constitui pelo foco na análise da relação entre segurança e identidade e entre identidade e resultados políticos (Kinnvall; Mitzen, 2017, p. 1–2). Como fenômeno social, a identidade é intersubjetivamente negociada, legitimada e justificada na esfera pública por meio de um processo comunicativo (discursivo) impulsionado por narrativas identitárias, funcionando como ferramenta de manutenção do senso de estabilidade do eu estatal em face da instabilidade do mundo político (Eberle; Handl, 2018, p. 2).

Trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo ilustrar a aplicação da teoria da segurança ontológica, mas não no sentido de testar as proposições teóricas de forma causal, considerando a natureza constitutiva dos pressupostos da análise interpretativa. O caso da Rússia contemporânea foi escolhido em razão de possibilitar, de forma ampla e profunda, a demonstração do enquadramento teórico e do escopo empírico da teoria (Hansen, 2006, p. 10). Entretanto, em prol da exequibilidade da análise, optou-se pela redução do escopo da análise ao período recente, iniciado no ‘segundo’ governo de Vladimir Putin, a partir de 2012. Este

período envolve o conflito com a Ucrânia, que representa um importante evento internacional contemporâneo em que a Rússia está ativamente envolvida (Dunn, 2008, p. 85–86; Siddi, 2020, p. 29–30). Além disso, aponta para uma interessante questão empírica: o comportamento russo aparentemente irracional de invadir e anexar a Criméia e, posteriormente, de invadir o território ucraniano em larga escala, a despeito da reprovação e das sanções internacionais, ações que trouxeram custos econômicos, políticos e reputacionais ao país. Inclusive, esses eventos acabaram se mostrando pivôs da deterioração da relação da Rússia com o chamado Ocidente¹ ao longo da última década e da intensificação de argumentos identitários para justificar ações de política externa. Dessa forma, o caso escolhido se mostra um ‘caso típico’ do fenômeno estudado, ou seja, possibilita o contexto ideal para identificar narrativas biográficas dominantes e, também, uma avaliação ainda mais profunda da forma que a narrativa biográfica se comporta diante de situações críticas e, em última instância, como pressupostos identitários podem influenciar o senso de segurança ontológica, mesmo que em detrimento da segurança física.

Como mencionado, estudos apontam que, desde 2012, passou-se a verificar um transbordamento de discursos internos, principalmente de cunho identitário, para o âmbito da política externa da Rússia (Freire, 2017; Hopf, 2005; Janeliūnas; Kojala, 2019; Zevelev, 2016). Ted Hopf (2005) argumenta que diferentes identidades russas produzem entendimentos diferentes de legitimidade, de modo que, a depender da construção discursiva identitária subsidiada pelo sistema político em exercício, “uma Rússia diferente está agindo no mundo”² (Hopf, 2005, p. 225 tradução da autora). Para Igor Zevelev (2016, p. 1; 4-5), o Presidente Vladimir Putin tem dado voz ao consenso da elite sobre o papel da Rússia no mundo, o qual têm fundamento no pensamento intelectual do país que remonta ao século XIX. Esse pensamento se pauta em uma ideia de excepcionalismo, ligado a uma singularidade da identidade russa, de sua história, seu tamanho, a necessidade de proteger as longas fronteiras e o senso de grande potência e berço de uma civilização singular (Janeliūnas; Kojala, 2019, p. 279; Roberts, 2017, p. 11–12; Zevelev, 2016, p. 17). Somadas à crescente percepção de ameaça do Ocidente, principalmente por causa do expansionismo oriental da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), essas ideias têm contribuído a um aumento da tensão nas relações

¹ Apesar da problemática do uso do termo “Ocidente”, em razão de sua imprecisão, será utilizado no trabalho para se referir aos Estados Unidos e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendo em vista sua ampla utilização pelos próprios atores dos estudos sobre a Rússia e pela literatura de Relações Internacionais e de Estudos de Segurança.

² No original: “a different Russia is acting in the world”.

com esses estados e a maioria dos estados pós-soviéticos³ (Roberts, 2017, p. 16; Zevelev, 2016, p. 16).

Nesse contexto, o estudo tem como objetivo principal analisar como questões internas, de cunho identitário, têm influenciado o senso de segurança ontológica da Rússia contemporânea na sua política externa. Para tanto, primeiramente, é necessário traçar um panorama da narrativa biográfica russa dominante, a partir da interpretação de discursos ou textos-chave, do período entre 2012 e 2023, de modo a identificar as principais representações e temáticas articuladas com base em seis dimensões da narrativa biográfica. Em um segundo momento, volta-se a um evento de política externa, no caso o conflito russo-ucraniano (2014- atual), para que seja possível compreender como este é representado nos discursos e em que medida foi relacionado às dimensões da narrativa biográfica anteriormente identificadas. Assim, busca-se analisar como as ações russas com relação a Ucrânia podem ser avaliadas em termos da busca por segurança ontológica, o que pode iluminar as razões e as possibilidades futuras para o conflito. Parte-se dos seguintes questionamentos: Que narrativas têm sido mobilizadas pelo chefe de estado sobre a identidade russa e, conseqüentemente, que visão de mundo elas representam? Como essa(s) narrativa(s) biográfica(s) impacta(m) a o senso de segurança ontológica e, conseqüentemente, a capacidade de agir e de lidar com mudanças? E, no conflito com a Ucrânia, como ele é representado na narrativa biográfica e qual é o leque de opções ou cursos de ação que ela possibilita, em termos de apropriação e de aceitabilidade?

Diversos fatores podem ser apontados acerca da importância desta pesquisa empírica. Primeiramente, a Rússia tem buscado se estabelecer como polo alternativo de poder *vis-à-vis* o Ocidente, pelo qual é vista como uma das principais ameaças para diferentes atores (Canadá, Reino Unido, União Europeia e os Estados Unidos, por exemplo) por buscar ampliar divisões no Ocidente e construir relações em áreas de disputa de poder, como com a África e o Oriente Médio. Além disso, tem sido ator chave no cenário de conflitos e instabilidade no Leste Europeu e no desenrolar de conflitos em andamento, como os da Síria e da Líbia (Bunde *et al.*, 2021; Freire, 2017). Por outro lado, o expansionismo da OTAN em direção às fronteiras russas e o suporte ocidental ao estabelecimento de governos “democráticos” nessa região são

³ O termo “espaço pós-soviético” é um importante lembrete da centralidade da União Soviética como um poder imperial complexo na criação das fronteiras de seus Estados sucessores, que passaram a ser soberanias independentes, e como dos territórios em que separatistas têm desafiado essas fronteiras. Assim, reconhece, simultaneamente, diferença e proximidade duradouras: “*It simultaneous named a new arrangement of sovereignty and an old familiarity, a longstanding spatial entanglement and range of geopolitical emotions*” (Toal, 2017, p. 3). Por isso, a conceituação daquele como um campo geopolítico contestado com diversos atores permite um entendimento mais rico e denso de sua geopolítica (Toal, 2017).

considerados grandes ameaças à Rússia, o que torna o uso da força altamente provável pelo Kremlin (como nos casos da Ucrânia e da Síria) (Stoicescu, 2021).

Além disso, segundo o relatório *Global Trends 2040* (2021), em razão da crescente competição por influência global e o desenvolvimento rápido de tecnologias avançadas, as dinâmicas de poder tendem a criar um ambiente geopolítico mais volátil e confrontacional, com a intensificação de medidas com vistas a desenhar normas globais, regras e instituições, o que pode ampliar o risco de conflito em questões de competição disruptiva, por meio de todas as medidas, exceto à guerra. A questão da identidade nacional tem ganho cada vez mais relevância no cenário internacional, a qual, combinada com a ressurreição de alianças, discursos extremistas e um ambiente informacional isolado, tem criado e exposto linhas de ruptura entre os estados, minando o nacionalismo civil e aumentando a volatilidade (National Intelligence Council, 2021). Apesar de as identidades não serem unificadas, dado seu caráter fragmentado e fluído, políticas populistas buscam propor margens bem definidas e fechamentos ideológicos para separar um eu unificado e um outro antagonista, visível, principalmente, no campo da política externa, com um transbordamento de assuntos domésticos à área externa e de segurança (Casula; Perović, 2019, p. 225).

Já sobre o conflito russo-ucraniano, o *Munich Security Report 2022* (Bunde *et al.*, 2022) aponta que, além de incerteza, há uma patente inabilidade por parte de norte-americanos e europeus de compreender o comportamento de Moscou e, enquanto as percepções de ameaça da Rússia na Europa têm piorado na mesma medida de sua postura reativa, percebe-se um endurecimento na posição do Ocidente, pautada por retóricas beligerantes, aplicação de sanções e estreitamento da cooperação militar e em defesa com a OTAN e os Estados Unidos. Entretanto, a chamada ‘abordagem de duas frentes’ encabeçada pelo presidente norte-americano Joe Biden antes da agressão em larga escala de fevereiro de 2022, a qual se informa por uma política de endurecimento militar combinada com o alegado comprometimento na busca de soluções diplomáticas, não se mostrou efetiva no declínio das tensões e em obstar o emprego da força pela Rússia (Bunde *et al.*, 2022).

Críticos também apontam para as contradições nas respostas ocidentais: “A ingenuidade geopolítica sobre o funcionamento dos assuntos internacionais e o pacifismo simplista, alheio às razões da guerra e da paz, são generalizados”⁴ (Umland, 2022, p. [s.n.] tradução da autora). Desse modo, a necessidade de desenvolvimento de uma abordagem

⁴ No original: “geopolitical naivety about the functioning of international affairs and simplistic pacifism oblivious of the reasons for war and peace are widespread”.

comum para lidar com a Rússia, enfatizada pelos líderes mundiais ainda no *Munich Security Report 2021* (Bunde *et al.*, 2021), e de diminuição das tensões para abertura de negociações (National Intelligence Council, 2021), que têm deteriorado o ambiente securitário global, justificam o presente estudo, com vistas a fornecer mecanismos para uma análise compreensiva do comportamento russo na cena internacional, pela ótica da segurança ontológica.

Do ponto de vista teórico, apesar de alguns estudos empregarem o conceito de segurança ontológica para analisar a política externa da Rússia, estes mantêm o foco, principalmente, na relação com países ou atores específicos e em eventos contemporâneos, de modo que não há uma investigação comparativa do senso de segurança ontológica do país ao longo do tempo, o que pode contribuir na superação de argumentos tautológicos (Zarakol, 2017). Além disso, o estudo contribui com a agenda de pesquisa em segurança ontológica por meio da integração e esquematização dos desenvolvimentos recentes na literatura, bem como pela proposição da operacionalização teórica do processo de busca por segurança ontológica por meio da análise de seis dimensões da narrativa biográfica (temporal, espacial, material, emocional, relacional e normativa).

Catarina Kinnvall e Jennifer Mitzen (2017) argumentam que a relevância da literatura de segurança ontológica nas Relações Internacionais repousa em três fatores principais. Primeiro, por oferecer uma perspectiva diferente das teorias dominantes para o estudo da segurança ao ressaltar outras formas de busca por segurança, como ações habituais ou intencionais, rotinas, discursos e comportamentos, e que a busca por segurança ontológica no mundo político pode ser tão importante quanto a física. Segundo, pelo foco na relação entre incerteza, ansiedade e a capacidade de manutenção de um senso de eu estável no contexto da modernidade e da globalização. E terceiro, por destacar que relacionamentos de naturezas diversas, sejam conflitivos ou cooperativos por exemplo, podem constituir dinâmicas de segurança ontológica (Kinnvall; Mitzen, 2017, p. 2–3).

A questão da identidade coletiva foi trazida às abordagens dominantes de Relações Internacionais no artigo *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (1992), de Alexander Wendt (Neumann, 1996, p. 165; Zehfuss, 2001, p. 315–316). Com base no construtivismo, o autor argumenta que identidades e interesses são produzidos pela interação social em condições anárquicas, em uma dinâmica de mútua constituição, e que os processos de formação de identidade têm como principal preocupação a segurança do ‘eu’ estatal (Wendt, 1992, 1999).

No campo da segurança, o princípio construtivista da construção social da realidade⁵ implica a ideia da construção intersubjetiva das relações de insegurança. Esse pressuposto é, em variados graus, compartilhado por outras abordagens críticas de segurança, como as feministas, as pós-coloniais, as pós-estruturalistas, a teoria da securitização e a teoria de segurança ontológica. Para esta última, por exemplo, há uma maior ênfase na capacidade dos atores de administrar e lidar com incertezas e a possibilidade de mudança (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 29).

No entanto, alguns estudiosos, como Ted Hopf (1998) e Maja Zehfuss (2001), entendem que o construtivismo de Alexander Wendt não se afasta tanto de alguns pressupostos das teorias dominantes das Relações Internacionais (RI), como a noção da natureza anárquica do sistema internacional, a adoção do estado como unidade de análise e o foco em questões sistêmicas (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 23). O conceito antropomórfico de estado adotado por Wendt deixa de capturar a natureza instável e contestada das identidades, as quais dependem de contínua (re)articulação, e desconsidera a própria construção da subjetividade dos estados (Zehfuss, 2001, p. 335–339). Como acentua Hopf (1998), a identidade dos estados não é produto apenas da relação com outros estados, mas também da política interna, a qual tanto constrange como possibilita a identidade, os interesses e as ações externas de um estado (Hopf, 1998, p. 194–195), questão que até é reconhecida mas não abordada por Wendt (1998, p. 11).

Em razão disso, fala-se na existência de duas vertentes principais do construtivismo nas RI e nos estudos de segurança: uma convencional, pautada no pensamento de Wendt⁶; e outra crítica (Cho, 2012, p. 300). O estudo parte de uma abordagem construtivista crítica, advogada por David Campbell (1998) e Jutta Weldes *et al.* (1999), segundo a qual os processos de construção identitárias e de produção de insegurança são tidos como mutuamente

⁵ As abordagens construtivistas são heterogêneas e, no mínimo, partem do princípio da construção social da realidade, desenvolvido por Peter L. Berger e Thomas Luckmann em *The Social Construction of Reality* (1991). Significa que, como seres sociais, os seres humanos coexistem em sociedade, ou seja, compartilham um senso comum de realidade, sendo a compreensão do mundo influenciada por convenções e instituições sociais pré-existentes e mediada por formas de aprendizado, principalmente a linguagem. Esse processo impacta na formação das identidades individuais, as quais são forjadas no contexto social, em razão da adoção, consciente e inconsciente, de normas e convenções sociais, pelo chamado processo de socialização. A autoidentidade individual, assim, é fruto de processos paralelos e contínuos de interação intersubjetiva e de formação identitária, os quais ocorrem por meio da comunicação e da interação entre os indivíduos (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 17–18).

⁶ Em síntese, o construtivismo convencional, representado por Alexander Wendt (1999) e Peter J. Katzenstein (1996), mantém o foco nos estados e nas relações militares (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 23). O conceito de identidade costuma ser aplicado em sua faceta externa, servindo de ligação entre as estruturas externas e os interesses dos atores, refletindo, conseqüentemente, em seu comportamento externo (Jepperson; Wendt; Katzenstein, 1996, p. 52–54; Katzenstein, 1996, p. 23–26).

constituídos, não dados naturais ou pré-determinados (Cho, 2012, p. 301). Questiona-se a presunção do estado como único objeto referente da segurança, indo além da teorização de Wendt, que trata os estados como atores unitários que possuem uma única identidade e conjunto de interesses. Entende-se que essa presunção deriva de um contexto histórico específico, o que permite compreender os estados como comunidades humanas, formadas a partir de um processo complexo, desigual e, muitas vezes, violento, de formação e institucionalização (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 24–25). Como argumenta Campbell (1998, p. 12), estados são entidades fechadas, mas em constante processo de tornar-se (*process of becoming*), o que, conseqüentemente, permite sua compreensão como ‘comunidades imaginadas’ (Anderson, 2008, p. 32–34).

Partindo do pressuposto de que as narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, metodologicamente, o estudo será conduzido por uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo, que tem como foco práticas específicas de produção de sentido dos atores sob determinado contexto, passíveis de acesso por meio da interpretação (Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 4). Dessa forma, busca-se interpretar os eventos nos termos das compreensões dos atores de seus próprios contextos, sem o intuito de identificar questões de causalidade, no caso, o processo da busca por segurança ontológica por meio da criação de narrativas biográficas pelo estado russo (Schwartz-Shea; Yanow, 2013).

A narrativa pode ser definida “como a narração de uma sucessão de eventos”⁷ (Shenhav, 2015, p. 17 tradução da autora). De acordo com Patterson e Monroe (1998, p. 315 tradução da autora), elas podem ser entendidas como “[...] as maneiras pelas quais construímos fatos díspares em nossos próprios mundos e os entrelaçamos cognitivamente para dar sentido à nossa realidade”⁸. Assim, sua principal característica é a de ordenação significativa dos eventos de forma a criar uma estória coerente e autossuficiente, com começo, meio e fim (Franz, 2022, p. 762).

São quatro os elementos-chave de uma narrativa: 1) estórias: sequência cronológica dos eventos e dos personagens⁹ envolvidos; 2) texto: modo pelo qual a estória é circunscrita-apresentada; 3) narração: processo de comunicação-repetição da estória; e 4) multiplicidade: relato das estórias ou variações da mesma estória em diferentes meios de reprodução (oral,

⁷ “[...] as the narration of a succession of events”.

⁸⁸ “[...] the ways in which we construct disparate facts in our own worlds and weave them together cognitively in order to make sense of our reality”.

⁹ No âmbito social, os personagens podem não ser necessariamente indivíduos, mas grupos de pessoas ou valores e ideias abstratos personificados (como democracia, paz, liberdade). Seu papel depende da forma que são caracterizados na estória (Shenhav, 2015, p. 25–26).

visual ou escrito) (Shenhav, 2015, p. 16). Apesar de a narrativa ser um todo integral, a identificação desses elementos serve de mecanismo metodológico à sua análise (Shenhav, 2015, p. 17).

Parte-se do pressuposto que as narrativas não apenas representam eventos, mas têm um poder transformativo sobre as perspectivas e as ações, através do *emplotment*. Trata-se da criação de um *plot*, ou seja, os padrões na ordenação e na ligação entre os eventos, além de como estes padrões são mantidos ao longo do tempo, considerando a necessidade de integração de novos eventos à narrativa (Rumelili; Çelik, 2017, p. 7). Por funcionarem como descrições autobiográficas do narrador, as narrativas biográficas vivem sob constante disputa política, razão pela qual são essenciais na identificação de um conceito de ‘eu’ de um sujeito, pois utilizam o passado para guiar e explicar o presente e o futuro (Shenhav, 2015, p. 4).

As narrativas biográficas são constituídas por narrativas sociais, ou seja, histórias compartilhadas, em variados graus, por grupos, e reproduzidas na esfera social (Shenhav, 2015, p. 17). No caso de coletividades, como estados, as ‘histórias nacionais’ costumam ser identificadas em um corpus de texto eclético, contido em diferentes fontes, como cerimônias nacionais, memoriais, documentos oficiais, materiais escolares, monumentos nacionais, jornais, etc. (Shenhav, 2015, p. 25). São fruto de uma dinâmica de multiplicidade, ou seja, de um processo de reprodução social, de forma oral, visual ou escrita, que pode ocasionar variações ao longo do tempo, o que garante a circulação e a integração das narrativas na arena social (Shenhav, 2015, p. 18).

Por isso, as narrativas estão intimamente ligadas às dinâmicas de poder, pela sua natureza de constituição da realidade, sendo assim inerentemente contestados (Weldes *et al.*, 1999, p. 18). Construções de realidade refletem, promulgam e reificam determinadas relações de poder, ou seja, possibilitam ou limitam determinadas ações e significados que passam a constituir o conhecimento e o senso comum. Assim, quando construções particulares e interessadas passam a ser tratadas como reflexos da realidade, acabam deixando de ser debatidas (Weldes *et al.*, 1999, p. 17). Entretanto, certos discursos são mais poderosos e, conseqüentemente, passíveis de aceitação e de serem tidos como legítimos, em razão da posição de poder institucional de seu interlocutor, como é o caso dos representantes oficiais do estado, que também passam a ser os principais agentes na constituição de inseguranças e identificação de ameaças, como autoridade primária (Weldes *et al.*, 1999, p. 17–18). Dessa forma, “os discursos dominantes, especialmente os do Estado, tornam-se e permanecem

dominantes, em parte devido às relações de poder que os sustentam”¹⁰ (Weldes *et al.*, 1999, p. 18 tradução da autora). Por serem fontes poderosas na (des)motivação da ação política, as narrativas acabam privilegiando e moldando determinados resultados, conquanto são abertas à interpretação, mas seu efeito atrativo depende da emergente conexão entre narrador e audiência (Nesbitt-Larking, 2017, p. 571).

Assim, a análise do processo de reprodução social de significado e de mudança pode ser melhor capturada por meio das narrativas mestras ou dominantes, que consistem em “estruturas de conhecimento e experiência socialmente incorporadas e amplamente compartilhadas que são compreendidas e comunicadas na forma de histórias”¹¹ (Nesbitt-Larking, 2017, p. 571 tradução da autora). De forma geral, elas refletem ou evoluem de princípios gerais ou perspectivas socioculturais, como uma espécie de “narrativa sobre outras narrativas” (Shenhav, 2015, p. 25 tradução da autora). Além disso, Ejodus (2020a, p. 23) aponta que narrativas-mestras sustentam nações ao definir os parâmetros acerca da continuidade do eu através do tempo e do espaço, criando uma história que se desdobra desde tempos imemoriais até o presente e em direção a um futuro distante, atrelada a um espaço específico.

Apesar de as narrativas dominantes poderem coexistir com outras narrativas sociais, elas geralmente obscurecem, marginalizam ou excluem as divergentes e, em razão desse caráter normativo, acabam moldando, parcialmente, o desenvolvimento espaço-temporal das narrativas particulares. “Ao fazer isso, apresentam uma determinada sequência de eventos e os personagens nela envolvidos como a maneira ‘real’, ‘normal’ ou de ‘senso comum’ de ver a realidade social”¹² (Shenhav, 2015, p. 77–78 tradução da autora). Dessa forma, interferem na percepção individual e coletiva da realidade social, criando laços de pertencimento e de identidade ao tratar de questões como a origem e o futuro de um grupo, as quais servem de parâmetro à interpretação dos eventos presentes (Shenhav, 2015, p. 10). Por isso, desempenham o papel de uma espécie de ideologia, no sentido de apropriações parciais interessadas de uma cultura ampla, a qual serve para sistematizar o conhecimento e a compreensão, de modo a justificar e sustentar os interesses de determinado grupo social e a tornar aceita essa visão promovida (Nesbitt-Larking, 2017, p. 572).

¹⁰ No original: “Dominant discourses, especially those from the state, thus become and remain dominant in part because of the power relations sustaining them”.

¹¹ No original: “Master (or Grand or Meta-) narratives are socially embedded and broadly shared frameworks of knowledge and experience that are understood and communicated in the form of stories”.

¹² No original: “In doing so, it presents a certain sequence of events and the characters involved therein as the “real,” the “normal,” or “common sense” manner of seeing social reality”.

A análise narrativa permite capturar mudanças ao longo do tempo, por ser uma forma de representação dinâmica que serve de parâmetro ao enquadramento da narrativa biográfica, na medida que envolve tanto atos de seleção, como de criativa interpretação e fusão (Berenskötter, 2014; Patterson; Monroe, 1998). Outrossim, a narrativa biográfica “proporciona às comunidades um senso de estar no mundo, situando-as em um espaço vivenciado e em um espaço imaginado, ordenado a partir de um lugar específico e delineado por meio de horizontes de experiência e de possibilidade, respectivamente”¹³ (Berenskötter, 2014, p. 269 tradução da autora). Tais narrativas coletivas servem como estruturas duradouras que orientam e dão sentido à existência espaço-temporal do ator, ou seja, contextualizam o “eu” no passado, no presente e no futuro, do ponto de vista temporal; assim como dão orientação espacial às experiências, atando-as a territórios, paisagens ou cidades particulares, o que gera senso de pertencimento e de ordem (normativa, cognitiva e emocional). No entanto, as fronteiras desse conhecimento não delimitam e constroem a existência do “eu”, de modo que podem ser melhor compreendidas como horizontes, na medida em que “um eu em desenvolvimento se aventura em um caminho que vem de e leva para lugares/espacos que não são fixos nem claramente definidos, pois estão sendo revelados”¹⁴ (Berenskötter, 2014, p. 276 tradução da autora).

Por outro lado, nesse processo de formação identitária, a linearização do tempo, com o estabelecimento de fronteiras e de eventos fundacionais, que se relaciona a própria natureza seletiva das narrativas, pode encobrir políticas problemáticas e violentas (Franz, 2022, p. 762). Por isso, o foco em narrativas dominantes, apesar de ser problemático por suprimir as narrativas marginalizadas no nível individual e coletivo, é justificável porque, mesmo quando contestadas, elas funcionam como ponto de referência estável, mesmo não sendo fixas, que provê determinado grau de continuidade também àqueles que as contestam (Rumelili; Çelik, 2017, p. 7). Além disso, é por meio do uso dessas narrativas que os atores políticos buscam criar uma compreensão compartilhada do mundo, de outros atores políticos e da política, de modo a aumentar seu poder e legitimidade (Miskimmon; O’Loughlin; Roselle, 2017, p. 1). Portanto, através da interpretação dessas narrativas, busca-se entender como a Rússia se autodescreve em sua narrativa biográfica, com relação a si mesma e aos outros atores, o que

¹³ No original: “[...] provides communities with a sense of being in the world by situating them in an experienced space and an envisioned space, ordered from a particular place and delineated through horizons of experience and of possibility, respectively”.

¹⁴ No original: “[...] an unfolding Self ventures on a path that comes from and leads to common places/spaces which are neither fixed nor clearly defined, they are being disclosed”.

possibilita a compreensão do processo de busca por segurança ontológica e, em última instância, como a identidade influencia o comportamento na esfera internacional.

Como ressaltado, a perspectiva temporal terá como foco o período recente, com foco no último termo do presidente Vladimir Putin, ou seja, a partir de 2012 até 2023. A pesquisa será realizada por meio da técnica de levantamento bibliográfico, para seleção de artigos científicos e outras obras de referência ligadas ao problema de pesquisa, e de pesquisa documental, com a consulta de discursos (transcrições) e documentos oficiais, produzidos, preferencialmente, no período de análise (Gil, 2009; Hansen, 2006; Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Parte-se da identificação de múltiplas fontes (cenários, atores, arquivos, eventos, períodos e/ou textos) relevantes para compreensão do fenômeno sob análise, sendo essencial a consideração da questão de acesso. A seguir, busca-se “mapear” o campo de estudo de modo a obter “exposição” ao maior espectro de fontes que apontem aos diversos significados elaborados sobre o objeto de pesquisa, no caso para identificação e seleção dos documentos que refletem os diferentes pontos de vista dos atores sobre os eventos sob análise (Schwartz-Shea; Yanow, 2013).

A seleção das referências a serem utilizadas se dará, primeiramente, por meio da leitura exploratória do resumo de artigos científicos, livros e relatórios especializados, bem como a descrição de documentos e outras fontes digitalizadas, em prol da identificação e exposição às fontes relacionadas ao tema de pesquisa, seguida de leitura seletiva e, por fim, de leitura analítica integral das selecionadas, conforme o alinhamento ao recorte adotado. Serão acrescentadas outras fontes frequentemente citadas nas obras selecionadas, por integrarem o corpo fundacional da temática sob análise. Os “textos-chave”, serão identificados considerando os seguintes critérios: (1) articulação clara de identidades e políticas; (2) amplamente lidos ou assistidos; e, no caso das fontes oficiais, (3) ter autoridade formal para definir uma posição política (Hansen, 2006, p. 76).

O *corpus* de fonte consiste, majoritariamente, em fontes primárias, como discursos, declarações e artigos dos chefes de estado, por constituírem o discurso oficial¹⁵, encontrados nos seguintes arquivos eletrônicos: *Internet Archive* e sítio do *Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation* e do *Kremlin*. A análise de discursos públicos oficiais se coaduna com o objetivo de pesquisa, na medida em que permite identificar as narrativas biográficas

¹⁵ O discurso de política externa oficial é aquele pelo qual a ação estatal é legitimada, o qual é essencial na compreensão das relações políticas e sociais dentro e fora das fronteiras estatais. É centrado em líderes políticos e autoridades oficiais para sancionar as políticas externas perseguidas, bem como aqueles com papel central na execução dessas políticas (pessoal militar de alta patente, servidores civis seniores e chefes de instituições internacionais, p. ex.) (HANSEN, 2006).

dominantes que são articuladas na espera pública. Além disso, por serem textos e discursos públicos, de fácil acesso, contribuem com a transparência da pesquisa (Siddi, 2017, p. 30).

Por outro lado, o foco nos discursos dos representantes dos mais altos escalões de poder do estado pode resultar em uma análise que deixa de refletir a complexidade do processo de construção da narrativa biográfica, que sofre influência de uma ampla gama de atores sociais, desde aqueles inseridos em outras esferas de poder como da sociedade civil (empresários, mídia, instituições, especialistas e população em geral). Entretanto, uma análise mais ampla se mostraria inviável, não somente com relação ao acesso de materiais como por questões de tempo e escassez de recursos para pesquisa. Por outro lado, o *corpus* escolhido permite compreender o principal agente na formulação política estatal, principalmente em âmbito externo, o que se coaduna com o objetivo de pesquisa (Siddi, 2017, p. 31). Como ressalta Edwin Bacon (2012, p. 3), apesar de as narrativas políticas públicas poderem não ser amplamente aceitas pelo público além dos atores políticos-narradores, elas, em si mesmas, permitem uma compreensão holística das motivações e ações do ator político.

A análise tem cunho interpretativo e busca identificar componentes identitários embutidos nos discursos selecionados após o mapeamento e exposição, sem o intuito de oferecer um explicação causal, mas de reconstituir como a narrativa é usada para informar uma determinada ação estatal a partir de uma sensibilidade hermenêutica (Hansen, 2006; Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 113; Steele, 2008, p. 2). Metodologicamente, ela se pautará pela análise da combinação dos elementos-chave estória e texto. Sobre o estudo da estória, primeiramente, é feita a reconstrução interpretativa dos eventos (acontecimentos) e dos personagens ou atores, integrando-os em uma ordem cronológica, a qual permitirá a identificação de um panorama geral da narrativa biográfica, com destaque às principais temáticas articuladas nas seis dimensões da narrativa biográfica (Shenhav, 2015, p. 20–21; 27). Esse processo envolve a codificação dos textos com base nas seguintes categorias: personagens ou atores (agente); cenário, ambiente ou espaço (cena); conflito ou ação (ato); e resolução ou objetivo (propósito), conforme ilustra a Tabela 1, abaixo. A identificação das categorias leva em consideração as dimensões da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica (temporal, espacial, material, emocional, relacional e normativa) e os conceitos subjacentes (rotinas, emoções [ansiedade, caos, vergonha, autoestima, etc.], memórias, visões, espaços ônticos e *status*).

Tabela 1: Esquema de codificação das estórias.

Agente	<ul style="list-style-type: none"> a. Quem são os <i>personagens/atores</i> principais? (status/motivos) b. Como é caracterizado o <i>eu/outro</i>?
---------------	---

	c. O que/quem causa <i>ansiedade</i> ?
Cena	a. Como o material retrata o <i>espaço, as relações intersubjetivas e a temporalidade</i> ?
Ato	a. Quem/o que é percebido como uma <i>situação crítica/ameaça</i> ? b. Como é representada a <i>situação crítica/ameaças</i> ? c. As ações são coerentes com a narrativa biográfica ou elas geram <i>vergonha</i> ?
Propósito	a. Qual a solução para a <i>situação crítica</i> ? b. As <i>rotinas</i> e/ou narrativas mudaram ou permanecem as mesmas? c. A <i>memória</i> foi <i>securitizada</i> em favor da segurança ontológica?

Fonte: Gråby (2022, p. 23, adaptado e traduzido pela autora).

Como demonstra a Tabela 1, acima, primeiro, analisa-se como o eu é retratado na narrativa, com base nas experiências passadas (memórias) e as imagens de ‘eus futuros’ ou possibilidades futuras de existência (visões), observando-se a conotação emocional dada as representações (positivas ou negativas) e a existência ou não de ansiedade. A seguir, o foco é em como o ambiente e as relações são descritos, com base nos significados imbuídos aos espaços (centro, ordem e horizonte) e a forma pela qual o mundo é organizado, emocional e normativamente. Em terceiro lugar, no ato ou conflito se visa identificar a forma pela qual situações críticas e ameaças são representadas. E, por fim, o propósito se destina à identificação de como se pretende solucionar o conflito (Gråby, 2022, p. 22–23).

A análise das estórias permite a compreensão das construções cognitivas, ou seja, o suposto desenrolar dos eventos, como padrões preconcebidos, que geram expectativas nos indivíduos. Isso ocorre devido ao fato de narrativas sociais trazerem a mesma estória de forma recorrente em diferentes textos, passando a ser um importante meio de reforçar as relações de um grupo ou como estratégia de recordação (quando o passado é usado para explicar o presente e o futuro) (Shenhav, 2015, p. 22–23). Estórias recorrentes sobre coletividades como nações costumam ser marcadas pela ‘auto-narração’, que se relaciona ao fato de serem “contadas pela nação para a nação sobre a nação”. Apesar de referenciar eventos históricos, nem sempre sua representação é acurada, pois visam também a criação de uma identidade compartilhada. Esse aspecto de seletividade de eventos, personagens e pontos de vista mostra sua importância tanto como meio de preservar e manter memórias coletivas como, também, de esquecimento, através do silenciamento e deleção de determinados aspectos (Shenhav, 2015, p. 23–24).

A incorporação do contexto à análise permite capturar como o texto se relaciona à realidade social subjacente, dialogando com questões histórico, políticas e culturais

(SHENHAV, 2015, p. 84). Outra questão importante a ser considerada na análise se relaciona ao caráter normativo das narrativas, que permite com que certas narrativas adquiram predominância ou projetam senso comum através da inter-relação entre vários textos, isto é, pela intertextualidade (Shenhav, 2015, p. 73–74).

Para tanto, considerando o elemento textual da narrativa, busca-se a ligação intertextual através das diferentes fontes, para compreender a produção de sentido sobre certo conceito, ideia ou controvérsia (nos termos locais). O conceito de intertextualidade, de Kristeva (1980), acentua como os textos se situam dentro e contra outros textos; referem-se entre si na construção de suas identidades e políticas; apropriam-se e/ou revisam o passado; e constroem autoridade pela leitura e citação de outros (Hansen, 2006). Essa rede de conexões pode ser estabelecida pelo uso de citações, alusões, metáforas, referências diretas ou indiretas e semelhanças estruturais, ou de forma mais abstrata, a partir do diálogo estabelecido entre os textos e a sociedade e cultura em geral (Shenhav, 2015, p. 74). Permite-se, assim, “[...] procurar a dimensionalidade, a ambiguidade e as possíveis contradições que possam surgir de um exame amplo das evidências, [...] que leva às ‘espessuras da interpretação’”¹⁶ (Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 86 tradução da autora), além de propiciar a identificação de outras fontes relevantes (Hansen, 2006). A Tabela 2 sumariza as formas de intertextualidade.

Tabela 2: Formas de intertextualidade

Intertextualidade	Conexões Intertextuais
Explícita	Citações Referências
Implícita	Fontes secundárias Conceitual Frase de efeito

Fonte: Hansen (2006, p. 51, adaptado e traduzido pela autora).

Outra técnica empregada é a análise do predicado, que busca a identificação dos termos que definem ação, estado ou qualidade do sujeito, os servem para distinguir os sujeitos de e em relação um com os outros (processo de outridade) e estruturar as distinções relacionais, que organizam, tornam distinções particulares coerentes e servem de moldura para a definição de certas identidades subjetivas (Milliken, 1999; Siddi, 2017, p. 27). Então, serão identificados os termos (predicados) que indicam uma clara construção do “Outro” e do “Eu”, por meio de

¹⁶ No original: “[...] look for the dimensionality, ambiguity, and possible contradictions that might arise from broad examination of evidence, [...] that leads to the ‘thicknesses of interpretation’”.

signos justapostos que se ligam para constituir relações de semelhança ou de diferenciação, os quais costumam ser usados para rotular os atores sociais de formas positivas ou negativas (Hansen, 2006; Milliken, 1999; Siddi, 2017, p. 27).

Após o procedimento de análise, procede-se a interpretação dos significados identificados, com referência ao modelo teórico adotado, de modo a responder à pergunta de pesquisa. A confiabilidade da pesquisa se informa por uma sensibilidade hermenêutica, com a busca de lógica e de coerência explicativa dos argumentos. Esta se dá através da consistência das evidências através de diferentes fontes, do engajamento entre interpretações conflitivas e da coerência lógico-argumentativa (Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 108–109).

No que tange à transparência do processo analítico e a problemática dos vieses, de acordo com Kevin Dunn (2008, p. 91–92), a qualidade e, conseqüentemente, a validade da análise interpretativa se liga a dois fatores: a existência de dados que dão suporte aos argumentos construídos; e a coerência lógica das conclusões, que conferem razoabilidade as respostas construídas. Além disso, considerando a busca por conhecimento contextualmente situado, é essencial o exercício da reflexividade acerca do conhecimento prévio, das características pessoais do pesquisador e das limitações da pesquisa, bem como os silêncios e contradições nas fontes, os quais podem influir na condução da pesquisa e na produção de significado, contribuem à sua qualidade (Schwartz-Shea; Yanow, 2013). Como ressaltam Schwartz-Shea e Yanow (2013, p. 94 tradução da autora), os “entendimentos interpretativos dos fenômenos sociais como sendo dinâmicos e fluídos, bem como historicamente constituídos”¹⁷, implicam no reconhecimento da possibilidade de ambiguidades do processo de produção de sentido, do mesmo modo que as próprias perguntas de pesquisa são moldadas pelo contexto sociopolítico contemporâneo.

Nesse sentido, por questões de acessibilidade, serão priorizados materiais traduzidos e secundários, o que pode conduzir a um retrato do fenômeno estudado menos profundo e com menos nuances, entretanto, isso não subtrai a relevância da análise. Como ressaltam Andrews, “leituras subsequentes do material que nós, ou outros, reunimos invariavelmente trazem consigo uma nova camada de entendimento. Porém, nenhuma interpretação é definitiva; nossa perspectiva atual é, por si só, uma perspectiva que mudará com o tempo”¹⁸ (Andrews, 2008, p. 90 tradução da autora). O processo de reanálise pode levar a re-conceitualizações, novos

¹⁷ No original: “interpretive understandings of social phenomena as being dynamic and fluid, as well as historically constituted”.

¹⁸ No original: “[S]ubsequent readings of material we, or others, have gathered invariably bring with them a new layer of understanding. But no interpretation is ever final; our current frameworks is itself one which will change over time”.

questionamentos, interpretações e apreciações da temporalidade, o que é inerente à natureza efêmera do significado e de seu movimento no tempo, ou seja, de seu caráter eminentemente histórico-contextual. Portanto, além de provisórias, as conclusões interpretativas sempre podem ser objeto de novas leituras, a partir da exploração de novas camadas de significado, possibilitadas pelas constantes mudanças no mundo (Andrews, 2008; Siddi, 2017, p. 26).

O trabalho se estrutura em três capítulos, seguidos por uma conclusão que sumariza os principais pontos debatidos. O primeiro capítulo apresenta o objeto de estudo da dissertação, a teoria de segurança ontológica nas Relações Internacionais, que servirá de fundamentação teórica à análise, bem como a operacionalização conceitual. Após uma breve introdução sobre o desenvolvimento da literatura de segurança ontológica no contexto dos estudos de segurança, será explicada a origem conceitual e sua transposição para a área de Relações Internacionais. A seguir, apresentam-se as principais abordagens e suas definições desenvolvidas na literatura. As principais críticas e debates na aplicação do conceito também são abordadas, de modo a permitir a especificação do posicionamento teórico deste estudo. Ao final, propõe-se uma tipologia de análise do processo de busca por segurança ontológica, pautada na construção de narrativas biográficas, através da identificação de suas seis dimensões: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa.

O segundo capítulo objetiva reconstituir a narrativa biográfica russa contemporânea, com base na identificação das dimensões da narrativa biográfica articuladas pelos discursos analisados. Primeiro, será analisado o contexto de formação da Federação Russa, após a desintegração da União Soviética, em 31 de dezembro de 1991, para compreender o panorama histórico que serviu de substrato à construção de uma identidade independente e à busca por segurança ontológica. A seguir, a partir de uma lógica interpretativa, analisa-se como os discursos do chefe de estado articularam narrativamente as dimensões da narrativa biográfica, com a identificação de suas principais temáticas e representações, por meio da análise de textos-chave, para traçar um panorama da narrativa biográfica dominante. Por fim, por meio de um diálogo com a literatura de segurança ontológica, discute-se quais os impactos da narrativa biográfica dominante no senso de segurança ontológica da Rússia e, conseqüentemente, na sua postura em âmbito internacional.

Por fim, o terceiro capítulo visa analisar como o discurso oficial da Rússia representa o conflito com a Ucrânia, iniciado em 2014, na narrativa biográfica dominante e como esse evento tem afetado seu processo de busca por segurança ontológica, com foco no impacto da identidade na formação da percepção e das respostas. Primeiro, apresenta-se o contexto histórico recente das relações entre Rússia e Ucrânia, entre 1991 e 2023, o qual servirá de pano

de fundo à compreensão do conflito. Na sequência, faz-se uma reconstrução narrativa do conflito, conforme os discursos do chefe de estado. O objetivo é identificar as justificativas e soluções articuladas na narrativa sobre o evento. Por fim, analisa-se a existência de (in)coerências entre as ações e a narração a partir dos parâmetros da narrativa biográfica russa dominante, delineados no segundo capítulo. Assim, busca-se responder ao objetivo principal da pesquisa, que é compreender em medida o conflito afeta o processo de busca por segurança ontológica da Rússia, com base nas suas ações de política externa.

1 A TEORIA DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Considerando o objetivo de investigar em que medida questões internas, de cunho identitário, têm afetado a atuação externa da Rússia, principalmente no conflito com a Ucrânia, o presente capítulo busca desenvolver um referencial teórico que permita a compreensão da relação entre identidade e segurança, com base na literatura de segurança ontológica. Primeiramente, será apresentada uma visão geral dessa área de pesquisa, com foco nas principais abordagens, definições e críticas na aplicação do conceito. Ao final, apresenta-se uma tipologia para a análise desse processo securitário por meio da construção de narrativas biográficas, pautadas na identificação de suas seis dimensões, nos três níveis narrativos (subjeto, intersubjetivo e externo).

1.1 A TEORIA DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA NOS ESTUDOS SEGURANÇA INTERNACIONAL

Como um termo contestado, a definição da segurança se mostra ao mesmo tempo complexa e mutável. Além disso, há a questão, vital, de qual seria o seu objeto referente, ou seja, o que (ou quem) deve ser segurado, e também quais questões ou valores devem ser priorizados, ou melhor, protegidos (Buzan; Hansen, 2012, p. 37; Vale, 2013, p. 130; Williams, 2008, p. 6–7). As teorias de RI, em especial a disciplina dos estudos de segurança, oferecem diferentes respostas a essa questão, as quais são, para fins didáticos¹⁹, subdivididas em abordagens ‘tradicionais’ e em abordagens ‘críticas’ ou ‘ampliadoras e aprofundadoras’, em referência ao pensamento de Robert Cox²⁰ (Buzan; Hansen, 2012, p. 31; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 4–6).

¹⁹ Apesar de classificações binárias carregarem o risco de simplificação das abordagens e de também irem contra o caráter complexo das relações internacionais, em especial das questões de segurança, o propósito aqui é oferecer um mapa da disciplina dos estudos de segurança que delimite os termos gerais das principais narrativas intelectuais e contextualize a abordagem adotada dentro de seu contexto mais amplo (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 3; 12).

²⁰ Robert Cox é considerado um dos inauguradores da teoria crítica nas RI em razão de sua distinção entre ‘teoria crítica’ e ‘teoria de solução de problemas’ (problem-solving theory), com base no propósito de uma teoria. A última toma a realidade social como fato dado, de modo que a função da teoria é buscar corrigir disfunções ou problemas existentes, o que lhe confere um perfil conservador, ou seja, contribui na manutenção das relações sociais (status quo). Já a ‘teoria crítica’ entende que os fatos são produto de estruturas histórico-sociais específicas e, por isso, a teoria é interessada, ou seja, objetiva a transformação social e política, como guia à ação estratégica, em prol da mudança da ordem internacional (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 33; Pereira; Blanco, 2021, p. 99–101).

As abordagens ‘tradicionais’ se ligam às perspectivas dominantes das RI, como as teorias (neo)realistas e (neo)liberais, que, em geral, compartilham uma base teórica positivista e com viés de solução de problemas. O (neo)realismo, por exemplo, pressupõe que, sendo os Estados os principais atores da política internacional, estes devem ser o objeto referente da segurança (Buzan; Hansen, 2012, p. 75; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 33–34). A competição por poder, inerente ao sistema internacional anárquico, faz com que a segurança seja entendida em termos estritos, ou seja, de sobrevivência (*security-as-survival*), e com foco nas capacidades militares (Bilgin, 2008, p. 90–93; Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 1; 21; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 4–5). Por isso, dá-se prioridade à segurança física, para proteção do território soberano em face ameaças externas, e em questões ligadas ao uso da força como meio de defesa (Bilgin, 2008, p. 98; Mitzen, 2006, p. 342; Steele, 2008, p. 2). O (neo)liberalismo, por sua vez, apesar de incluir outros atores, abrir margem à possibilidade de cooperação entre os estados e de tratar de possíveis restrições ao uso da força, ainda considera os estados (racionalistas) como os principais atores e, no campo da segurança, dá prevalência a um contexto militar, considerando a natureza anárquica do sistema internacional (Navari, 2008, p. 40–41; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 5). Esses fatores fazem com que a visão de mundo ou epistemologia de ambos, tanto do (neo)realismo como do (neo)liberalismo, seja muito próxima, ou seja, racionalista (Smith, 1999, p. 75).

Por outro lado, as abordagens ‘críticas’ começaram a florescer por volta de década de 1980, no contexto do surgimento de novas agendas na seara internacional e a mudança na dinâmica das relações internacionais com o fim da Guerra Fria (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 2). Apesar de sua diversidade, compartilham o comprometimento com a expansão das questões analíticas e o alargamento do objeto referente de estudo. Isso significa que buscam ampliar o nexo estatal-militar e incorporar outras temáticas, como questões econômicas, ambientais, sociais, políticas, sanitárias, de gênero, etc., e tomar outros atores como referência à segurança, como indivíduos, sociedades, coletividades, o ecossistema, etc. à disciplina dos estudos de segurança (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 5–6). Também tendem a perseguir uma abordagem pós-positivista do conhecimento, que considera aspectos normativos e de poder na compreensão dos fenômenos estudados. Portanto, compreender segurança implica uma visão subjetiva de mundo, o que a torna um "conceito derivado" (*derivative concept*), ou seja, sua concepção sofre influências político, filosóficas e culturais, o que afeta a forma que as ameaças são compreendidas, e por isso, não pode ser neutra nem anistórica (Bilgin, 2008, p. 90–91).

A questão é que não se pode descurar o caráter eminentemente político e autorreferencial da segurança. Como Jef Huysmans (1998, p. 228; 231) observa, a segurança desempenha uma função de ordenação em relação a um contexto mais amplo, dado seu intrínseco caráter histórico e social. O autor entende a segurança como um ‘significante espesso’ (*thick signifier*), o que significa que ao invés de se definir ‘o que é segurança’, deve-se focar na função que a articulação da segurança desempenha no mundo político, ou seja, qual o intuito e as consequências da caracterização de uma determinada questão como ‘de segurança’ (Huysmans, 1998, p. 231; 248; McDonald, 2008, p. 64). Por isso, a abordagem de segurança se torna autorreferencial, pois a enunciação do significante ‘segurança’ constitui, por si só, relações sociais particulares em uma condição de insegurança, o que lhe concede uma força performativa ao invés de descritiva (Huysmans, 1998, p. 232–233). Neste sentido que Huysmans (1998) afirma que a segurança realiza uma forma específica de ordenação, a qual constitui relações de (in)segurança em uma "ordem simbólica" particular. Esta implica: "um conjunto de regras imanente a uma prática de segurança e que define a prática em sua especificidade"²¹, com base no conceito de Michel Foucault de 'formação discursiva' (Huysmans, 1998, p. 232 tradução da autora).

A teoria da segurança ontológica se coloca como uma abordagem alternativa da segurança que visa complementar as abordagens tradicionais (Steele, 2005, p. 519). Em linhas gerais, o conceito de segurança ontológica se relaciona a uma "segurança como ser" (*security-as-being*), ou seja, à necessidade de um senso de ‘eu’ íntegro e contínuo no tempo e no espaço. Isso permite ao ator enfrentar os desafios do mundo, inerentemente incerto e em constante mudança, e exercer sua capacidade de ação (Mitzen, 2006, p. 342; 344).

Em termos gerais, a abordagem articula questões de identidade, de segurança e políticas para a compreensão de novos processos de busca por segurança. É caracterizada por dinâmicas de construção de narrativas biográficas e o estabelecimento de relações estáveis com os outros atores, os quais serão aprofundados ao longo do capítulo (Kinnvall; Mitzen, 2017, p. 3; Rumelili, 2015a, p. 7–8). A partir dessa compreensão preliminar do quadro teórico em que a literatura de segurança ontológica se insere, as subseções subsequentes desdobram diversos aspectos ligados à teoria, como a origem, as principais abordagens e definições do conceito, o processo de busca por segurança ontológica, as críticas na aplicação do conceito e, por fim, a especificação da abordagem teórico-metodológica empregada para análise do caso russo.

²¹ No original: “[...] an ensemble of rules that is immanent to a security practice and that defines the practice in its specificity”.

1.2 O CONCEITO DE SEGURANÇA ONTOLÓGICA

Esta subseção objetiva a compreensão das origens do conceito de segurança ontológica e sua transposição à área das Relações Internacionais, bem como as principais definições da literatura, seus elementos constitutivos e críticas na aplicação do conceito.

1.2.1 Origem

O termo ‘segurança ontológica’ foi cunhado pelo psicologista Ronald David Laing, na obra *The Divided Self* (1960) e, posteriormente, introduzido no campo da sociologia por Anthony Giddens, em *Modernity and Self-identity* (1991), obra que inspirou a entrada do termo nos estudos de Relações Internacionais no fim da década de 1990 (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020, p. 2). Na teorização original, tanto por Laing como por Giddens, o conceito de segurança ontológica é abordado ao nível do indivíduo, o qual é considerado dentro do contexto intersubjetivo em que se encontra inserido, com foco no processo de construção da subjetividade (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 4; Laing, 1990, p. 19–20). Considerando que os estudos sobre segurança ontológica existentes nas Relações Internacionais comumente se pautam no ‘paradigma Laing-Giddens’, a discussão a seguir oferece uma leitura desses trabalhos baseada na sua relevância para a compreensão do arcabouço teórico-conceitual do trabalho (Vaughan-Williams, 2021, p. 154).

Laing (1990, p. 10) busca compreender os indivíduos sofrendo de condições patológicas, argumentando, ao contrário dos estudos convencionais na medicina psiquiátrica, que a saúde mental deve ser entendida como uma condição biológica e social (Croft, 2012, p. 220). O autor então distingue entre indivíduos ontologicamente seguros e ontologicamente inseguros. A segurança ontológica é definida como uma experiência individual “[...] real, viva, completa e, em um sentido temporal, [de] uma pessoa contínua”²² (Laing, 1990, p. 39 tradução da autora) e “como inexoravelmente conectado com ou em seu corpo”²³ (Laing, 1990, p. 66 tradução da autora). Então, o sentimento do eu seguro tem uma natureza contingente, a qual depende do reconhecimento da congruência entre a subjetividade sentida e a identidade conferida externamente (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020, p. 7).

²² No original: “[...] real, alive, whole, and, in a temporal sense, a continuous person”.

²³ No original: “[...] as inextricably bound up with or in his [sic] body”.

Por outro lado, a insegurança ontológica consiste em uma experiência “[...] mais irreal do que real; [...] [uma pessoa] mais morta do que viva; precariamente diferenciada do resto do mundo, de modo que sua identidade e autonomia estão sempre em questão. Ele [sic] pode não ter a experiência de sua própria continuidade temporal”²⁴ (Laing, 1990, p. 42 tradução da autora) e se sentir “de alguma forma desconectad[o] de se[u] corp[o]”²⁵ (Laing, 1990, p. 66 tradução da autora). Trata-se de um sentimento intrinsecamente subjetivo, independente da realidade de uma ameaça à existência pessoal do indivíduo, pois o que importa é a forma pela qual este experimenta o mundo e como os sentimentos correspondentes de pavor são reais (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020, p. 7). O indivíduo sem segurança ontológica costuma se sentir ameaçado pelas mais normais experiências cotidianas, não ter um senso de subjetividade e de agencia e estar sujeito a diferentes modalidades de medo, ansiedade e horror (*dread*) (Croft, 2012, p. 221; Laing, 1990, p. 42–43).

Já o sociólogo Giddens (2002), baseando-se nas contribuições de Laing e as aplicando ao nível das sociedades modernas, desenvolve o conceito de segurança ontológica no contexto do que ele denomina de modernidade²⁶ ‘alta’ ou ‘tardia’²⁷. Apesar de reconhecer os aspectos positivos e possibilidades oriundas desse fenômeno, busca analisar suas consequências para a transformação do ‘eu’, com foco na vida cotidiana, ou seja, na intersecção entre o global e o local. O autor argumenta que os indivíduos têm suas ‘autoidentidades’ diretamente impactadas pelas mudanças políticas e socioeconômicas, no nível estrutural, provocadas pela modernidade, da mesma forma que também as influenciam, ou seja, o indivíduo é constituído e constitui as instituições da modernidade. A partir da identificação das características deste fenômeno, Giddens busca analisar suas consequências para os mecanismos de construção do ‘eu’ (Giddens, 2002, p. 9–10; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 68).

²⁴ No original: “[...] more unreal than real; [...] more dead than alive; precarious differentiated from the resto f the world, so that his [sic] identity and autonomy are always in question. He [sic] may lack the experience of his [sic] own temporal continuity”.

²⁵ No original: “[...] somewhat detached from their [sic] bodies”.

²⁶ Por modernidade, Giddens (2002) alude às instituições e comportamentos associados à expansão, a partir do séc. XX, do processo de industrialização da Europa pós-feudal em âmbito mundial (Giddens, 2002, p. 21; Vaughan-Williams, 2021, p. 148)

²⁷ A modernidade tardia é caracterizada pela: provisoriedade do conhecimento racional; aceleração e diminuição do espaço-tempo; mudanças nas dinâmicas das interações sociais, com seu descolamento dos contextos locais; e reflexividade institucional (Giddens, 2002, p. 10–11; 22–26). Em razão disso, o mundo moderno contemporâneo é extremamente dinâmico e apresenta riscos cujos parâmetros eram antes inexistentes (como é o caso das armas de destruição em massa, das catástrofes ambientais, das crises econômicas globais e dos regimes totalitários). O desenvolvimento das mídias sociais e dos sistemas de comunicação também contribui para que os eventos e as relações sejam vivenciados de uma forma inédita, imiscuindo-se na consciência cotidiana mesmo que se deem em contextos distantes e provocando novas formas de ansiedade existencial (Giddens, 2002, p. 12; 22; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 69).

A reflexividade é a característica mais importante para compreender as mudanças nos mecanismos de construção do ‘eu’ (*self*). Segundo Giddens (2002), o termo reflexividade se refere à contínua revisão das circunstâncias da vida social em face de novos conhecimentos, de modo a “conectar mudança pessoal e social” e reorganizar-se (Giddens, 2002, p. 25–26; 37; Vaughan-Williams, 2021, p. 148). Em face de tantas incertezas e possibilidades, derivadas desse contexto social que prioriza o princípio científico da dúvida racional, ou seja, à constante possibilidade de revisão do conhecimento em face de novas evidências, o ‘eu’ tem experienciado novas formas de ansiedade existencial, precisando (re)organizar o mundo social reflexivamente (Giddens, 2002, p. 36–37; Vaughan-Williams, 2021, p. 149).

Giddens (2002) sustenta que, em resposta à ansiedade, os indivíduos passam a buscar segurança ontológica. Esta consiste na posse, nos níveis do inconsciente e da consciência prática, de respostas a questões existenciais postas pela vida cotidiana, para que se desenvolva, como pano de fundo às ações, uma ordem cognitivo-emocional e um senso de realidade compartilhada, a qual permite ‘pôr entre parênteses’ as ansiedades²⁸ (Giddens, 2002, p. 39–41; 49).

Depreende-se que a segurança ontológica é caracterizada por três elementos, intersubjetivamente construídos e interrelacionados: o casulo protetor; a autoidentidade ou narrativa biográfica coerente; e o senso de integridade (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 4; Giddens, 2002, p. 55). Primeiro, o ‘casulo protetor’ consiste em uma espécie de senso de irrealidade, uma proteção emocional contra ansiedades existenciais – não uma convicção de segurança propriamente dita, pois não elimina, de fato, os riscos –, que confere uma atitude positiva e esperançosa em face da vida contra os riscos inerentes à existência no mundo em razão da criação de uma noção de estabilidade social (Giddens, 2002, p. 43; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 69; Vaughan-Williams, 2021, p. 149). Essa sensação se sustenta em uma ‘confiança básica’ em relações, hábitos e rotinas²⁹, desenvolvidos ao longo da vida, que organizam o tempo e o espaço em termos interpessoais, ‘colocando entre parênteses’ questões existenciais que se fossem postas sob escrutínio gerariam uma sensação de caos ou de horror

²⁸ A capacidade de ‘seguir em frente’ do ser humano, ou seja, de desempenhar as tarefas cotidianas, deriva de dois tipos de consciência, a reflexiva e a prática, as quais permitem o monitoramento reflexivo das ações. A primeira, a consciência reflexiva, implica que todo indivíduo é capaz de justificar, discursivamente, um comportamento cotidiano (Giddens, 2002, p. 39). Já a segunda, a consciência prática, tem um caráter tácito, ‘não-consciente’, no sentido de que permite ‘pôr entre parênteses’ questões de cunho existencial, gerando um senso compartilhado de realidade a partir da criação de convenções sociais que evitam o desencadeamento do caos. Esta consciência prática que confere o chamado senso de segurança ontológica, ou seja, um referencial cognitivo e emocional ao ‘eu’ (Giddens, 2002, p. 40).

²⁹ Hábitos e rotinas são padrões emotivo-comportamentais ou convenções sociais que servem de parâmetro às ações e pensamentos cotidianos, constituindo uma aceitação da realidade (Giddens, 2002, p. 47).

(*dread*) sobre o próprio senso de ‘estar no mundo’ (Giddens, 2002, p. 41; Vaughan-Williams, 2021, p. 151). A aceitação dos parâmetros da realidade exterior, como a existência de outras pessoas e coisas, é o que permite a diferenciação entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, assim como a construção tanto da autoidentidade como das identidades dos outros e dos objetos, comumente expressas por meio da linguagem (Giddens, 2002, p. 45–46). Giddens menciona que a criatividade ou uma capacidade de inovação também seria essencial na manutenção da confiança, pois esta requer coragem para se enfrentar o acaso e obter satisfação pessoal (Giddens, 2002, p. 44). No entanto, o ‘casulo protetor’ pode ser afetado, de forma temporária ou permanente, por ameaças a integridade corporal ou psicológica do indivíduo, ou seja, em razão da inadequação de suas ações com relação à narrativa biográfica e às rotinas e hábitos (Giddens, 2002, p. 39–43).

Segundo, a autoidentidade ou narrativa biográfica coerente corresponde à compreensão reflexiva do próprio indivíduo sobre si, na forma de biografia, ou seja, a percepção daquilo que o constitui e a organização espaço-temporal de suas experiências, por meio da manutenção de uma narrativa capaz de ser comunicada a outros (Giddens, 2002, p. 54–56). Há necessidade de constante (re)construção, por meio da integração e classificação de novos eventos à narrativa do ‘eu’. Isso faz com que ela seja, ao mesmo tempo, frágil e sólida, inclusive pelo fato de representar apenas uma das muitas possibilidades de narração do ‘eu’. No entanto, a narrativa biográfica costuma ser capaz de oferecer segurança suficiente para o indivíduo enfrentar as adversidades da vida cotidiana (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 4; Giddens, 2002, p. 56–58).

E terceiro, o senso de integridade implica na habilidade do indivíduo de sustentar uma confiança em si mesmo, em suas relações com outros e no ambiente externo, em outras palavras, uma sensação de ‘estar vivo’, que envolve a ideia de continuidade cognitiva e corpórea – de segurança do ‘eu’ no próprio corpo. Do ponto de vista cognitivo, confere uma base estável a tomada de decisões, pois permite a avaliação das próprias ações em termos da coerência com a narrativa biográfica e com a estrutura social em que se insere (casulo protetor) (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 5; Giddens, 2002, p. 54–55). Já do ponto de vista corporal ou físico, interliga-se com uma necessidade de reconhecimento por parte das outras pessoas, que gera à construção de padrões de comportamento ou de aparência visíveis que condicionam as ações, como forma de autodisciplina, aos quais Giddens chama de regimes. São constituídos tanto por convenções sociais (hábitos e rotinas) como por hábitos pessoais, condicionados por aquelas e pelas preferências individuais, como, por exemplo, os hábitos alimentares, financeiros, sexuais e estilísticos (Giddens, 2002, p. 59; 63)

Ao tratar de ameaças, Giddens ressalta que é importante distinguir entre ansiedade e medo. O medo se dirige a um objeto externo definido, que corporifica uma ameaça específica. Já a ansiedade não se dirige a um objeto específico, é inconsciente, e caracteriza-se como um estado emotivo difuso e flutuante que tende a impedir ações por parte do indivíduo (Giddens, 2002, p. 46). No entanto, a ansiedade não é vista apenas por um viés negativo, pois, de certo modo, ela é inerente à realidade. A possibilidade da ansiedade faz com que os indivíduos desenvolvam uma capacidade de antecipação de possibilidades, para conquistar a autonomia (ou liberdade). Como a ansiedade seria inerente ao mundo moderno contemporâneo, levando os indivíduos a buscarem segurança ontológica, o desenvolvimento de padrões de comportamento ou rotinas (o casulo protetor) e de uma autoidentidade ou narrativa biográfica consistiriam em mecanismos de enfrentamento coletivo das ansiedades (Giddens, 2002, p. 49–50).

Dessa forma, a manutenção de um senso de autoidentidade³⁰ é essencial para o ‘eu’ e permite distinguir entre a segurança e a insegurança ontológica. Por outro lado, a insegurança ontológica seria uma espécie de senso do ‘eu’ anormal ou corrompido, que pode se manifestar de várias formas, como por exemplo: um senso de descontinuidade biográfica ou incapacidade de sustentar uma narrativa biográfica; uma incapacidade de ação ou dificuldade de manutenção de um ‘casulo protetor’; e uma falta de confiança na própria integridade, gerando um constante autoquestionamento, uma sensação de vazio moral. Por outro lado, um senso normal de autoidentidade pressupõe a manutenção de uma continuidade biográfica, o estabelecimento de um ‘casulo protetor’ e um senso de integridade positivo, ou seja, de segurança ontológica (Giddens, 2002, p. 55).

A imaginação de um ‘eu-ideal’ influencia o processo de reflexividade do ‘eu’, ou seja, a construção da autoidentidade, o que pode gerar tanto efeitos positivos, como a aceitação das próprias limitações, como negativos, como um senso de inferioridade e fracasso (Giddens, 2002, p. 68–69). Em razão desse nexo entre as ações e a autoidentidade do ‘eu’, Giddens reflete sobre a terapia como ferramenta de autorrealização, na qual a autobiografia se constitui em uma narrativa construída como forma de intervenção no passado, de forma a corrigir questões a partir de uma reescrita que preencha lacunas emocionais ou que reflita sobre o futuro e suas possibilidades (Giddens, 2002, p. 70; 74–78).

³⁰ Trata-se da compreensão reflexiva do ‘eu’ a partir da formulação de uma biografia, ou seja, uma interpretação sobre os termos da própria existência, a qual confere um senso de continuidade espaço-temporal em sua existência em termos de pessoa (personhood), no sentido de o que significa ser uma pessoa (Giddens, 2002, p. 54–59).

Entretanto, é importante ressaltar, a condição ontológica de segurança ontológica, para Giddens (2002), não apenas é altamente contingente como constitui um estado impossível de ser totalmente alcançado. Assim, apesar de ser um estado relativo, o indivíduo é levado a busca-lo como forma de proteção aos riscos inerentes à vida cotidiana e desfruta de uma sensação de segurança ontológica ao conseguir manter, diariamente, a capacidade de ‘seguir em frente’, ou seja, não ser sobrecarregado pelas ansiedades (Giddens, 2002, p. 40; Vaughan-Williams, 2021, p. 151).

A aplicação do conceito às Relações Internacionais parte de diversas perspectivas e abordagens metodológicas. De forma geral, a utilização desse referencial teórico tem permitido: a compreensão das motivações, dos desejos e dos incentivos às ações (e inações) dos atores (Steele, 2005, p. 525). A partir do instrumental teórico desenvolvido por Giddens e Laing, a próxima seção apresenta uma revisão narrativa dos estudos de segurança ontológica na área, com foco na identificação das diferentes abordagens, definições e críticas na literatura.

1.2.2 Os estudos de segurança ontológica nas Relações Internacionais: principais abordagens e suas definições

Os estudos de segurança ontológica nas RI, de forma ampla, utilizam as noções de rotina, confiança, narrativa biográfica contínua e previsibilidade nas interações para compreender a relação entre segurança e administração de ameaças, derivadas do paradigma Laing-Giddens. Mas essa literatura não é homogênea, apresentando divergências epistemológicas e metodológicas (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 66–67), o que pode ser reflexo das divergências da própria área, com seus ‘grandes debates’ e uma resistência a um engajamento interdisciplinar mais amplo (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 2–3; 5). Esta seção busca apresentar uma visão geral das principais abordagens desenvolvidas, apresentando as diferenciações existentes com base em dois eixos analíticos principais: o nível de análise³¹

³¹ O nível de análise corresponde a perspectiva adotada para a condução de uma análise, que servirá como uma lente determinando o foco ou ponto de vista para a compreensão de determinada questão. A determinação do nível de análise depende da natureza das questões a serem respondidas durante a pesquisa, considerando que essa escolha influenciará os tipos de fontes necessários e o poder explicativo das conclusões obtidas, como sua capacidade de generalização por exemplo (Gebhard, 2017, p. 33)(GEBHARD, 2016, p. 33). Na área das RI, pode-se compreender os diferentes níveis existentes a partir da ideia de um espectro: na extremidade micro, há o nível individual, que corresponde aos indivíduos ou a pequenos grupos; em uma escala média, há nível das coletividades limitadas, como os estados, as nações e os partidos; e na outra ponta, a extremidade macro, indica o nível sistêmico ou internacional, que englobaria antes como a humanidade, o meio-ambiente ou valores (como a democracia e o livre-comércio) (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 36). Um mesmo evento pode ser atribuído a diferentes níveis, de modo que, no âmbito da segurança, a opção pelo nível mais adequado tem relação com o que está sendo assegurado, seja um ator, uma narrativa ou um processo, por exemplo, que seria o objeto referente, e o tratamento deste depende da abordagem teórico-metodológica empregada (Buzan; Hansen, 2012, p. 37; Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 40; Williams, 2008, p. 6–7).

e o objeto referente³² empregados. Conjugando ambos, pode-se agrupar as abordagens em três categorias principais³³: a abordagem estadocêntrica; a abordagem subjetiva; e a abordagem crítica ou ambivalente. As subseções abaixo apresentam um panorama dos principais trabalhos de cada uma das abordagens, resumindo suas principais características e contribuições.

a) A abordagem estadocêntrica: a segurança ontológica e o estado

Esta abordagem ‘estadocêntrica’ oferece uma explicação sociológica da segurança ontológica, centrada em Giddens (2002), mas, como se verá adiante, cada autor aborda esse processo de forma diversa: Mitzen (2006) foca nas dinâmicas relacionais, ou seja, no estabelecimento de rotinas de interação social; Steele (2005, 2008) foca nas dinâmicas subjetivas, ou seja, na criação de narrativas biográficas; e Zarakol (2010) conjuga tanto dinâmicas relacionais como subjetivas, ou seja, tanto os significados intersubjetivamente construídos por meio das interações sociais como o próprio entendimento reflexivo do estado sobre sua identidade, por meio da narrativa biográfica.

Tomando o estado como nível de análise e objeto referente, Mitzen (2006) dialoga com a premissa realista de que os estados, dada a natureza anárquica do sistema internacional, priorizam a segurança física, para explorar as consequências de comportamentos conflitivos pela correlação dos conceitos de dilema de segurança³⁴ e de segurança ontológica. Mitzen argumenta que os estados, além de segurança física, também necessitam de segurança ontológica, assim como os indivíduos (Mitzen, 2006, p. 342). A segurança ontológica é definida como a necessidade de autoconhecimento que permite o juízo de ação, ou seja, uma certeza subjetiva, relativamente estável, sobre a substância do eu que possibilita o exercício da capacidade de ação e de escolha, a qual se constitui e sustenta por meio dos relacionamentos sociais (Mitzen, 2006, p. 344; 354). A identidade é entendida como um processo dinâmico, no qual a ação reforça a identidade e a possibilidade de mudança depende da flexibilidade das rotinas a que os atores se apegam, como instrumentos de minimização de incertezas, ou seja,

³² O objeto referente nos estudos de segurança diz respeito a entidade tomada como foco da análise, ou seja, a definição daquilo que deve ser protegido. Para Buzan et al. (1998), refere-se a categorias abstratas mais amplas, cuja existência é ameaçada, e que possui uma reivindicação de legitimidade. Por serem unidades de análise socialmente constituídas, geralmente dizem respeito a atores específicos, como um indivíduo, grupos, o estado, a nação, etc. (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 36; 39; 44).

³³ Como todas as classificações, esta representa uma simplificação das diversas abordagens presentes na literatura de segurança ontológica nas RI, com o objetivo de oferecer uma compreensão geral do campo.

³⁴ Para as abordagens neorealistas, o dilema de segurança decorre da natureza anárquica do Sistema internacional, no sentido de que, dada a incerteza acerca das intenções dos outros estados, a busca por segurança faz com que estes ajam sob uma lógica de autoajuda (self-help), ou seja, busquem garantir sua própria sobrevivência por meio do aumento das capacidades militares, o que pode desencadear uma corrida armamentista por parte dos outros estados (Mitzen, 2006, p. 341–342).

como meios que ajudam na imposição de ordem cognitiva ao ambiente social (Mitzen, 2006, p. 345–346; 351).

Nesse sentido, a segurança ontológica pode ser alcançada por meio do estabelecimento de um casulo de confiança, ou seja, um sistema de conhecimento ‘tido como certo’ sobre o eu e sobre o mundo, obtido por meio da rotinização das relações sociais. Esta consiste em um instrumento de cunho relacional, pautado em hábitos ou respostas cognitivas e comportamentais, internamente programadas, para lidar com novos estímulos ou informações. Essas rotinas passam a dar sustentação à identidade em razão de contribuírem com um ambiente cognitivo estável e, conseqüentemente, levam os indivíduos a se conectarem a elas de forma mais ou menos rígida, independentemente de seu conteúdo, por exemplo, pacífico ou conflitivo (Mitzen, 2006, p. 346–347). O apego rígido às rotinas pode explicar o choque entre segurança física e segurança ontológica, na medida em que rotinas conflitivas podem oferecer estabilidade cognitiva aos estados, reforçando entendimentos identitários, ao ponto que quebrá-las pode desencadear insegurança ontológica (Mitzen, 2006, p. 343). Esta pode ser entendida como um estado em que o agente não sabe como agir, dada a incapacidade de discernir prioridades e de avaliar ameaças (Mitzen, 2006, p. 345).

Por outro lado, Steele (2005, p. 520; 524–525) dialoga com as teorias construtivistas das RI, de que identidades e interesses são co-constituídos, com o objetivo de determinar o papel da identidade no processo decisório de política externa, isto é, compreender as motivações que atuam sobre esse processo. Diferentemente de Mitzen (2006)³⁵, Steele privilegia o processo subjetivo de construção do ‘eu’, ou seja, a criação de narrativas biográficas, como referente da segurança ontológica (Steele, 2008, p. 18–19). Assim, a segurança ontológica consiste na segurança como ser (*security as being*) e decorre da adoção de ações que correspondam ao senso de autoidentidade do agente, que dão um senso de continuidade e ordem aos eventos cotidianos (Steele, 2005, p. 526, 2008, p. 7). Eventos imprevisíveis ou ‘situações críticas’³⁶ produzem ansiedade quando são impassíveis de serem acomodados nas rotinas estabelecidas pelo agente, representando uma quebra da continuidade do senso de autoidentidade, o qual tem que monitorar seu comportamento de forma reflexiva para possibilitar a mudança. Esse processo de monitoramento ocorre por meio da criação de

³⁵ Apesar de o trabalho de Mitzen ter sido publicado em 2006, Steele dialoga com suas contribuições, citando-o com base na versão manuscrito.

³⁶ Steele (2008) estuda os casos da Guerra Civil norte-americana para a Britânia, do ultimato alemão de agosto de 1914 à Bélgica e a crise de Kosovo entre 1998 e 1999 para os membros da OTAN, como exemplos de situações críticas cujas respostas (ou suas motivações) podem ser mais bem compreendidas a partir do conceito de segurança ontológica.

narrativas biográficas, as quais enquadram os eventos não apenas numa ordem temporal, mas também com base em seu significado e importância para a história do agente, de modo que haja congruência entre sua concepção de autoidentidade e suas ações cotidianas (Steele, 2005, p. 526, 2008, p. 12–13).

Por isso, para a Steele (2005, p. 537; 2008, p. 20), o discurso constitui a identidade e os interesses do estado, criando a ‘pessoa’ do estado por meio de uma narrativa que dá coerência e um senso de completude ao ‘eu’. A necessidade de monitoramento reflexivo expressa o processo contínuo e contestado de negociação da identidade, dada sua natureza política e normativa, que requer que novas informações sejam avaliadas à luz dos eventos cotidianos e incluídas na narrativa biográfica, respeitando um senso de continuidade entre o passado e o presente. Nesse sentido que se argumenta da necessidade de contínua criação e sustentação da narrativa biográfica por meio das rotinas, que servem de parâmetro aos agentes ao oferecer os meios e o conhecimento para agir (Steele, 2005, p. 537, 2008, p. 17–18).

Entretanto, as capacidades reflexivas não são equivalentes em todos os agentes, o que explica a incapacidade de alguns em lidar com situações críticas e mudar de comportamento, inclusive empregar suas capacidades materiais (Steele, 2005, p. 526). Por isso, a chamada narrativa biográfica, ou seja, a história que o ator coletivo conta a si mesmo sobre quem ele é, ao identificar o senso de autoidentidade e as estruturas ambientais que servem de guia comportamental, é essencial na compreensão do senso de estabilidade identitária e ao entendimento da motivação da ação estatal. Os estados costumam justificar suas ações de forma discursiva, de forma a conferir significado e relevância política aos eventos, criando uma consistência lógica entre ações e identidade (Steele, 2008, p. 10–11). Na prática, servem como mecanismo de comparação, que auxilia no enfrentamento de situações críticas, que se refletem por meio de mudanças narrativas (Steele, 2008, p. 530).

Steele (2005, 2008) também desenvolve o conceito de vergonha (*shame*), existente em Giddens (2002), para descrever o estado temporário mas severo de ansiedade provocado pela incapacidade de a narrativa biográfica refletir o comportamento do agente, ou seja, quando há uma desconexão entre as ações perseguidas e o senso de autoidentidade (Steele, 2005, p. 526–527, 2008, p. 3). Argumenta que os estados, como atores sociais, são capazes de ‘sentir’ vergonha, a qual se manifesta na falta de habilidade de conciliar ações passadas ou futuras com a narrativa biográfica que serve de justificativa ao seu comportamento, como, por exemplo, quando um estado ‘liberal’ deixa de agir perante uma crise humanitária (Steele, 2005, p. 527, 2008, p. 13). No caso de atores coletivos, a vergonha se expressa discursivamente e pode ser identificada de duas formas: pela expressão de remorso com relação a erros do passado, que

pode até gerar pedidos de desculpas formais por líderes estatais; e por meio de exercícios contrafactuais, isto é, a exposição de situações hipotéticas e das possíveis consequências indesejadas ao senso identitário do agente, com a relegação a tal curso de ação como ilegítimo (Steele, 2008, p. 13).

Dessa forma, fica mais clara a noção de co-constituição de identidade e interesses, pois “não é natural que um Estado se identifique de uma forma e ‘realize’ atos de outra maneira”³⁷ (Steele, 2005, p. 527 tradução da autora). O discurso, ao constituir o estado, serve como uma espécie de ‘roteiro’ que visa evitar ‘dissonância cognitiva’, ou seja, a incapacidade de determinar como agir perante determinada situação ou perante novas informações em relação às próprias perspectivas ou crenças. Inclusive, a manutenção de crenças tem relação direta com a forma pela qual os atores se veem e avaliam se um comportamento está ou não de acordo com essa percepção (Steele, 2005, p. 527–528).

O conceito de vergonha serve de metáfora para compreender ações contrárias a segurança física mas direcionadas ao fortalecimento da segurança ontológica, argumento também defendido por Mitzen (2006), as quais se enquadrariam na ideia realista de autoajuda, podendo então ser consideradas como racionais e não meras ações morais³⁸ (Steele, 2005, p. 528–529, 2008, p. 2–3). Assim, o conceito de segurança ontológica permite o estudo de ameaças identitárias ao estado, a análise das consequências de ações não-violentas (como o reconhecimento de uma entidade política) e a compreensão dos processos reflexivos, suas formas (além da ação comunicativa e da aceitação da discordância pública) e como aprimorar o leque de capacidades reflexivas dos estados para lidar com situações críticas. Como a necessidade de segurança ontológica pode afetar a segurança física, é essencial a identificação de processos securitários diferentes dos da segurança tradicional (Steele, 2005, p. 538–540).

Por fim, Zarakol (2010) acentua que a necessidade de integridade do ‘eu’, teorizada por Giddens (2002), no âmbito estatal, relaciona-se tanto à necessidade de reconhecimento internacional para ser sustentável nas relações intersubjetivas como à posição do país nas hierarquias existentes entre os estados, ou seja, de seu *status*. Dessa forma, a autora entende que a vergonha também pode ser produzida pela existência de um particular *status* (inferior) e que pode ter um efeito ainda pior sobre o senso de segurança ontológica do estado, pois não está vinculado a uma ação particular, mas sobre um estado de ser enraizado historicamente na narrativa biográfica estatal e, por isso, mais complexo de ser abordado por comportamentos

³⁷ No original: “It is unnatural for a state to identify itself one way and to ‘perform’ acts in a different way”.

³⁸ Considera-se ação moral aquela direcionada a persecução de um princípio moral e não um interesse próprio, sendo as intervenções humanitárias um exemplo desta atuação (Steele, 2008).

reflexivos (Zarakol, 2010, p. 20). Como a participação no sistema internacional moderno é baseada na conformidade com as normas universais europeias/ocidentais (Rojas, 2016), é necessário problematizar as pressões sociais sobre as narrativas biográficas dos estados geradas por "eus possíveis" (ou identidades idealizadas), em comparação com os padrões ocidentais de modernidade, e como isso influencia a ação estatal (Zarakol, 2010, p. 18–20).

Em suma, pode-se compreender essa abordagem como uma tentativa inicial de aplicar o conceito de segurança ontológica na disciplina de RI, principalmente com o objetivo de estabelecer um diálogo com as abordagens dominantes, de modo a justificar a relevância da perspectiva para o estudo dos processos securitários e, assim, abrir terreno para a afirmação de uma agenda própria de pesquisa (Croft, 2012, p. 225).

b) A abordagem subjetiva: a segurança ontológica e o indivíduo

Contrariamente aos estudos da abordagem estadocêntrica, que dialoga com as teorias dominantes das RI e dos estudos de segurança, com foco no estado como objeto referente da segurança, alguns autores, como Catarina Kinnvall (2004) e Stuart Croft (2012), desenvolveram trabalhos que retêm o foco no indivíduo como objeto referente dos processos de busca por segurança ontológica, como nas teorizações de Laing (1990) e Giddens (2002) (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 70). Em síntese, esses autores buscam compreender a securitização das identidades por meio do conceito de segurança ontológica e seus impactos no estudo da segurança. A partir da perspectiva da segurança ontológica individual, intersubjetivamente construída, busca-se analisar o desenvolvimento de identidades coletivas e como estas podem entrar em conflito (Croft, 2012, p. 220).

A perspectiva de Kinnvall (2004, 2006) se distingue pela ênfase às experiências e às complexidades do sujeito de segurança ontológica. Tomando o indivíduo como objeto referente sob a lente das relações intersubjetivas como nível de análise, a autora recupera o cotidiano como *locus* de securitização³⁹ e enfatiza as políticas de outridade⁴⁰ na criação das

³⁹ Segundo a Escola de Copenhague, a securitização pode ser entendida como a apresentação de uma questão como uma ameaça existencial, que requer medidas emergenciais e justifica ações fora dos limites dos procedimentos políticos normais, ou seja, trata-se de uma prática discursiva autorreferencial, pois independe da real existência da ameaça existencial, mas de sua apresentação como uma (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 23–24). Em um movimento contrário, a dessecuritização implica na mudança de questões para fora do modo emergencial, retornando-as ao âmbito dos processos normais de barganha da espera política (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 4; 29).

⁴⁰ A identidade se constrói na diferença, ou seja, com referência aquilo que não se é, e vice-versa, com vistas ao estabelecimento de traços distintivos e sólidos, do que deriva o caráter contingente e relacional da identidade (Weldes et al., 1999, p. 11). A busca por segurança pode desencadear a tentativa da fixação de certas identidades, por meio da transformação da diferença em outridade, ou seja, a construção do outro em contraposição ao eu, com

autoidentidades. O objetivo da autora é traçar como esses processos produzem efeitos identitários, em especial o de securitização da identidade, e as respostas emocionais aos sentimentos de insegurança. Esta consiste na busca por uma identidade estável, independentemente de sua real existência, em face do outro-estranho (Kinnvall, 2004, p. 748–749; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 71–72). De modo a eliminar ambiguidades, o estranho-outro é transformado em inimigo por um discurso de exclusão e desumanização, que foca em características essencializadoras em prol do estabelecimento de barreiras estritas entre o eu e o outro, para, assim, acentuar uma sensação de segurança na ordem existente (Kinnvall, 2004, p. 754–755).

Kinnvall endossa a compreensão da segurança como “significante espesso” (*thick signifier*), proposta por Huysmans (1998), a qual não busca compreender o conceito de segurança em si, mas o contexto e as relações discursivamente enquadrados como ‘de segurança’⁴¹ (Kinnvall, 2004, p. 744–745). Assim, define a segurança ontológica como uma segurança do ser, fundamentada em um senso de confiança na correspondência entre a autopercepção do mundo com a realidade (Kinnvall, 2004, p. 746). Com base em uma perspectiva construtivista, entende que a identidade é socialmente construída, em um processo constante que envolve a articulação linguística através do diálogo, de modo que deve ser compreendida como um ‘processo de tornar-se’ (“*process of becoming*”), ou seja, não como um estado fixo e natural (KINNVALL, 2004, p. 748). Então, a identidade serve como um mecanismo de controle da ansiedade, que permite lidar com mudanças em razão do senso de confiança, de previsibilidade e de controle que a identidade reforça, o qual possibilita o seu reestabelecimento ou reformulação, conforme a definição de Erikson (1950) que Giddens (2002) adota (Kinnvall, 2004, p. 746).

Dessa forma, a autoidentidade é entendida como “o desenvolvimento de um sentimento consistente de continuidade biográfica em que o indivíduo é capaz de sustentar uma

base em descrição simplificadas, que removem sua complexidade (de Buitrago; Resende, 2019, p. 180–183; Weldes et al., 1999, p. 11). Então, o outro passa a ser articulado como uma fonte de insegurança – sua própria existência é tida como uma ameaça – que objetiva estabilizar e dar legitimidade à identidade e às ações do eu (Weldes et al., 1999, p. 11).

⁴¹ Essa produção discursiva envolve o poder daquele que produz o discurso de torná-lo verdadeiro, ou seja, de endossar uma leitura específica de ameaça como forma de dominação. Isso permite analisar as dinâmicas estruturais e as desigualdades de poder por trás das diferentes visões acerca da segurança, de modo a esclarecer como as sociedades, institucional e discursivamente, colocam indivíduos em estruturas de marginalização, principalmente em face da modernidade, com foco nas emoções envolvidas no processo de mobilização identitária. Como as relações de poder geram insegurança, pode-se perceber uma íntima relação entre as condições estruturais de insegurança e o significado emocional da mobilização identitária, na medida em que gera a necessidade da busca por uma identidade estável e segura, situação que pode, inclusive, se transformar em arma política (Kinnvall, 2004, p. 745–746; 748).

narrativa sobre si mesmo e responder a perguntas sobre fazer, agir e ser”⁴² (Kinnvall, 2004, p. 746 tradução da autora). Então, ela pode ser considerada como uma percepção contemporânea do ‘eu’ construída no diálogo, passível de constante negociação, noção que permite a compreensão da identidade coletiva como mais do que a soma das identidades dos indivíduos envolvidos, dada sua atenção aos alicerces estruturais da identidade (Kinnvall, 2004, p. 747–748). Inclusive, importa ressaltar que Kinnvall endossa uma compreensão intermediária do processo de construção identitária, que envolve tanto as interações intersubjetivas como as concepções internalizadas a respeito da própria subjetividade, isto é, que envolve tanto dinâmicas externas ou relacionais como internas ou subjetivas (Kinnvall, 2004, p. 749).

Já Croft (2012) desenvolve uma conexão entre o processo de securitização, numa abordagem por ele denominada ‘pós-Escola de Copenhagen’, com questões identitárias e a busca por segurança ontológica. O conceito chave aplicado é o de ‘insecuritização’, que denota a compreensão da segurança com um processo no qual a designação daqueles que devem ser protegidos e daqueles que devem ser objeto de controle e temidos é feita pelo poder dominante (Croft, 2012, p. 220). A insecuritização da identidade permite dar solidez social às identidades centrais à narrativa biografia dos indivíduos, a partir da construção temporal e espacial de outros vinculados à ideia de ameaça, de modo a possibilitar a construção de quais seriam as respostas ‘apropriadas’ e ‘adequadas’, em termos de segurança ontológica. Assim, insecuritizações sutis passam a integrar o senso comum e ser aceitas pelas pessoas quando construídas por sujeitos em estruturas de confiança, como atores sociais importantes na política, na mídia, na igreja, etc. (Croft, 2012, p. 228).

O indivíduo seguro ontologicamente é definido pelo autor como alguém que desenvolve uma experiência de vida significativa e tem um senso contínuo e consistente da realidade externa, o que permite o desenvolvimento de interações sociais e a construção de uma realidade comum, considerada normal. Dessa forma, é possível a construção de narrativas pessoais ou biografias que dão um senso de direção e completude ao contextualizar questões como ‘quem sou eu’ e ‘como ou por que devo agir’, de cunho intrinsecamente existencial (Croft, 2012, p. 221). A confiabilidade nessas narrativas que confere ao indivíduo o senso de segurança ontológica, que ‘põe entre parênteses’ ansiedades existenciais conectadas às raízes da experiência de existência no mundo (Croft, 2012, p. 222).

⁴² No original: “[...] the development of a consistent feeling of biographical continuity where the individual is able to sustain a narrative about the self and answer questions about doing, acting, and being”.

Essa leitura da segurança ontológica como um estado relativo permite a problematização do senso de subjetividade, o qual não é fixo, ou seja, as pessoas não têm uma ‘identidade essencial’ (*core identity*), mas ‘como se fossem identidades’ (*as-if identities*), que estão sempre em processo de desenvolvimento (Croft, 2012, p. 226–227). Por meio da conexão dos níveis macro e micro, ou seja, de como os indivíduos se baseiam em identidades coletivas para construir a própria subjetividade, é possível compreender como a violência é organizada por meio do apego das pessoas a identidades específicas mas múltiplas, em razão da inseguritização da subjetividade, que é, ao mesmo tempo, desencadeada pela busca por segurança ontológica (Croft, 2012, p. 232). O próprio processo de inseguritização também é considerado naturalmente instável, frágil e contestado, o que permite a construção de resistência e mudança. Isso decorre das próprias possibilidades dos processos de outridade, que permitem não somente a construção de inimigos, mas de várias outras posições intermediárias, como de neutralidade, admiração, etc. Em suma, abre-se caminho ao estudo das mais diversas formas de exclusão e de marginalização criadas pelas estruturas de poder modernas por meio de crenças, práticas, rotinas e discursos (Croft, 2012, p. 232–233).

Pode-se perceber que, conquanto haja divergência no emprego do conceito ou na ênfase da análise, as abordagens estadocêntrica e subjetiva compartilham a inspiração nas premissas de segurança ontológica desenvolvidas por Anthony Giddens no âmbito da sociologia e por Ronald D. Laing na psicologia (Kinnvall; Mitzen, 2017, p. 2). Identifica-se um cerne conceitual, constituído pelo foco na análise da relação entre segurança e identidade e entre identidade e resultados políticos, levando em consideração não somente aspectos estruturais, mas também cognitivos e afetivos. Considerando que a manutenção de uma narrativa biográfica contínua é essencial aos sujeitos políticos, a qual é socialmente construída, do mesmo modo que para os indivíduos, a busca por segurança ontológica passa a ser tão necessária quanto a busca pela segurança física (Kinnvall; Mitzen, 2017, p. 3–5).

c) A abordagem crítica ou ambivalente: segurança como um significante espesso e as contribuições psicanalíticas ao conceito de segurança ontológica

Trabalhos recentes começaram a se voltar para as raízes psicológicas do conceito de segurança ontológica, que teriam sido negligenciadas pela visão sociológica de Giddens, a qual informa a maior parte da teorização nas IR, os quais passaram a ser considerados uma nova abordagem na literatura (Cash, 2017; Eberle, 2017; Gustafsson; Krickel-Choi, 2020; Vieira, 2018). Segundo Columba Peoples e Nick Vaughan-Williams (2021, p. 73), ela apresenta três características distintas: primeiro, ao invés da especificação de um objeto referentes

específico, busca identificar, em diferentes contextos, a natureza do contexto de segurança como um significante espesso (*thick signifier*). Segundo, problematizam a atribuição de um *status* ontológico à segurança ontológica, entendendo-o como um estado relativo que se *busca* alcançar. E terceiro, parte de uma origem pós-estruturalista para a teorização da segurança ontológica, baseada em Jef Huysmans⁴³ e Jacques Lacan⁴⁴.

O trabalho Jef Huysmans (1998) advoga uma visão crítica das abordagens de segurança e adota uma posição ambivalente de seu objeto referente⁴⁵, o qual corresponde ao trabalho realizado pelo conceito de ‘segurança’ em diversos contextos, isto é, o trabalho ordenador das práticas securitárias, abordagem por ele denominada como significante espesso (Croft; Vaughan-Williams, 2017). O autor ressalta que “uma vez que a segurança é enunciada, uma escolha foi feita e a política do significante está em ação. A questão, então, é como enunciar a segurança e com que finalidade”⁴⁶ (Huysmans, 1998, p. 234 tradução da autora). Assim, a abordagem da segurança como significante espesso pressupõe o foco na função desempenhada pela articulação da segurança em um determinado contexto, para compreender a finalidade e as consequências do enquadramento de uma questão ou situação como ‘de segurança’ (Huysmans, 1998, p. 231; 248; McDonald, 2008, p. 64). Em razão disso, a enunciação do significante ‘segurança’ se torna autorreferencial, pois passa a constituir, em si mesma, relações de insegurança, o que lhe confere um caráter performativo. Este se dá pelo fato de a segurança produzir uma realidade por meio de uma forma específica de ordenação, dentro de uma "ordem simbólica" particular, categorizando e excluindo relações sociais. Logo, o contexto social e histórico não pode ser desconsiderado da análise, pois este revela as forças de poder que operaram nas dinâmicas securitárias (Huysmans, 1998, p. 232–233).

⁴³ Jef Huysmans (1998) é considerado por autores como Kinnvall (2004, 2006), Steele (2005, 2008), Mitzen (2006) e outros um dos pioneiros na aplicação do conceito de segurança ontológica como uma abordagem crítica da segurança nas RI. Entretanto, é importante notar o que autor não desenvolve o conceito de segurança ontológica de forma sistemática, mas o posiciona como uma forma de articulação da segurança, com base na sua abordagem como significante espesso.

⁴⁴ Apesar do estudo inicial de Kinnvall (2004, 2006) fazer uma leitura de Huysmans e de autores psicanalíticos (como Kristeva e Lacan), a autora direciona seu foco de análise às lógicas de securitização das subjetividades, o que destoa da abordagem original de Huysmans (1998), que não foi idealizada para a análise de narrativas e de sujeitos de segurança ontológica, razão do posicionamento de Kinnvall na abordagem anterior (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 73–74).

⁴⁵ O objeto referente é considerado ambivalente na medida em que não há sua especificação antes da análise. Nessa perspectiva, o objeto referente emana da ontologia determinada pela performance do significante ‘segurança’, em outras palavras, a identificação e constituição do objeto referente ocorre simultaneamente ao argumento securitário que visa protegê-lo. Assim, a insegurança ontológica não necessariamente precisa ser superada, podendo ser compreendida como uma possibilidade de rearticular a política mundial por meio da comparação dos diferentes significados articulados pelas práticas securitárias (Huysmans, 1998, p. 247–249; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 76).

⁴⁶ No original: “[...] once security is enunciated, a choice has been made and the politics of the signifier is at work. The question, then, is how to enunciate security and for what purpose”.

Na prática, Huysmans (1998) entende que a segurança intermedia a relação entre a vida e a morte⁴⁷, ou, como Peoples e Vaughan-Williams explicam: “A política de segurança nos permite 'conhecer' e combater a morte por meio do estabelecimento de um regime de ameaças e contramedidas por procuração”⁴⁸ (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 75 tradução da autora). Em razão disso, ocorre a articulação de uma dupla problemática securitária, em outras palavras, a mediação de duas formas interdependentes de articulação da segurança: a questão da segurança cotidiana (*daily security*), como forma de mediação de amizades e inimizades; e questão da segurança ontológica (*ontological security*), como forma de mediação de caos e ordem (Huysmans, 1998, p. 242). A segurança cotidiana se destina à definição, percepção, construção e administração de ameaças, como uma tentativa de adiar a morte pelo combate de ameaças concretas. Já a segurança ontológica consiste na estratégia de administrar os limites da reflexividade ao inserir relações sociais dentro de uma ordem simbólica e institucional. Por isso, relaciona-se a atividade política de construção da ordem social, ou seja, a ordenação das relações sociais e, simultaneamente, da própria capacidade de auto-ordenação, com a construção de sua legitimidade (Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 6–7; Huysmans, 1998, p. 236; 242; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 75).

Em outra linha, Marco A. Viera (2018) segue uma abordagem alternativa à segurança ontológica que se baseia na teoria lacaniana. Um conceito-chave dessa perspectiva de subjetividade é o de fantasia, que, como explica Jakub Eberle (2017), permite a compreensão tanto da construção narrativa do mundo social quanto dos meios para lidar com a ansiedade e a segurança ontológica. A fantasia se constitui nas “histórias que contamos a nós mesmos e uns aos outros para dar sentido ao mundo multifacetado e ambíguo”⁴⁹ (Eberle, 2017, p. 3 tradução da autora), ou seja, são molduras narrativas que permitem aos sujeitos construir e se conectar à realidade social e, ao mesmo tempo, estabilizá-la.

Para Lacan, como aponta Eberle (2017), o sujeito é socialmente construído pela identificação com um significante que serve como identidade social, como nosso nome, nacionalidade, profissão etc., que fornece roteiros que informam nosso papel, reconhecimento e lugar na sociedade. No entanto, os sujeitos também são essencialmente incompletos, porque

⁴⁷ A morte, como fim último, mas indeterminado do ser humano, sempre foi alvo do escrutínio. Então, busca-se aplacar a incerteza ligada a morte, dada a impossibilidade de obtenção de conhecimento a seu respeito, por meio da concretização do medo pelo desconhecido, a qual se dá pela objetificação desse medo em inimigos e ameaças concretas, cujo combate se torna a prioridade principal (Huysmans, 1998, p. 236–237; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 74–75)

⁴⁸ No original: “Security policy allows us to ‘know’ and counter-act death via the establishment of a regime of proxy threats and countermeasures”.

⁴⁹ No original: “Fantasies are stories we tell ourselves and to one another to make sense of the multifaceted and ambiguous”.

os recursos que utilizamos são dados *a priori*, como "propriedades de ordens que nos precedem há muito tempo"⁵⁰ (Eberle, 2017, p. 4 tradução da autora). Essa situação parece tirar nossa singularidade do sujeito que não pode ser traduzida por essa língua estrangeira e, portanto, dá origem a uma falta existencial.

Eberle (2017) continua apontando que, normalmente, as pessoas não estão constantemente conscientes dessa falta, o que pode desencadear ansiedade, principalmente porque as fantasias servem como um mecanismo de proteção que oferece uma identidade inteira imaginada. Na prática, a carência ontológica é traduzida em uma carência empírica, relacionada a "objetos" específicos, como relacionamentos, bens de consumo, saúde, segurança etc., que passam a ser desejados. Esse processo promove a racionalização da falta, traçando um caminho possível para preenchê-la por meio da obtenção do "objeto" desejado, uma busca que, no entanto, está fadada ao fracasso, o que leva à elaboração de narrativas que justificam sua não realização e abrem caminho para novas fantasias. Assim, “a relação entre os sujeitos e os 'objetos' de seu desejo serve como estabilizador do senso de identidade e da realidade social dos sujeitos, bem como sua proteção contra a ansiedade”⁵¹ (Eberle, 2017, p. 5 tradução da autora). Por causa disso, diz-se que o sujeito é sempre incompleto ou, em outras palavras, carece de uma âncora fundacional.

A compreensão da fantasia como uma narrativa, desprovida de ambiguidades e complexidades, oferece aos sujeitos algum grau de fechamento e, portanto, proteção contra a ansiedade. Como "a fantasia estabiliza nosso senso de realidade diante de um mundo incerto e de nossa própria incompletude (falta) subjetiva"⁵² (Eberle, 2017, p. 7 tradução da autora), ela oferece segurança ontológica ou, pelo menos, uma promessa disto. Por outro lado, como alerta Eberle (2017), embora seja um meio de fechamento, a busca por segurança ontológica é um processo político, que está embutido na dinâmica de poder que permite a repressão e a exclusão em favor de uma visão preferida da ordem social.

Nessa linha de raciocínio, Vieira (2018) argumenta que, na busca incessante pela segurança ontológica, a ansiedade atua como um motor emocional inconsciente que leva os atores a (re)construir discursivamente sua subjetividade por meio de significantes-mestres⁵³,

⁵⁰ No original: “they are properties of orders that long predate us”.

⁵¹ No original: “The relationship between subjects and ‘objects’ of their desiring serves as a stabiliser of the subjects’ sense of identity and social reality, as well as their protection against anxiety”.

⁵² No original: “[...] fantasy stabilises our sense of reality in the face of the ultimately uncertain world and our own subjective incompleteness (lack)”.

⁵³ Os significantes-mestres são extraídos da "ordem simbólica preexistente", como "ideais, valores, convenções e significados articulados na linguagem", e se tornam objetos de desejo do sujeito "como forma de sustentar um senso ilusório de estabilidade psicológica"⁵³ (VIEIRA, 2018, p. 9, tradução da autora).

um processo que é "movido pela ansiedade" e "fantasiado". Isso caracteriza uma falta, pois esses significantes-mestres não conseguem capturar as complexidades do "significado existencial central do sujeito", embora proporcionem uma ilusão de totalidade, dando uma "sensação de 'prazer'"⁵⁴ (Eberle, 2017, p. 8 tradução da autora). Esse mecanismo psicológico funciona na dimensão "imaginária" e "simbólica" da subjetividade, na qual a identidade imaginária (ego) do eu é construída espelhando um outro superior imaginado (Vieira, 2018, p. 9-11). Assim, "[Uma] forma fantasiada de segurança ontológica é estabelecida quando o eu ansioso e o eu narrado se fundem em um sujeito funcional, embora sempre incompleto"⁵⁵ (Vieira, 2018, p. 21 tradução da autora). A narrativa de fantasia, nesse caso, serve para dar aos sujeitos a ilusão de completude, de modo que eles possam se movimentar pelo mundo social, exercendo sua agência com propósito.

Essa agenda com foco na ambivalência e nas relações de poder, estabelecida pelos trabalhos recentes em segurança ontológica, utiliza a abordagem de segurança como 'significante espesso', de Huysmans, como forma de possibilitar a análise do contexto e dos efeitos performativos das práticas e dos discursos de segurança. Então, a insegurança ontológica deixa de ser um estado a ser superado e passa a ser vista como uma força de reestruturação da realidade política (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 76).

As divisões apresentadas, apesar de inerentemente sujeitas a contestação, buscaram mapear as diferentes contribuições existentes na literatura de segurança ontológica nas RI. Além disso, demonstram a importância da abordagem, que tem conectado debates críticos de segurança sobre identidade, subjetividade, resistência e crises políticas, inclusive com foco em possibilidades de mudança política, para a compreensão dos processos securitários contemporâneos (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 78).

1.2.3 Críticas e debates na aplicação do conceito de segurança ontológica nas Relações Internacionais

Esta seção objetiva apresentar os principais pontos de debate e as críticas à aplicação do conceito de segurança ontológica nas RI presentes na literatura, de modo a apontar o posicionamento da presente pesquisa com relação a esses debates teóricos, o que possibilitará uma maior clareza conceitual.

⁵⁴ No original: "the subject's core existential meaning"; "sense of 'enjoyment'".

⁵⁵ No original: "[A] fantasised form of ontological security is established when the anxious and the narrated selves coalesce into a functional, albeit always incomplete, subject".

Um dos primeiros pontos de debate na literatura se relaciona à fonte da segurança ontológica no mundo político, ou seja, se há uma influência maior das pressões identitárias relacionais ou exógenas, oriunda das interações e do ambiente internacional, ou das pressões identitárias subjetivas ou endógenas, relacionadas as visões sobre o ‘eu’ estatal contidas na narrativa biográfica, debate que, segundo Zarakol (2010, p. 3–4), deriva da problemática agente-estrutura das RI. A autora identifica três formas diversas de operacionalizar a questão, metodologicamente: a primeira, com foco em dinâmicas sociais, intersubjetivas ou externas (Mitzen, 2006); a segunda, através da ênfase em processos individuais, reflexivos ou internos (Steele, 2005, 2008); e, uma terceira, considerada intermediária em razão de buscar integrar ambas as posições (Kinnvall, 2004).

Esta divergência foi utilizada na classificação das abordagens de segurança ontológica nas RI apresentada no tópico anterior. Entretanto, cumpre ressaltar que no presente trabalho se adota a perspectiva intermediária de que tanto dinâmicas externas como internas influenciam o processo de busca por segurança ontológica. Metodologicamente, elas são consideradas como estratégias ou mecanismos interconectados, que se reforçam mutuamente, dentre os quais se destaca a criação de narrativas biográficas sobre a autoidentidade e o estabelecimento de rotinas com outros significantes que se reinscrevem nas narrativas (Browning, 2018; Mitzen, 2018; Rumelili, 2015b)⁵⁶.

A segunda crítica diz respeito à questão do nível de análise, ou seja, a aplicação do conceito, originalmente desenvolvido com referência ao indivíduo, para o estado. A abordagem estadocêntrica se encontra em alguns dos trabalhos principais e pioneiros no estudo da segurança ontológica nas RI, como os desenvolvidos por Jennifer Mitzen (2006), Brent Steele (2005, 2008) e Ayse Zarakol (2010), os quais, apesar de o conceito de segurança ontológica ter sido desenvolvido, tanto em Laing como em Giddens, no nível individual e com foco no indivíduo intersubjetivamente considerado, transpõe o conceito para o nível estatal e tomam o estado como objeto referente (Croft, 2012, p. 219–220; Croft; Vaughan-Williams, 2017, p. 5–6). Inclusive, essa questão de quem deveria ser o sujeito de busca por segurança ontológica é um dos principais debates da literatura. Alanna Krolikowski (2008, p. 111) aponta que esse movimento analítico é problemático por obscurecer importantes aspectos relacionados a forma que o estado, como uma instituição em evolução, impacta o senso de segurança ontológica dos indivíduos. Já Stuart Croft (2012, p. 225) entende que a literatura deveria focar na compreensão

⁵⁶ Para outros mecanismos e práticas de busca por segurança ontológica, veja Browning (2018)

do enquadramento intersubjetivos das inseguranças individuais ao invés de reificar o estado, como muitos estudos de teorias das RI fazem.

Mitzen apresenta três justificativas para a transposição conceitual do nível individual para o coletivo. Primeiro, por meio da noção de personificação do estado, ou seja, a atribuição de qualidades antropomórficas para os estados, tratando-os “como pessoas”, com o propósito heurístico de compreender aspectos reais do comportamento estatal na política internacional. Segundo, para suprir a necessidade de segurança ontológica dos indivíduos que compõe o estado, de modo que a sociedade tenha um ambiente cognitivo estável que ofereça segurança às identidades individuais e permita uma conexão a estas identidades coletivas e a preservação da distintividade do grupo social. E, por fim, por permitir a compreensão de padrões de nível-macro, como a falta de confiança entre estados e o cumprimento do Direito Internacional, apesar de variações de nível-micro, como regime, personalidade do líder ou posição no balanço de poder (Mitzen, 2006, p. 351–353).

Steele, apesar de concordar com a ideia de personificação do estado, entende que ela se justifica pelo fato de que os agentes estatais, ao atuarem em nome do estado “são o estado”, pois têm o dever e a capacidade de realizar escolhas políticas com base em uma narrativa que considera políticas anteriores e compromissos firmados, a qual constitui o senso identitário estatal (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 69–70; Steele, 2005, p. 529, 2008, p. 15–20). Assim, narrativas biográficas são utilizadas não somente por indivíduos como por atores coletivos, como o estado, em prol de reafirmar o senso de eu no tempo e no espaço, independentemente do nível de análise em que foca (Steele, 2019, p. 3). Outra justificativa apresentada por Steele (2008, p. 16) diz respeito a importância do uso das emoções, como o medo e o ódio, para justificar, ontologicamente, o comportamento estatal, o qual gera uma conexão emocional entre os indivíduos e o estado.

Nesse trabalho, adere-se à perspectiva defendida por Nina C. Krickel-Choi e Ching-Chang Chen (2023, p. 7), segundo a qual é possível a aplicação do conceito de segurança ontológica quando em face de comportamento de agência, através de múltiplos níveis, inclusive no estatal (Steele, 2019). Além da utilidade analítica da aplicação do conceito para compreender diferentes processos, estudos apontam que emoções coletivas como a ansiedade atuam no nível de grupos e que tem efeitos emergentes e até constitutivos sobre os indivíduos, o que pode explicar a conexão emocional destes com construções sociais como estados e nações (Ejdus, 2020b, p. 13; Kinnvall, 2018, p. 8–10; Krickel-Choi; Chen; Bukh, 2022, p. 5–6).

Outro aspecto importante é que os trabalhos iniciais sobre segurança ontológica nas RI, apesar da crescente popularidade, passaram a ser alvo críticas relacionadas ao que se considera um uso acrítico, ligado a fusão dos conceitos de ‘identidade’ e de ‘eu’, a qual gera uma essencialização do eu como sujeito político e uma fusão entre as noções de segurança ontológica e de estabilidade identitária (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 76–77). Sobre a primeira questão, muitas vezes, observa-se na literatura a segurança ontológica sendo definida, ao mesmo tempo, como “segurança do eu” (Chernobrov, 2016, p. 582; Klose, 2020, p. 3; Mitzen, 2006, p. 341) e como “segurança da identidade” (Akchurina; Della Sala, 2018, p. 1639; Lupovici, 2012, p. 809–810) (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020, p. 5–6; Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 7).

Nina C. Krickel-Choi e Ching-Chang Chen (2023) buscam iluminar a diferença conceitual entre eu e identidade. Os autores explicam que o eu se refere a um sujeito, ou seja, “uma entidade contínua dotada com agência autônoma” (Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 8). A identidade, por outro lado, diz respeito às várias narrativas e expectativas comportamentais que informam a ação daquele sujeito, contadas para que sua existência faça sentido. Assim, a compreensão do eu como pessoa (*personhood*) pressupõe a existência de um senso de continuidade no tempo e no espaço, a capacidade de ação autônoma e o reconhecimento da subjetividade e o respeito por parte de outros. Então, é possível a articulação de identidades que vão diferenciar o eu de outros da mesma categoria (pessoas ou estados, por exemplo) (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 7; Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 8).

No que se refere aos estados, o eu pode ser definido em termos de personalidade estatal (*state personhood*), com base na qual os estados articulam e desenvolvem suas narrativas biográficas (Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 8). A soberania é a instituição fundamental que, através de performances ritualísticas e discursivas, cria um enquadramento da realidade (nos termos de Giddens) que traz os estados e seu ambiente social à existencial, além de oferecer os parâmetros através dos quais se estabelecem regras de interação e de reconhecimento por parte de outros. Nesse sentido: “ser soberano é indiscutivelmente uma pré-condição para articular qualquer narrativa biográfica como um Estado, e é a instituição da soberania que estabelece o Estado como um eu, como um ator autônomo no cenário internacional, e como uma pessoa que é fundamentalmente a mesma que as outras pessoas estatais”⁵⁷ (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 12 tradução da autora). Por isso, a partir dessa

⁵⁷ No original: “being sovereign is arguably a precondition for articulating any biographical narrative as a state, and it is the institution of sovereignty which establishes the state as a self, as an autonomous actor on the international stage, and as a person who is fundamentally the same other state persons”.

compreensão da subjetividade estatal e da consideração da soberania como um enquadramento da realidade desse eu, é possível a compreensão da estruturação e da rotinização das relações interestatais, que partem do princípio de igualdade formal entre os estados, e da busca de um senso de previsibilidade do mundo, ligado a existência de regras procedimentais que disciplinam as interações, aspectos que podem ser ameaçados em face de crises ou situações conflitivas (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 9–11).

É importante ressaltar que tanto eu como identidade são resultado de processos sociais e não dados pré-estabelecidos, embora o eu seja comparativamente mais estável e um pré-requisito para a identificação, sendo o elemento basilar do conceito de segurança ontológica (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 7; Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 8). Como ressalta Trine Flockhart (2016, p. 8 tradução da autora): “ser ontologicamente seguro não significa ter uma identidade estável, mas sim que o ‘eu’ é constantemente reconstituído e reestruturado com base em estruturas de conhecimento em mudança que são capturadas em narrativas e incorporadas em processos de identificação”⁵⁸. Até porque, a manutenção da segurança ontológica depende tanto da narração como da ação, ou seja, da produção narrativa de histórias e o desenvolvimento de práticas e ações rotineiras, o que é realizado pelo eu, o qual “faz a ação, a narração e a identificação” (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 6 tradução da autora). Dessa forma, a segurança ontológica pode ser definida como uma necessidade existencial dos entes de se sentir seguros em seu senso do eu e no mundo em que encontram, ou seja, um senso de segurança relacionada à existência do eu (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 6; Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 2), o qual se fundamenta em estratégias focadas na administração da ansiedade cotidiana (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 4; Mitzen, 2018, p. 394).

Sobre o foco na continuidade e na designação de uma espécie de *status* ontológico à segurança ontológica, Browning e Joenniemi (2017) apontam que a redução do conceito à preservação de um entendimento estanque da identidade reduz o papel do eu e sua habilidade de lidar com mudanças, bem como sua conexão à intersubjetividade e às dinâmicas de reconhecimento. A consequência é uma espécie de *status quo bias*, ou seja, a consideração da mudança como negativa e a uma concepção restritiva da segurança ontológica como preservação de identidades existentes, além de confundir sujeitos com identidades sem se atentar à inter-relação entre estes conceitos, como supramencionado (Browning; Joenniemi, 2017, p. 33–34; 40). Além disso, ocasiona um generalizado foco empírico em situações

⁵⁸ No original: “being ontologically secure does not mean having a stable identity, but rather that the ‘self’ is constantly reconstituted and regrounded on the basis of changing knowledge structures that are captured in narratives and incorporated into identification processes”.

conflitivas, em que se observa contestações ou ameaças identitárias (Croft, 2012; David, 2019; Lupovici, 2012; Mitzen, 2006; Rumelili; Çelik, 2017), o que faz com que outras formas cotidianas de busca por segurança ontológica sejam subestimadas (Krickel-Choi, Nina C., 2022, p. 4).

Apesar do pressuposto de necessidade de estabilidade cognitiva administração da incerteza e, conseqüentemente, para contenção da ansiedade em face de situações críticas, a fixação de certas estruturas de significado, com a imaginação de identidade fixas ou homogêneas, vai contra a própria natureza intersubjetiva das identidades, como construções sociais inerentemente contestadas, refletindo, na verdade, inseguranças ontológicas (Browning; Joenniemi, 2017; Cash; Kinnvall, 2017, p. 2020; Eberle; Handl, 2018). Conforme expõe Rumelili (2018, p. 284 tradução da autora): “[...] as identidades mudam em continuidade, dependem da construção tanto da semelhança como da diferença, e são forjadas a partir do consenso, mas permanecem abertas à contestação”⁵⁹. Ao buscarem mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados, podem trazer conseqüências extremamente danosa à segurança dos entes, como a securitização da subjetividade⁶⁰ ou a securitização da memória⁶¹ (Cupać, 2020; Mälksoo, 2015).

Para Browning e Joenniemi (2017), segundo Giddens, a segurança ontológica se relaciona a capacidade de um ator de lidar com incertezas e mudanças, o que pode requerer o desenvolvimento e a alteração da narrativa biográfica ou do comportamento (Browning; Joenniemi, 2017; Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 77). Por isso, é necessário priorizar estratégias de alívio de ansiedade que não impliquem na interpretação da diferença em termos de ameaça identitária, pois tanto a insegurança ontológica como a ansiedade dependem da forma pela qual os atores lidam com a diferença: pode-se buscar “atenua[r] a ansiedade enfatizando conceitos como amizade, confiança, respeito e cooperação”⁶² (Cupać, 2020, p. 12 tradução da autora).

Há margem a um dinamismo narrativo, desde que seja preservado um grau de continuidade evolutiva do relacionamento com o outro e da narrativa biográfica (Berenskötter,

⁵⁹ No original: “[...] identities change in continuity, depend on the construction of sameness as well as difference, and are forged out of consensus but remain open to contestation”.

⁶⁰ A securitização da subjetividade ocorre quando um grupo conecta seu senso de ansiedade a uma ameaça de outro grupo ou de um processo social, o que gera a adoção de uma noção essencialista da identidade coletiva, por meio do estabelecimento de uma barreira clara entre nós/eles (Cupać, 2020).

⁶¹ A securitização da memória (mnemorial security) é o processo pelo qual determinadas lembranças históricas são juridicamente protegidas enquanto outras são deslegitimadas e criminalizadas, mesmo que tais políticas obscureçam complexidades e possam promover e sedimentar divisões sociais (David, 2019; Mälksoo, 2015).

⁶² No original: “Instead, they mitigate anxiety by emphasizing such concepts as friendship, trust, respect, and cooperation”.

2014; Chernobrov, 2016). Entretanto, a capacidade de adaptação é constrangida estruturas de significado existentes, as quais conferem o contexto dentro do qual a mudança e o senso de continuidade entre passado e presente são convincentes (Eberle; Handl, 2018, p. 6; Krickel-Choi, Nina C, 2022, p. 14). Por isso, Steele argumenta que, em razão da capacidade desigual em agir reflexivamente em face a ameaças e a natureza incerta das situações críticas, a compreensão desses processos é essencial para a busca do aumento das capacidades reflexivas e, assim, evitar o constrangimento no emprego das capacidades do ente (Steele, 2008). Por exemplo, Subotic (2016), ao reconhecer a dificuldade do processo de mudança identitária, defende que, diante de eventos traumáticos que ameaçam diversas esferas securitárias, ao invés da criação ou reescrita das narrativas, pode-se utilizar de elementos já existentes da narrativa biográfica para justificar a mudança. Assim, ao mesmo tempo em que se preserva a ordem e a estabilidade ambiental, ou seja, a segurança ontológica, permite-se constituir uma espécie de ponte cognitiva coerente entre a mudança e o modelo narrativo geral vigente (Subotić, 2016).

Percebe-se que a promoção do pluralismo é um fator chave, já que a identidade depende da diferença para a criação de uma base sustentável à segurança ontológica, além de que um certo grau de conflito e de dissenso são muito importantes na promoção da mudança positiva (Rumelili; Çelik, 2017). Dessa forma, acentua-se o papel da reflexividade com relação à identidade em um mundo em constante alteração, que demanda a busca contínua por manter um senso do “eu” através da existência e da ação (Flockhart, 2016, p. 7)

Continuando o debate sobre as críticas, Will K. Delehanty e Brent J. Steele (2009, p. 525) e Chris Rossdale (2015, p. 373;377) se atentam às implicações éticas daquelas abordagens, apontando à problemática de fechamento da subjetividade, ou em outras palavras, a vinculação a uma identidade única que é duramente oposta a um outro externo e, portanto, que exclui a possibilidade de ambivalência e de diferença (Vieira, 2018, p. 7–8). Dessa forma, pode haver uma despolitização do sujeito político, com o fechamento de questões ligadas à existência, o que gera o disciplinamento ou a marginalização dos modos de subjetividade que resistem ao fechamento das estratégias de busca por segurança ontológica, principalmente às de securitização. Por isso, defende-se a importância da deliberação ético-política e da busca pela alternativas de resistência que acentuem as inconsistências das narrativas dominantes, ou seja, reafirmam a necessidade da exploração de políticas alternativas de subjetividade que abram espaço para grupos então marginalizados (Delehanty; Steele, 2009, p. 525; Rossdale, 2015, p. 383–384). Jakub Eberle (2017) também critica a zona de conforto que uma identidade estável pode supostamente oferecer, instando à reflexão sobre os efeitos excludentes e

opressivos que a busca por fechamento da narrativa biográfica inflige sobre outros, em prol da segurança ontológica.

Também se adverte à tendência em tratar a segurança ontológica e a insegurança ontológica como estados binários ou categorias fixas (Peoples; Vaughan-Williams, 2021, p. 77). Liz Bondi argumenta em prol de um tratamento mais dinâmico e relacional do conceito, como “tipos ideais intrinsecamente inalcançáveis” (2014, p. 341), dispostos em um contínuo entre os quais os sujeitos se movimentam (2014, p. 344). Do contrário, se obscurece a compreensão do papel da ansiedade, desconsiderando sua ambivalência e potencial positivo (Rumelili, 2015b, p. 12), ligado à possibilidade de mapear uma existência significativa que gere a satisfação do potencial do eu e, assim, a busca por autenticidade (Rumelili, 2020).

Por isso, é essencial se atentar ao papel da ansiedade, que permite distingui-la da insegurança ontológica. Gustafsson e Krickel-Choi (2020, p. 12) defendem que uma reflexão sobre as origens teóricas da segurança ontológica em Laing, ligada à literatura existencialista sobre ansiedade, pode esclarecer a ambiguidade conceitual e contornar as questões do chamado *status quo bias*, ou seja, a preocupação com continuidade e a problemática da redução do conceito de segurança ontológica a mera preservação identitária. Há dois tipos de ansiedade, a ansiedade normal e ansiedade neurótica. A ansiedade normal se refere ao tipo de ansiedade enfrentada no cotidiano, que pode ser lidada de forma construtiva a partir da alteração da situação que a desencadeou. Por outro lado, a ansiedade neurótica guarda relação com a recusa ou incapacidade de lidar com as incertezas da vida, ou seja, o enfrentamento de situações críticas, sendo uma condição extraordinária que afeta o senso de existência do eu e demanda mecanismos mais severos para superação de seus efeitos debilitantes (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020, p. 12; Krickel-Choi, Nina C, 2022, p. 13–14). Desta forma, a ansiedade neurótica (ou existencial) pode ser posta no nível da insegurança ontológica, por ser rara e patológica, e a ansiedade normal no da segurança ontológica, cuja experiência existencial não é prejudicada pela ansiedade, considerando que a segurança total é inatingível ante a natural falta de controle do indivíduo sobre os eventos, sendo necessário aprender a encará-la e usá-la de forma construtiva (Gustafsson; Krickel-Choi, 2020).

Dessa forma, a segurança ontológica pode ser compreendida como a ausência de ansiedade existencial, não sendo incompatível com sentimentos normais de ansiedade, tendo em vista que esta é administrável e temporária, além de não representar uma ameaça fundamental ao senso do eu. Já a insegurança ontológica como a condição em que a ansiedade enfrentada é potencialmente debilitante e leva à experiência de uma ameaça existencial ao senso de eu (Krickel-Choi, Nina C, 2022, p. 14). Esta pode ser entendida não como um estado

absoluto e extremo, mas relativo, no qual ansiedades que não podem mais ser contidas pelos processos sociais e políticos existentes são desencadeadas de várias formas e graus. Assim, a segurança ontológica pode ser compreendida como um estado sempre incompleto e frágil, que permite os modos alternativos de existência apontados por Rossdale (2015).

Nessa perspectiva, a qual esta pesquisa adere, um senso relativo de segurança ontológica seria passível de ser atingido, sendo mais comum a observação dos efeitos da ansiedade do que da insegurança ontológica. Essa perspectiva torna possível a consideração tanto da continuidade como da mudança, na medida em que, apesar de a mudança poder induzir à ansiedade, nem toda mudança levará à insegurança ontológica, podendo servir como fator de inspiração à transformação (Krickel-Choi, Nina C, 2022, p. 15–16).

Entretanto, argumenta-se que a depender das capacidades reflexivas do ente, a ansiedade existencial pode acarretar o desenvolvimento de respostas que levem apenas à sensação de obtenção de segurança ontológica, como o desenvolvimento de narrativas de fantasia que tragam apenas a ilusão de completude do eu. Logo, a consideração dos estados de segurança ontológica e de insegurança ontológica não como binários, mas como um processo parece mais pertinente, ou seja, como um estado relativo, em que os sentimentos de (in)segurança podem ser mais ou menos intensos a depender do caso. A estrutura ontológica do eu deve ser entendida como um processo de tornar-se⁶³, ou seja, o eu (agente) e o senso do mundo (estrutura) estão em constante evolução, em um processo mutuamente constitutivo, que leva em consideração experiências e estruturas de conhecimento (Berenskötter, 2014). Essa noção reforça a ideia de um eu antifundacional, ou seja, que não tem uma essência dada, mas em constante construção. Dessa forma, é possível ter uma visão mais acurada das fontes de mudança, de modo que se considere que os agentes agem⁶⁴ de forma motivada e intencional, mas sempre tendo em vista a necessidade de buscar sua segurança ontológica (Flockhart, 2016, p. 8–9).

Por fim, algumas palavras sobre questões ontológicas e epistemológicas fundamentais à análise. A abordagem delineada se fundamenta em uma ontologia construtivista, a qual parte do pressuposto de que as comunidades políticas, como os estados, são produtos de processos políticos e historicamente contingentes (Berenskötter, 2014, p. 263). O estado, como ator social, é fruto de representações (narrativas, memórias coletivas e imaginários), nas quais o

⁶³ O processo de tornar-se (process-of-becoming), nos termos de Kinnvall (2004).

⁶⁴ Conforme Trine Flockhart (2016, p. 9), a agência é multifacetada e deriva de processos relacionais com externalidades (estruturas, eventos e inter-relações com outros) e de processos reflexivos e constitutivos internos ao agente.

estado, ao ocupar a posição-sujeito central, é constituído discursivamente como um sujeito (Weldes *et al.*, 1999, p. 14). Entretanto, o *status* de existência de um estado requer o contínuo tratamento e reconhecimento como um estado soberano por parte dos demais, o qual precisa ser ininterruptamente performado, por exemplo, por meio de práticas de fronteira, como a articulação discursiva da semelhança e da outridade (Krickel-Choi; Chen, 2023, p. 8–9). Esse discurso estatista também produz cidadãos como sujeitos específicos, que consomem as representações estadistas e que compartilham os mesmos interesses, ou seja, são mobilizados em suporte a determinada definição de interesse e de insegurança estatal (Weldes *et al.*, 1999, p. 15).

O estado é entendido como uma entidade narrativamente construída, sendo crucial a forma como uma comunidade define sua existência. Essa compreensão vai ao encontro da definição de nação como uma comunidade imaginada, de Benedict Anderson (2008), considerando que discursos nacionalistas produzem “comunidades imaginadas”, pautadas em laços sanguíneos, linguísticos ou culturais (Ejdus, 2018; Weldes *et al.*, 1999, p. 15). Por isso, as fronteiras do estado podem não coincidir com sua delimitação física, do ponto de vista jurídico-institucional da definição clássica de Weber, ou seja, do estado como uma comunidade que detém legitimamente o monopólio exclusivo do uso da força sobre determinado espaço territorial (Berenskötter, 2014; Ejdus, 2018; Weldes *et al.*, 1999, p. 15).

Pelo que se pode observar, a diversidade, que é característica fundamental da agenda de pesquisa em segurança ontológica, abre margem a muitas divergências teóricas. Para Peoples e Vaughan-Williams (2021, p. 78), isto representa uma oportunidade de aplicar o conceito ao mesmo tempo em que o conecta a debates mais amplos dos estudos críticos de segurança. A partir desse panorama dos debates e das críticas sobre a aplicação do conceito de segurança ontológica nas RI, bem como do posicionamento das opções teóricas adotadas nessa pesquisa, o próximo tópico se debruça sobre o delineamento do desenho de pesquisa a ser aplicado no estudo de caso, para que seja possível se responder às perguntas de pesquisa.

1.3 DELINEANDO O PROCESSO DE BUSCA POR SEGURANÇA ONTOLÓGICA ATRAVÉS DE NARRATIVAS

Partindo do pressuposto que as narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, sob uma abordagem discursiva, a segurança ontológica está relacionada à necessidade de um ator manter uma narrativa biográfica contínua para atingir um senso estável de identidade, cuja necessidade pode até mesmo colocar em risco sua segurança física (Eberle; Handl, 2018; Kinnvall; Mitzen, 2017). Por meio da análise das

narrativas, visa-se identificar, além das representações e das estruturas discursivas, os padrões na ordenação dos eventos, além de como esses padrões são mantidos ao longo do tempo, considerando a necessidade de integração de novos eventos à narrativa (Rumelili; Çelik, 2017, p. 7). Por funcionarem como descrições autobiográficas do narrador, sob constante disputa política, as narrativas biográficas são essenciais na identificação de seu conceito de ‘eu’, pois utilizam o passado para guiar e explicar o presente e o futuro (Shenhav, 2015, p. 4).

A narrativa biográfica estatal serve tanto às necessidades individuais quanto às do grupo, pois oferece estruturas compartilhadas de significado que geram sentimentos de pertencimento e de ordem, ajudando-os a dar sentido a sua existência temporal e espacial (Berenskötter, 2014, p. 269). Então, interferem na percepção individual e coletiva da realidade social, criando laços de pertencimento e de identidade ao tratar de questões como a origem e o futuro de um grupo, as quais servem de parâmetro à interpretação dos eventos presentes (Shenhav, 2015, p. 10). Isso faz com que sejam intimamente ligadas às dinâmicas de poder, por serem fontes poderosas na (des)motivação da ação política, ao privilegiar e moldar determinados resultados, conquanto são abertas à interpretação, mas seu efeito atrativo depende da emergente conexão entre narrador e audiência (Nesbitt-Larking, 2017, p. 571; Patterson; Monroe, 1998).

Nesse processo de construção do “eu” estatal, caracterizado como um processo de tornar-se, diversas narrativas competem na construção e manutenção das autobiografias dos estados, em um processo mutuamente constitutivo, como forças de contestação à fixação do eu dominante (Delehanty; Steele, 2009; Narozhna, 2020). A narrativa, da perspectiva da segurança ontológica, é vista como um dispositivo de criação de sentido que permite que as concepções de identidade estável sejam projetadas, até mesmo protegidas, através do tempo e do espaço (Steele; Homolar, 2019).

Com base na literatura construtivista sobre as relações entre o poder das ideias e as decisões políticas, essa competição se dá em um ambiente ideacional altamente contestado, de modo que há uma mútua constituição da narrativa dominante e das subjugadas, simultaneamente, pois o eu-nacional não é homogêneo, mas é retratado de tal forma pela narrativa dominante para mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados (Delehanty; Steele, 2009; Narozhna, 2020). Por outro lado, a limitação do espaço ideacional de debate e de negociação da narrativa biográfica coletiva pode gerar desbalanços, que indicam fragilidade identitária e podem gerar insegurança ontológica (Narozhna, 2020).

Nesse sentido, a contestação narrativa ocorre discursivamente, por meio da relação das narrativas competitivas à narrativa dominante, que, assim, podem, potencialmente,

desafiar, subverter e transformá-la (Delehanty; Steele, 2009). Esse processo confere uma fluidez natural ao senso identitário e, conseqüentemente, torna-o insuscetível de total controle, pois depende do reconhecimento de outros atores e em face da ordem internacional, de modo que ações direcionadas à mudança podem ameaçar a segurança ontológica do estado (Eberle; Handl, 2018).

Uma análise sobre a segurança ontológica requer a consideração de seis dimensões, em três níveis. Essas dimensões são: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa. Antes de adentrar em cada uma delas, explica-se primeiro como uma divisão heurística da narrativa biográfica em níveis pode contribuir na compreensão do processo de busca por segurança ontológica, considerando a importância da identificação das nuances de mudança e de continuidade.

1.3.1 Os níveis da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica

As narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, pois servem de mecanismo à construção de histórias sobre a identidade dos atores, permitindo sua organização em sequências temporais que dão um senso de continuidade biográfica e servem de guia normativo para a ação (Eberle; Handl, 2018, p. 4). O processo de busca por segurança ontológica via narrativas se desenvolve em três níveis ou formas: um subjetivo; um intersubjetivo; e um externo. O nível subjetivo ou de identidade diz respeito as narrativas sobre o eu construídas no âmbito interno e negociadas dentro da sociedade, as quais criam uma autoimagem do eu pautada em certas normas e expectativas compartilhadas, conforme o ator político busca projetar sua identidade nas relações internacionais. O nível intersubjetivo ou político envolve as narrativas sobre outros significantes, os quais se interligam ao eu por meio de relações (amizade, inimizade, rivalidade, etc) que constroem e reforçam a identidade do eu. E o nível externo abriga as narrativas sobre o sistema internacional como um todo, ou seja, uma noção geral sobre a ordem internacional, da qual a identidade do eu depende e também contribui na manutenção (Eberle; Handl, 2018, p. 5; Miskimmon; O'Loughlin; Roselle, 2017, p. 2–3; 8).

A separação da narrativa biográfica em níveis tem o propósito analítico de auxiliar na explicação da mudança na política externa e, ao mesmo tempo, a identificação das continuidades que permitem a manutenção da coerência da narrativa e do senso de segurança ontológica. Isto é possível pois: “quando ameaçados por uma crise, os Estados respondem por meio de um ajuste narrativo que destaca a continuidade em alguns níveis, ao mesmo tempo em

que permite mudanças em outros níveis”⁶⁵ (Eberle; Handl, 2018, p. 2 tradução da autora). Na realidade, esses níveis são interligados e precisam de uma concatenação lógica que permita a sustentação de um nível básico de coerência narrativa, pois a construção de um nível influencia e reforça a dos outros (Eberle; Handl, 2018, p. 5).

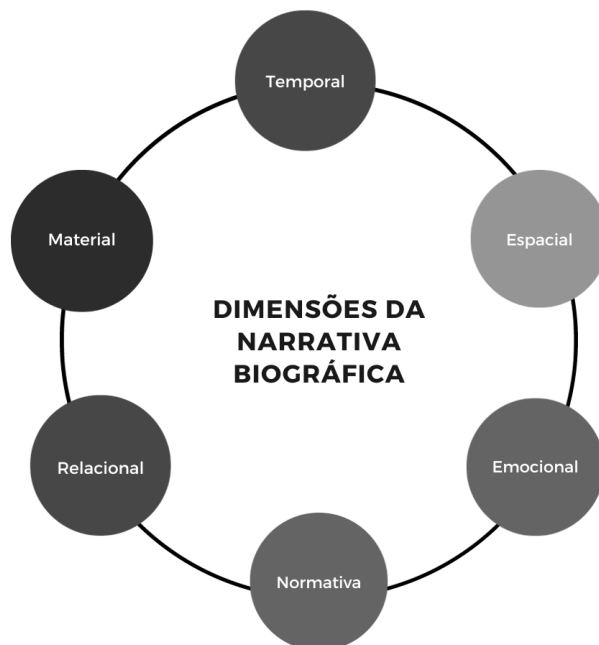
Quando o ator é incapaz de contar histórias coerentes sobre si mesmo ou sobre suas experiências, isso cria uma lacuna entre sua narrativa biográfica e seu comportamento, tornando sua experiência ontologicamente insegura, situação denominada ‘dissonância ontológica’ (Lupovici, 2012; Steele, 2008, p. 3). Além disso, as construções subjetivas do eu também dependem do comportamento de outros, que podem desestabilizar e/ou desafiar uma determinada narrativa (Eberle; Handl, 2018, p. 5).

As mudanças podem se dar em diferentes níveis da narrativa biográfica, da mesma forma que nas políticas, e a separação entre continuidade e mudança acaba sendo borrada no processo de reconstrução narrativa, a depender do conteúdo, da forma e do contexto da cada narrativa (Eberle; Handl, 2018, p. 7).

A seguir, apresenta-se uma possibilidade de análise do processo de busca por segurança ontológica através de narrativas com base nas dimensões que a compõe: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa (ilustradas na Figura 1, abaixo):

Figura 1: Dimensões da narrativa biográfica

⁶⁵ “When threatened by a crisis, states respond by narrative adjustment that highlights continuity at some levels, while enabling change at other levels”.



Fonte: elaboração pela própria autora.

1.3.2 As dimensões da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica

a) A dimensão temporal

A dimensão temporal localiza o eu em um contexto de passado, de presente e de futuro, o que ressoa com a ideia de Anderson de comunidades imaginadas, que se organizam em torno de orientações temporais compartilhadas, desde tempos imemoriais e em direção a um futuro imaginado (Anderson, 2008, p. 32–34; Berenskötter, 2014, p. 270). Assim, o processo de criação de narrativas biográficas é inseparável do de lembrança histórica (Auchter, 2020, p. 114; Budryte; Almeida Resende; Becker, 2020, p. 7). Pensar o eu no presente implica tanto uma perspectiva daquilo que se passou como do que se pretende, ou seja, do eu histórico e do eu futuro, os quais adquirem significado na narrativa biográfica por meio de memórias e de visões (Berenskötter, 2014, p. 272).

O processo de lembrança constitui uma forma de busca afetiva por segurança ontológica, na qual há uma interligação entre criatividade narrativa, de busca por coerência e por valorização emocional do eu (Szkola, 2020, p. 52). Assim, a reflexão sobre as ações e experiências passadas contribui na compreensão da própria subjetividade (a noção de ‘quem sou eu’) ao conferir significado ao passado. Em uma comunidade, esse senso histórico do eu se articula por meio de representações construídas no nível coletivo, como símbolos, estórias, mitos nacionais e normas, formando a chamada memória coletiva (Berenskötter, 2014, p. 270; Budryte; Almeida Resende; Becker, 2020, p. 7). Esta consiste em construções sociais que dão

sentido à evolução histórica da sociedade como um todo e que geram senso de pertencimento a indivíduos e grupos, por meio do aprendizado e da apropriação dessas memórias pelos indivíduos (Berenskötter, 2014, p. 270–271; David, 2019; Deacon, 2023, p. 4; Rumelili, 2018).

As experiências servem de referências emocionais que permitem a identificação com uma memória. Entretanto, somente as experiências significativas são capazes de deixar uma marca na narrativa biográfica, pelo fato de, por meio de impressões emocionais, transformarem o passado em um local significativo para o eu. Essas experiências extraordinárias interferem nas estruturas de significado criadas pela narrativa biográfica e requerem uma (re)configuração do próprio eu. Entretanto, nem todas as experiências importantes são representadas na narrativa, pois o processo de ‘recordação ou de lembrança’ (*remembering*), além de intrinsecamente seletivo e criativo, é entrelaçado com o de esquecimento. Essa seletividade de ‘passados usáveis’ ou de ‘glórias/traumas passados’ faz com o que até os silêncios narrativos importem, na medida que representam memórias ou experiências não articuladas, seja pela dificuldade ou pela inconveniência dessa representação (Berenskötter, 2014, p. 271).

A memória política constitui as identidades estatais pelo fato de oferecer símbolos, eventos e mitos que criam e dão sustentação a uma narrativa biográfica, o que a torna fundamental para preservar e restaurar a segurança ontológica em face de mudanças (Rumelili, 2018, p. 288; Subotic, 2018, p. 298; Szkola, 2020, p. 56). O alvo não é passado, mas o presente: objetivam sustentar e manter um projeto político presente. Assim, memórias desejáveis precisam ser asseguradas em prol do estabelecimento de continuidade biográfica e da busca de *status* político, o que as tornam essenciais na estabilização da identidade e fonte de segurança ontológica (Deacon, 2023, p. 4; Subotic, 2018, p. 298–299).

As experiências e as memórias podem ter conotações tanto positivas, gerando sentimentos de nostalgia, como negativas, com referências a traumas gerados por episódios de violência, sofrimento e perdas. Independentemente de seu conteúdo emocional, as experiências e as lições que elas geram podem ser consideradas fontes de aprendizado e de mudança, a depender da forma pela qual o significado lhes é atribuído por meio da interpretação (Berenskötter, 2014, p. 272).

A função das memórias coletivas de dar sentido à evolução da sociedade como um todo, gerando senso de pertencimento a indivíduos e grupos, as tornam sólo fértil a tentativas de intervenção política de silenciamento e repressão, além de obscurecerem as complexidades inerentes aos processos de formação identitária, o que pode criar e sedimentar divisões sociais (Berenskötter, 2014, p. 271; David, 2019, p. 14; Mälksoo, 2015, p. 3–5; Rumelili, 2018). Esse processo, denominado securitização da memória (*mnemonic security*), permite que

determinadas lembranças históricas sejam juridicamente protegidas enquanto outras sejam deslegitimadas e criminalizadas (David, 2019, p. 14; Mälksoo, 2015).

As narrativas biográficas também envolvem a construção de imagens futuras de ‘eus futuros’, como forma de contrabalancear a incerteza do futuro por meio da reflexão acerca das diversas possibilidades e do delineamento de um espaço de manobra às ações. Essas ‘visões de futuro’ "servem como dispositivos de orientação essenciais, estimulando e organizando esperanças, aspirações e expectativas"⁶⁶, passando a integrar a narrativa biográfica (Berenskötter, 2014, p. 272 tradução da autora). Da mesma forma que as memórias, as visões costumam se expressar no nível coletivo por meio de narrativas, que articulam significados compartilhados como motivações à ação coletiva. Elas podem tanto delinear futuros desejáveis (utopias) como futuros indesejáveis (distopias), estes últimos servindo principalmente como avisos, isto é, imagens das possibilidades negativas a serem evitadas ou que reforçam a perseguição das primeiras (Berenskötter, 2014, p. 273).

A aceitação e integração de uma determinada visão à narrativa biográfica se relaciona ao seu caráter simultaneamente robusto e criativo, no sentido de que as visões devem ser tanto ressoar com as experiências passadas e presentes, quanto abrir espaço para a inovação. A ênfase em cada um desses elementos pode variar, mas de qualquer forma as visões também devem ser vagas o suficiente para permitir a conexão de várias pessoas e a integração de novas experiências (Berenskötter, 2014, p. 273).

Em suma, a dimensão temporal da narrativa biográfica integra tanto o eu histórico, em memórias, como o eu futuro, em visões, os quais se entrelaçam para formar compreensões do eu no presente (Berenskötter, 2014, p. 273). Destaca-se que: "memórias e visões são parte integrante de uma narrativa que olha para trás e para frente e, portanto, busca localizar o eu no passado e no futuro, emprestando assim o *status* ontológico do eu histórico/futuro"⁶⁷ (Berenskötter, 2014, p. 274 tradução da autora). Assim, não somente o presente, como o passado e o futuro, só adquirem significado à luz das experiências vividas e das possibilidades futuras de existência, orientando-se por uma mescla de memória e esperança.

b) A dimensão espacial

⁶⁶ No original: “serve as crucial orientation devices stimulating and organizing hopes, aspirations and expectations”.

⁶⁷ No original: “Memories and visions are integral to a narrative that looks backward and forward and, thus, seeks to locate the Self in the past and the future, thereby lending the historical/future Self ontological status”.

A dimensão espacial localiza as experiências do eu com referência a espaços e locais específicos (territórios, paisagens ou cidades, por exemplo), o que gera senso de pertencimento e de ordem. Isso porque experiências estão atadas a lugares específicos, os quais ganham significado em razão desta associação. O espaço não é entendido como um dado objetivo, uma extensão externa e independente do eu, mas em termos de conhecimento e de apropriação; o eu e o mundo são interligados, mutuamente constituídos, e ganham sentido conjuntamente (Berenskötter, 2014, p. 274–275; 277).

Segundo Felix Berenskötter (2014), seguindo Otto Friedrich Bollnow (1963), a dimensão espacial pode ser definida através de três características: centro; ordem; e horizonte. Primeiro, o centro se refere ao local a partir do qual o eu se orienta, não no sentido geográfico, mas de desenvolvimento, onde ocorrem a maioria de suas experiências e, por isso, tem um forte senso de conexão emocional. A partir deste local específico que a narrativa biográfica se desenvolve, funcionando como uma espécie de âncora cognitiva e emocional, que geral um senso de permanência, de moradia ou lar, permitindo a construção e a reconstrução do eu (Berenskötter, 2014, p. 275).

Segundo, a ideia de orientação espacial está conectada ao estabelecimento de ordem, ou seja, tornar o espaço qualitativamente significativo. Dessa forma, as utopias seriam as visões positivas de ordem e as distopias as visões negativas de ordem. Ordenar implica a criação de mecanismos normativo-cognitivos e emocionais que dão estrutura a existência-no-mundo (*being-in-the-world*) sob uma lógica de apropriação, isto é, de permite ao eu se posicionar com base em questões de ‘certo’ e ‘errado’, emitir julgamentos e fixar prioridades (Berenskötter, 2014, p. 276).

E, terceiro, a noção de horizonte diz respeito a criação de fronteiras (*boundary*), que ordenam o mundo em termos da diferenciação entre aquilo que é conhecido e do que está aberto à exploração. Sob esta perspectiva, fronteiras podem ser compreendidas como horizontes que definem o conhecido e o possível, sendo marcadores provisórios e não linhas fixas definidas contra outra entidade, mas cuja expansão depende das experiências e dos aprendizados obtidos através destas (Berenskötter, 2014, p. 276).

Em suma, a narrativa biográfica oferece ao eu o senso de existência-no-mundo (*being-in-the-world*) ao situa-lo(a) em um ‘espaço ou horizonte de experiência’, que mapeia os locais de acordo com as experiências significantes ou memórias do passado, o que é conhecido; e em um ‘espaço visualizado ou horizonte de possibilidade’, que situa o eu em visões de futuro a ser alcançado (utopias) e a ser evitado (distopias), gerando expectativas de tornar-se (*becoming*) (Berenskötter, 2014, p. 277). Essa concepção espacial abre margem a uma ontologia das

comunidades políticas que não necessariamente se restringe às fronteiras formal e legalmente estabelecidas. A orientação espacial depende do significado atrelado ao espaço por meio das experiências ali vivenciadas, as quais permitem a criação de estruturas de conhecimento que co-constituem o eu, os outros e o mundo (Berenskötter, 2014, p. 277–278; 283).

c) *A dimensão material*

A dimensão material complementa a dimensão espacial e se constitui pelos ambientes materiais, naturais ou construídos, em que a ação e as relações ocorrem, os quais, em razão da sua natureza constante, servem de âncora adicional à narrativa biográfica, robustecendo o senso de confiança e de continuidade do mundo, que são essenciais à segurança ontológica (Ejdus, 2017, p. 2–3; 16). Relembrando Giddens (1984, p. 118–119), a rotinização se situa em locais determinados, chamados de locais de interação, caracterizados não somente por suas propriedades físicas, mas também pelos significados contextuais que lhes são atribuídos e a forma como conferem um senso de fixação. Por isso, nem todos os ambientes materiais têm igual relevância para a segurança ontológica, a qual depende dos significados que lhes são imbuídos discursivamente (Ejdus, 2017, p. 3; 5). O senso de pertencimento (*sense of place*) é uma fonte importante de segurança ontológica ao prover um laço psicológico entre a narrativa biográfica e os locais que são cenários do trajeto espaço-temporal do eu, por meio de sentimentos de identificação. Os ambientes materiais são mais que um cenário às atividades humanas; na realidade, são apropriados e transformados na construção dos sistemas de interação social (Giddens, 1984, p. 367–368).

A adoção desse papel de ‘local seguro’ se dá por meio de uma ligação discursiva à identidade do eu, por meio da qual o ambiente material se converte em “espaço ôntico”, ou seja, em uma extensão espaciais do eu coletivo que fazem com que as identidades coletivas, naturalmente fragmentadas, contestadas e contingentes, pareçam mais sólidas e contínuas (Ejdus, 2017, p. 5). A conexão discursiva que converte os ambientes materiais em espaços ônticos pode se dar por projeção ou por introjeção. A primeira forma envolve a projeção do eu para o ambiente material como se fosse uma tela, isto é, o objeto é criado para representar a identidade do eu, e a segunda forma requer a assimilação do ambiente material no projeto do eu, isto é, a apropriação de objetos pela narrativa biográfica (Ejdus, 2017, p. 5–6).

O ancoramento do eu no mundo material visa proteger o eu de ansiedades existenciais trazidas pela perspectiva de rápida mudança inerente ao mundo moderno. Pode, assim, servir de mecanismo defensivo de desestabilização ideacional ou de retenção da capacidade de ação.

À semelhança dos discursos identitários, os espaços ônticos requerem contínua manutenção, monitoramento, reparação ou reinvenção da ligação discursiva (Ejdus, 2017, p. 7–8).

d) A dimensão emocional

A busca por segurança ontológica, desde as teorizações originais por Laing (1960) e Giddens (2002), pode ser entendida como uma necessidade emocional do indivíduo, desencadeada pelos crescentes níveis de ansiedade provocados pelas dinâmicas do mundo moderno. A dimensão emocional acaba sendo pressuposta pela maioria dos estudos de segurança ontológica, da mesma forma que as teorias dominantes de RI, por muito tempo, menosprezaram a teorização e a análise das implicações das emoções na política internacional (Bleiker; Hutchison, 2008, p. 116; Crawford, 2000, p. 116).

Com a chamada ‘virada emocional’ nas RI, passou-se a entender que as emoções desempenham um papel central na política mundial, impactando na forma com que as pessoas lidam com questões ligadas a segurança, a identidade e a desastres ambientais, por exemplo, tornando-se mais salientes em tempos de crise (Bleiker; Hutchison, 2008, p. 115–116; Hutchison; Bleiker, 2014, p. 492; 494). Elas desempenham um papel central na constituição das identidades individuais e coletivas, ao contribuir na compreensão do eu em si mesmo, em sua relação com outros e com o mundo, impactando no desenvolvimento de laços relacionais e no senso de pertencimento, como fontes de conhecimento situado e ambivalente que guiam a capacidade de ação (Bleiker; Hutchison, 2008, p. 123–124; 128).

A literatura de RI tem avançado no entendimento de que as emoções não são fenômenos meramente individuais e privados, mas constituem e são constituídas pelo ambiente social, mediando identidades, comunidades e comportamentos (Hutchison; Bleiker, 2014, p. 497). As emoções internas de um indivíduo precisam ser expressas e comunicadas para ressoar e ganhar significado coletivamente; através desse processo de representação (por imagens ou narrativas) pode-se compreender, interpretativamente, como as emoções individuais adquirem uma dimensão coletiva, que influi na definição de processos políticos e sociais, como a formação de entidades, conexões, comunidades e comportamentos. Sentimentos de trauma, por exemplo, podem ser traduzidos em experiências coletivas por meio do estabelecimento de comemorações, que associam experiências individuais a um contexto mais amplo através de discursos políticos (Bleiker; Hutchison, 2008, p. 130–131; Hutchison; Bleiker, 2014, p. 505–506).

No âmbito dos estudos de segurança ontológica, percebe-se que há uma íntima conexão com emoções, além da questão da busca por estabilidade e redução da ansiedade, pois

a (in)segurança ontológica se fundamenta em estruturas emocionais temporais e espaciais que auxiliam indivíduos, sociedades e estados a compreenderem a si mesmos e o mundo exterior (Kinnvall, 2017, p. 5). Nesse sentido, as estruturas políticas são entrelaçadas por ‘estruturas de sentimento’, produzidas relacional e socialmente com base em figurações de poder assimétricas, ativadas em referência a outras pessoas, instituições ou estados, como forma de ordenar espaços e narrativas.

Nesse sentido, a dimensão emocional pode ser compreendida como a origem da narrativa biográfica e do casulo de relações de confiança, adquirida através da aceitação da realidade externa por meio do aprendizado do que constitui o eu e o que constitui os outros e os objetos externos, isto é, a diferenciação entre o eu e o não-eu através de práticas de fronteiras (*bordering*) (Cash, 2017, p. 392; Kinnvall, 2017, p. 7). Como argumenta Giddens (2002, p. 49–51), a busca por segurança ontológica depende desse processo de “pôr entre parênteses” as questões existenciais, com a criação de um ‘casulo protetor’ de relações de confiança, entretanto, essa barreira não elimina possíveis ameaças, apenas gera um senso frágil de proteção, irreal. Essa fantasia, serve de mecanismo protetivo que gera segurança ontológica por meio do senso de estabilização do ambiente e de completude do eu contra as incertezas do mundo (Vieira, 2018, p. 5–8).

As emoções têm um papel constitutivo nos processos de construção da identidade coletiva quando articuladas discursivamente pelo aparato institucional do Estado por meio de "posições-sujeito"⁶⁸ (Vieira, 2018, p. 3–4). Indivíduos e grupos se utilizam de narrativas para compreender sua posição no mundo e construir suas identidades e experiências, as quais auxiliam representantes de um grupo ou de um estado a construir relações e distinções pautadas em noções de ‘nós’ e ‘eles’, vinculadas a argumentos de uma identidade (única) compartilhada. A compreensão da identidade através de narrativas, permite compreender, em termos relacionais, como interações cotidianas e normas são reproduzidas para criar um senso de ordem, ou seja, para criação de rotinas (Kinnvall, 2017, p. 8). Assim, a busca por segurança ontológica seria não apenas uma resposta as incertezas do mundo moderno, mas uma dimensão emocional do poder, mutuamente construída por meio das narrativas e das relações institucionais entre indivíduos e o estado (Kinnvall, 2017, p. 15).

⁶⁸ Trata-se de marcadores discursivos que "se referem a uma posição dentro de um discurso" (Epstein, 2011, p. 343), o "eu/nós" ocupado pelos atores, "como o discurso antibaleia, e assim se marcando como 'antibaleia'", o que permite um estudo empirista de identidades coletivas por meio da análise do discurso em todos os níveis (individual, social e do Estado) (Epstein, 2011, p. 344 tradução da autora).

Dessa forma, pode-se analisar como os processos políticos em nível estatal, como os de segurança, afetam a forma como indivíduos e coletividades lidam com as emoções (Rumelili, 2015b, p. 14; 17), pois: "as emoções são práticas socialmente significativas e, portanto, a consciência reflexiva e a expressão prática da ansiedade repousam em entendimentos e expectativas compartilhados"⁶⁹ (Rumelili, 2015b, p. 14 tradução da autora). Portanto, a construção de ameaças pode ser entendida como um fenômeno emocional, através do qual a apreciação de uma situação passa por julgamentos culturalmente situados, derivados do imaginário securitário local, que não somente influenciam na percepção e na construção de significado como geram respostas psicológicas (afetivas) nos indivíduos (Van Rhythoven, 2015, p. 459–460; 462).

e) A dimensão relacional

Através da consciência da separação entre o ‘eu’ com relação à existência do outro e do ‘não-ser’, da obtenção de ‘consciência ontológica’, isto é, da percepção da própria individualidade existencial com referência à realidade externa, que o eu se torna capaz de buscar segurança ontológica (Cash, 2017, p. 392; Giddens, 2002, p. 49–51). Esta é apenas contingencialmente ligada a fatores psicológicos e afetivos, pois o contexto das relações intersubjetivas é essencial a segurança do eu, o qual constitui a essência da teorização de Giddens (2002). “Como o eu está sempre imerso na rede de relações sociais, a segurança ontológica também depende das interações intersubjetivas com os outros”⁷⁰ (Eberle; Handl, 2018, p. 4 tradução da autora). Assim, a dimensão relacional se refere, simultaneamente, ao ambiente social no qual as ações ocorrem e ao material social que constrói os próprios sujeitos (Pratt, 2016, p. 81), ou seja, ao processo de construção do senso de eu com base nas relações com outros atores (Akchurina; Della Sala, 2018, p. 1639).

Como sugerem os estudos antropológicos, a delimitação de um eu de um outro é uma parte ativa e contínua da formação da identidade, sendo necessário compreender como essas fronteiras nascem e são mantidas no ambiente social (Neumann, 1996, p. 166–167). Por isso, o processo de criação de segurança ontológica costuma se integrar à noção de outridade, pois a busca de liberdade para constituir um eu distinto envolve a construção de uma contraparte do

⁶⁹ No original: “Emotions are socially meaningful practices and therefore, the reflexive awareness and practical expression of anxiety rests on shared understandings and expectations” (RUMELILI, 2015, p. 14).

⁷⁰ No original: “[T]his self is always already immersed in the network of social relationships; ontological security is also dependent upon intersubjective interactions with others”.

eu, a qual se enraíza no tempo e no espaço, cujos limites e fronteiras estabelecem os termos de pertencimento (Akchurina; Della Sala, 2018, p. 1641).

Como enfatizam Naeem Inayatullah e David L. Blaney (2004, p. 6 tradução da autora): "A comunidade política limitada constrói (e é construída por) o outro. Além de suas fronteiras, o outro se esconde como uma ameaça perpétua na forma de outros estados, grupos antagônicos, bens importados e ideias alienígenas"⁷¹. Coletividades humanas são mais ou menos “reais” por serem imaginadas e por se sustentarem através de narrativas identitárias que envolvem uma ampla gama de metáforas. A reificação e a demonização do “outro” acabam sendo comuns nas RI, institucionalizadas como o “reino da diferença”, vez que ao separar amigo de inimigo, a segurança do primeiro seria ostensivamente assegurada. Entretanto, ao invés de um senso maior de segurança, o que sucede é um ampliado senso de insegurança, trazido pela exata insistência na exclusão do ‘inimigo’ (Neumann, 1996, p. 158–159).

Na prática, a rotinização das relações pode se dar através de diversas formas institucionais ou organizacionais, bem como refletir relações externas (amigáveis ou antagonistas) ou critérios intersubjetivos (auto-congratórias ou autocríticas). Entretanto, casos de desordem cognitiva podem obstar a obtenção de relações rotinizadas e levar a insegurança ontológica, a qual pode se manifestar pela incapacidade de ação, um senso de caos, desconfiança de outros atores ou um senso inconsistente ou descontínuo do “eu” (Bayly, 2015, p. 821).

f) A dimensão normativa ou ordem simbólica

O eu é moldado e imerso em estruturas narrativas de significado pré-existentes que ditam os parâmetros para o estabelecimento de significados. Apesar de sua capacidade reflexiva e de seu papel em (re)produzi-las ativamente, os sujeitos têm sua capacidade de agência restringida por essa estrutura, no sentido de que ele deve se engajar com elas para estabelecer relações com os outros (Eberle; Handl, 2018, p. 5–6). Assim, cursos de ação específicos são permitidos dentro deste modelo ambiental, enquanto outros são tomados como inadequados ou improváveis, portanto, os atores devem se conformar a ele ou modificar sua narrativa biográfica para manter seu senso de identidade (Eberle; Handl, 2018, p. 6; Subotić, 2016, p. 614; Vieira, 2018, p. 6). Nesse sentido, a dimensão normativa comporta as estruturas

⁷¹ No original: “The bounded political community constructs (and is constructed by) the other. Beyond its boundaries, the other lurks as a perpetual threat in the form of other states, antagonistic groups, imported goods, and alien ideas”.

de significado socialmente compartilhadas, ou uma ordem simbólica, construídas intersubjetivamente, que oferecem um terreno comum às interações sociais.

Conforme a concepção de segurança de Huysmans (1998), sua função ordenadora deve ser considerada, pois é uma maneira de articular uma situação de segurança dentro de uma ordem simbólica específica. Juntamente com as conclusões de Vieira (2018), a construção do ambiente externo pode ser entendida como uma narrativa que inclui uma ordem simbólica, a qual auxilia na função ordenadora da segurança ontológica. Dessa forma, o ambiente externo ao eu, ou ‘o internacional’ para as RI, não é uma estrutura estática, mas uma entidade social na qual os sujeitos desempenham um papel fundamental em sua construção. O eu, por meio de seus relacionamentos com os outros, não se constrói apenas a própria subjetividade, mas também uma percepção compartilhada da realidade social.

A construção da subjetividade é permeada por representações do outro e visões sobre o ambiente internacional compartilhado, "do qual ela [a identidade] depende e para cuja manutenção ela [a identidade] contribui" (Eberle; Handl, 2018, p. 5 tradução da autora)⁷². Essa ideia se assemelha à de Hom e Steele (2020), segundo a qual o ambiente externo ou ‘o internacional’ pode ser entendido como uma narrativa, construído pelo conjunto dos discursos individuais dos atores, de modo que o internacional deve ser tratado como um projeto coletivo e não apenas como o cenário dos agentes sociais. Por isso, mudanças no ambiente normativo podem afetar a capacidade de ação e os relacionamentos com outros atores: "Se o material contextual mudar de forma muito drástica, inesperada ou frequente, os agentes terão dificuldade para representar o eu e compreender seu ambiente temporal"⁷³ (Hom; Steele, 2020, p. 325 tradução da autora). Esse argumento corrobora a conclusão de Zakarol (2010) de que tanto as dimensões internas quanto as externas são fontes de (in)segurança ontológica, refletindo a necessidade de continuidade da autobiografia e do ambiente dinâmico, uma vez que há uma interação temporal entre ordem e significado que torna a agência possível.

Se a identidade internacional é constituída pelo conhecimento intersubjetivo sobre as narrativas históricas, as características e os valores que criam expectativas e comportamentos compartilhados em um determinado período, ela pode ser vista como uma fonte da ordem internacional, que, portanto, compreende as regras e normas dominantes que criaram um determinado terreno para as interações sociais dos atores, gerando "uma formação política

⁷² No original: "which it [the identity] depends and to whose maintenance it [the identity] contributes".

⁷³ No original: "If the material for the stage changes too drastically, unexpectedly, or often, agents struggle to enact their Self and to comprehend their temporal environment".

hierárquica"⁷⁴ (Heritage; Lee, 2020, p. 28 tradução da autora). De acordo com Mattern e Zarakol (2016, p. 624 tradução da autora), a hierarquia é comumente entendida como "qualquer sistema por meio do qual os atores são organizados em relações verticais de super e subordinação"⁷⁵. Elas são consideradas uma característica essencial da política mundial e "geram dinâmicas sociais, morais e comportamentais que são diferentes daquelas criadas por outros arranjos"⁷⁶ (Mattern; Zarakol, 2016, p. 624 tradução da autora).

Como as hierarquias são fruto de processos históricos que moldam as regras e normas dominantes, nas quais os Estados mais poderosos exercem maior influência, uma ordem está sujeita a constantes renegociações para permanecer legítima e preservada, o que exige a manutenção das desigualdades inerentes de poder pelas elites dominantes no poder (Heritage; Lee, 2020, p. 27). Por outro lado, "a forma como os Estados imaginam, narram e/ou representam quem são ou quem gostariam de ser é mutuamente constitutiva de onde eles se veem nas hierarquias e vice-versa" (Bilgic; Pilcher, 2023, p. 4 tradução da autora). Assim, o comportamento de busca por *status* pode ser entendido como um instrumento para a segurança ontológica, sendo o *status* uma narrativa de fantasia ou, em outras palavras, é visto como um objeto que tenta satisfazer o desejo do eu por um senso de completude (Bilgic; Pilcher, 2023, p. 2).

Nesse sentido, Bilgic e Pilcher (2023, p. 7) argumentam que as hierarquias são funções produzidas pela ordem simbólica, que é constituída pelas autopercepções sobre o ambiente do qual derivam significados e significantes mestres, produzidos intersubjetivamente. Portanto, os processos de construção, manutenção e contestação da ordem estão interconectados com a formação da identidade e a busca por segurança ontológica, de modo que as práticas de reconhecimento podem ser fontes de deslegitimação que criam (in)segurança ontológica. Assim, a ordem dominante reflete a imagem de seus construtores, ou seja, é um produto dos processos de formação de identidade, mostrando a centralidade do eu na construção do internacional (Heritage; Lee, 2020).

1.4 CONCLUSÃO

O presente capítulo busca apresentar um panorama da teoria de segurança ontológica nas Relações Internacionais, por meio da análise da origem conceitual e das principais

⁷⁴ No original: "a hierarchical political formation".

⁷⁵ No original: "any system through which actors are organized into vertical relations of super- and subordination".

⁷⁶ No original: "how states imagine, narrate and/or perform who they are or who they would like to be is mutually constitutive to where they see themselves in hierarchies and vice versa".

abordagens, conceitos e críticas desenvolvidos pela literatura nas últimas décadas. O conceito de segurança ontológica é aplicado nas RI com foco na compreensão da relação entre segurança e administração de ameaças existenciais, tendo o chamado paradigma Laing-Giddens como principal marco teórico.

A segurança ontológica pode ser definida como a necessidade de um senso de 'eu' íntegro e contínuo no tempo e no espaço, o qual permite ao ator enfrentar os desafios do mundo e exercer sua capacidade de ação de forma propositiva. Trata-se de uma abordagem alternativa da segurança que busca complementar as abordagens tradicionais, por meio da articulação de questões de identidade, de segurança e políticas para a compreensão de novos processos de busca por segurança.

Aponta-se que a literatura sobre segurança ontológica nas RI não é homogênea, com diferenças epistemológicas e metodológicas, as quais parecem refletir os grandes debates da área e a resistência a um engajamento interdisciplinar mais amplo. Identifica-se três abordagens principais: a estadocêntrica, a subjetiva e a crítica ou ambivalente; considerando seus principais conceitos e contribuições. A presente pesquisa adota uma perspectiva conciliadora ou holística, que busca conciliar os principais conceitos e contribuições de cada uma das três abordagens delineadas, em prol de uma compreensão teórica mais robusta.

Os principais debates e críticas à aplicação do conceito no estudo das RI se relacionam, em síntese, a questão da fonte da segurança ontológica, ao nível de análise, ao foco na manutenção do *status quo* e a implicações éticas e normativas. Essas divergências teóricas se devem, principalmente, à diversidade da literatura e aos crescentes estudos que buscaram aplicar o conceito e se engajar aos debates mais amplos dos estudos críticos de segurança.

Nesse trabalho, adere-se à perspectiva de que tanto as dinâmicas externas quanto os processos internos interferem no processo de segurança ontológica, com ênfase à importância das narrativas biográficas na construção e manutenção da segurança ontológica em contextos internacionais. Sobre o nível de análise, entende-se que é possível a aplicação do conceito de quando em face de comportamento de agência, através de múltiplos níveis, inclusive no estatal. O estado é compreendido a partir de uma ontologia construtivista crítica, a qual parte do pressuposto de que as comunidades políticas, como os estados, são produtos de processos políticos e historicamente contingentes, com identidades socialmente construídas e fluídas. Por fim, também se compreende a segurança ontológica como um estado relativo, que não acarreta um fechamento da subjetividade em face de narrativas alternativas, sendo mais comum a observação dos efeitos da ansiedade existencial do que da insegurança ontológica.

Parte-se do pressuposto de que a criação e a manutenção de narrativas biográficas são o principal instrumento de busca por segurança ontológica. Além de localizarem as experiências coletivas espaço-temporalmente, elas contribuem no estabelecimento de laços afetivos coletivos através da articulação de determinadas memórias, para oferecer um senso de continuidade entre passado e presente, que dá sustentação a visões específicas de futuro e servem de guia à ação política.

Por isso, a pesquisa identifica seis dimensões da narrativa biográfica: temporal, espacial, material, emocional, relacional e normativa. O objetivo foi oferecer um instrumental teórico-conceitual que permita uma análise compreensiva do processo de busca por segurança ontológica dos atores políticos, levando em conta seu caráter complexo, dinâmico e multifacetado.

Destaca-se que o discurso serve de instrumento para a construção e reprodução de significados nas RI, em um processo produtivo que informa práticas e está implicado nelas. A consideração dessa variável se mostra essencial, pois os conflitos têm crescentemente envolvido narrativas normativas, em consequência da intensificação da polarização política, que se reflete em âmbito internacional através dos meios de comunicação.

Também e acentua o papel da linguagem nesse processo ambíguo e contestado, na medida em que as narrativas constituem o eu estatal e permitem que este aja prepositivamente, razão que justifica o foco em narrativas biográficas. Apesar da tentação de preservar uma identidade estável, a vinculação a narrativas e rotinas rígidas constrange o leque de respostas do agente coletivo em face de crises, o que pode pôr em risco não somente sua segurança ontológica como também a física. Assim, por mais que muitas pesquisas utilizem o conceito para explicar a dificuldade de mudança ou a securitização identitária, a partir de um diálogo multidisciplinar, a literatura tem demonstrado não só a possibilidade, como a importância de trazer as contradições e complexidades ao centro do processo de construção do “eu”, em prol do aprimoramento das capacidades reflexivas para lidar com ameaças.

No próximo capítulo, por meio da análise narrativa, objetiva-se reconstituir a narrativa biográfica da Rússia contemporânea, sob a lente de discursos do chefe de estado no período de 2012 a 2023, de modo a identificar suas dimensões e compreender o seu impacto sobre o senso de segurança ontológica russo.

2 A SEGURANÇA ONTOLÓGICA NA RÚSSIA CONTEMPORÂNEA (2012-2023): ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA(S) NARRATIVA(S) BIOGRÁFICA(S)

Neste segundo capítulo, aplica-se o modelo teórico previamente desenvolvido para analisar o processo de construção da narrativa biográfica na Rússia contemporânea. O objetivo é traçar um panorama da narrativa dominante, a partir de uma lógica interpretativa, com base nas seis dimensões da narrativa biográfica. Esta análise servirá de fundamento a investigação, no capítulo terceiro, de como o conflito russo-ucraniano, como um evento de política externa recente, é compreendido e representado pela Rússia em sua narrativa biográfica, para então responder ao objetivo principal da pesquisa, que se relaciona ao impacto da identidade na formação da percepção e das respostas.

Em atenção à exequibilidade da pesquisa, reitera-se que se restringiu o escopo do estudo de caso ao período entre 2012 e 2023, de modo que seja possível a realização de uma análise mais profunda e condizente com a complexidade da natureza do processo de busca por segurança ontológica. Também é importante considerar que a identidade é um fenômeno inerentemente complexo, de modo que não é possível analisar todas as nuances e debates domésticos sobre a questão. Por isso, o capítulo visa identificar as principais representações e temáticas presentes na narrativa dominante, articuladas pelo discurso oficial, após a reconstrução da narrativa com base nos principais elementos narrativos (agente, ato, cena e propósito) e sua categorização com relação as dimensões da narrativa biográfica.

Em termos estruturais, primeiramente, será analisado o contexto de formação da Federação Russa, após a desintegração da União Soviética, em 31 de dezembro de 1991, para compreender o panorama histórico que serviu de substrato à construção de uma autoidentidade independente e de busca por segurança ontológica. A seguir, investiga-se como o chefe de estado articulou narrativamente as dimensões da narrativa biográfica, por meio da análise de textos-chave, no caso, os principais discursos no período de 2012 a 2023. Por fim, a partir de uma lógica interpretativa, busca-se traçar um panorama da narrativa biográfica dominante e seu impacto no processo de busca por segurança ontológica da Rússia.

2.1 A REINVENÇÃO DO EU DA RÚSSIA APÓS A DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

O estudo não tem a pretensão de analisar as causas e as consequências do processo de dissolução da União Soviética. Parte-se deste evento histórico pelo fato de ele representar uma ruptura no *status quo*, caracterizada pela teoria da segurança ontológica como uma situação

crítica, a qual, apesar de ter que dado origem à Federação Russa como estado independente, implicou em um senso de insegurança ontológica à sociedade russa e, conseqüentemente, aos líderes políticos que precisavam de uma narrativa biográfica coerente à legitimação estatal (Narozhna, 2020, p. 572, 2021, p. 71).

Inclusive, o colapso da União Soviética gerou disputas de poder de diversos atores sobre a região e a políticas nacionais passaram a buscar mapear, narrar e delimitar novamente as comunidades políticas (Akchurina; Della Sala, 2018, p. 1638; Edenborg, 2017; Malinova, 2017, p. 43). Esse processo desencadeou profunda insegurança ontológica no Leste Europeu, em razão do rápido desaparecimento do sistema de significado (ordem política) que dava sustentação às rotinas e narrativas desses estados (Subotic, 2018, p. 300–301). O caso russo é emblemático, pois apesar de ser sucessora legal da União Soviética, carecia de uma identidade nacional própria, dada o histórico de seu território como membro de um império e de uma confederação, ambos de caráter multiétnico (Malinova, 2017, p. 44).

A questão da identidade russa foi posta em evidência ante a grave crise institucional, econômica e social que assolou o país, gerando um sentimento de insegurança ontológica e a necessidade de buscar uma narrativa coerente em meio a um legado rico em símbolos, mas impregnado de ideologias e altamente contestado (Bækken; Enstad, 2020, p. 5; Malinova, 2017, p. 44; Narozhna, 2020, p. 572, 2021, p. 71). Como sucessora legal da União Soviética, a demarcação entre o que seria eminentemente russo se mostrou uma tarefa difícil à elite política, principalmente considerando a necessidade de construir uma visão positiva do eu coletivo (Danilova, 2016, p. 175; Malinova, 2017, p. 44). Fazia-se necessária a construção de novas narrativas sobre a memória política para reenquadrar e ressignificar as experiências passadas, de modo a legitimar as novas entidades políticas (Budryte; Almeida Resende; Becker, 2020, p. 8).

Transições políticas, econômicas e ideológicas podem desencadear insegurança ontológica, pois podem minar a confiança na continuidade do ambiente externo, provocar ansiedade da imprevisibilidade do futuro, desestabilizar relações e dificultar a manutenção de autonarrativas coerentes e estáveis (Rumelili, 2018, p. 288; Subotic, 2018, p. 299). Apesar desses processos poderem desencadear mudanças positivas desejáveis, costumam perturbar/romper rotinas e narrativas já estabelecidas em certos grupos, o que pode dificultar a conexão do passado e dos eu emergentes, no presente, na narrativa biográfica (Rumelili, 2018, p. 288). Elas podem ativar ou gerar traumas que amplificam o senso de insegurança por representarem uma ruptura da consistência espaço-temporal do eu, o que pode implicar um

desafio à sua própria autoidentidade, abrindo margem à contestação política de certas narrativas (Auchter, 2020, p. 117).

Enquanto diversas narrativas competiam por predominância nos anos 1990, permanecia a falta de consenso sobre a narrativa biográfica russa no contexto das diversas reformas empreendidas na transição política. O governo Putin, no início dos anos 2000, assumiu a tarefa de mobilizar significadores identitários e, assim, delinear os parâmetros da segurança ontológica russa (Narozhna, 2020).

Por isso, a análise terá como foco o período de 2012 até o presente, no qual o chefe de estado da Rússia é Vladimir Putin. O foco nos discursos de Putin se justifica pelo fato de que, do ponto de vista interno, há a institucionalização de uma autoridade pessoal soberana centrada no presidente no que se refere ao processo de decisão, principalmente em assuntos internacionais, característica herdada da Constituição da 1993 (Burkhardt, 2020, p. 8). Em razão dessa estrutura de poder na Rússia, de caráter vertical, altamente concentrada e hierarquizada em subordinação ao presidente, pode-se assumir que seus atos de discurso têm particular influência no molde da realidade social (Burkhardt, 2020; Kazharski, 2020).

Os dados consistem em 10 discursos públicos anuais do Presidente à Assembleia Federal da Rússia (*Presidential Address to the Federal Assembly*), havendo uma ausência de discurso nos anos de 2017 e 2022, e em 2 discursos de posse do Presidente (*Inaugural Speech*), todos proferidos no período entre 2012 e 2023. A ênfase nos discursos públicos anuais do Presidente à Assembleia da Federação Russa se justifica por serem eminentemente voltados ao público interno, por seguirem determinação constitucional, serem anuais e proferidos perante os membros da Duma Estatal e do Conselho da Federação, com o objetivo de tratar de assuntos estatais e estabelecer os principais direcionamentos da política doméstica e externa (Ambrosio; Vandrovec, 2013, p. 438; Frear; Mazepus, 2021; Russian Federation, 1993, arts. 84, alínea f). Constituem-se em documentos programáticos, que delineiam um balanço dos eventos correntes e definem objetivos para o futuro, além de servirem de meio para legitimação política. Também tratam de tópicos semelhantes e são alvo de amplo escrutínio pela mídia e por especialistas, o que facilita a identificação das principais temáticas que movem o debate político russo (Malinova, 2022, p. 55–56). Lembra-se que, como o terceiro capítulo se dedica especificamente à análise dos eventos relacionados ao conflito russo com a Ucrânia, menções a este evento não serão objeto de análise neste capítulo.

2.2 AS DIMENSÕES DA NARRATIVA BIOGRÁFICA RUSSA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ONTOLÓGICA

Esta seção responde ao objetivo de pesquisa de reconstituir a narrativa biográfica russa, de modo a interpretar como o eu descreve a si mesmo e os outros atores, suas relações, seu espaço, o sistema internacional, visão de mundo, situações críticas/ameaças e ações/rotinas (in)coerentes com sua própria identidade. Isto é feito a partir da identificação de suas dimensões, que são: dimensão temporal, dimensão espacial, dimensão material, dimensão emocional, dimensão relacional e dimensão normativa.

2.2.1 Dimensão temporal: “A Rússia tem um grande passado e um futuro tão grande quanto”⁷⁷

Primeiramente, deve-se ter em vista que as narrativas defendem uma compreensão linear da História russa, a qual seria “uma história comum e contínua que abrange mais de mil anos”⁷⁸, e que deve servir de motor a sua força e ao seu desenvolvimento no presente (Putin, 2012a tradução da autora). Nesta, se chancela a noção de que a Rússia é um país multiétnico, com a pacífica coexistência de povos de diferentes culturas e tradições e conquistas grandiosas, que são fruto do sacrifício e da coragem dos antepassados (Putin, 2018a). Assim, há o entendimento de que se deve respeitar a história comum e refletir sobre suas lições para a reconciliação e fortalecimento da concórdia na sociedade, dando primazia da ideia de que o povo russo é um só e deve ser unido (Putin, 2016).

Considera-se o aniversário da vitória da Grande Guerra Patriótica (GGP)⁷⁹, no dia 9 de maio⁸⁰, a data mais importante e sagrada para a Rússia. O feriado representa a celebração do orgulho pela geração de vitoriosos e a memória compartilhada desse passado heroico, que serve não somente como um tributo, mas também de inspiração, lição ao futuro e fator de fortalecimento da união russas (Putin, 2020). Entende-se que os Estados Unidos têm buscado revisar a História do conflito e também dismantelar a ordem internacional para estabelecer uma dominância global, desconsiderando os interesses russos e de outros países, o que seria inaceitável (Putin, 2023b). Como país vencedor, há um dever de “defesa da verdade” sobre

⁷⁷ No original: "Russia has a great past and just as great as a future".

⁷⁸ No original: "a common, continuous history spanning over one thousand years".

⁷⁹ A Grande Guerra Patriótica (GGP) não pode ser tida como sinônimo da Segunda Guerra Mundial. Refere-se a estritamente a guerra russa contra a Alemanha nazista, entre os anos de 1941-1945 (Bækken; Enstad, 2020, p. 10). Isso contribui na diminuição ou isolamento de fatos possivelmente controversos, como o pacto Molotov-Ribbentrop (1939) e as anexações de territórios e repressões pelo governo soviético, além de aumentar o papel da União Soviética na vitória em contraposição aos aliados (Bækken; Enstad, 2020, p. 10; Mann, 2020, p. 509)

⁸⁰ Data estabelecida conforme o calendário vigente na União Soviética, sendo o dia 8 de maio nos países ocidentais.

esse evento histórico e uma responsabilidade diante das futuras gerações, para combate de mentiras e de tentativas de distorção da História, o que será posto em prática por meio da criação do maior arquivo com materiais sobre a Segunda Guerra Mundial (Putin, 2020). Também se acentua a importância da preservação da memória dos heróis da Grande Guerra Patriótica e do estabelecimento de memoriais de guerra (Putin, 2012a).

De forma geral, o século XX é lembrado como um período de crises e de transformações profundas para a Rússia, incluindo o colapso estatal em duas ocasiões, que gerou sérias consequências demográficas e morais no início do século XXI (Putin, 2012a). A citação a seguir reforça a ideia de que esse período pode ser interpretado como uma situação crítica e, ao mesmo tempo, descreve uma visão distópica do que ela pode gerar, em última instância: “Se a nação não consegue se preservar e se reproduzir, se perde referências e ideais vitais, não precisa de inimigo externo porque se desintegrará sozinha”⁸¹ (Putin, 2012a tradução da autora).

Sobre esse problema, relembra a postura passada da Rússia de busca de cooperação e a busca de estabelecer relações de amizade, e até alianças, com antigos adversários da Guerra Fria no período pós-soviético, enquanto antigos adversários apoiavam movimentos separatistas dentro do país, que poderia ter tido o mesmo desfecho da Iugoslávia. Essa busca de enfraquecer a Rússia levou a uma sensação de traição; mas relembra que isso não funcionou nem com Hitler na Segunda Guerra Mundial, o qual foi destruído há setenta anos pela União Soviética, que libertou a Europa. Por isso é tão importante lembrar essas lições históricas e aprender com os erros do passado, de forma a não repeti-los (Putin, 2014a).

Entretanto, entende-se que a busca de desvinculação do passado soviético fez com que importantes valores morais e espirituais fossem abandonados, sendo narrado como uma ameaça existencial: “cria ameaças de longo prazo à sociedade, à segurança e até à integridade da Rússia”⁸² (Putin, 2012a tradução da autora). Aponta essa situação de degradação dos valores tradicionais, da identidade cultural e nacional no Ocidente, inclusive com a desconfiguração dos preceitos religiosos, o que representaria um desastre espiritual (Putin, 2023b).

Por isso, os anos 1990, em especial, são retratados como um período de vergonha, que ocasionou como consequência uma “crise” e “catástrofe” demográfica e moral para a Rússia, com um esvaziamento moral da sociedade, problemas com corrupção, aumento da criminalidade, por exemplo (Putin, 2012a). Tanto que enfatiza-se outra espécie de visão

⁸¹ No original: "If the nation is unable to preserve and reproduce itself, if it loses vital references and ideals, it does not need an external enemy because it will fall apart on its own".

⁸² No original: “it creates long-term threats to the society, security and even integrity of Russia.”

distópica de que caso o problema demográfico da Rússia (chamado de “tragédia”) não continue a ser tratado, juntamente com a questão do envelhecimento e a redução da população economicamente ativa, a soberania e o poder russos podem se ver ameaçados: “A Rússia se tornará um país pobre, irremediavelmente envelhecido (no sentido literal da palavra), incapaz de preservar sua independência e até mesmo seu território”⁸³ (Putin, 2012a tradução da autora).

Além disso, nesse período, recorda-se que as iniciativas de criação de uma economia de mercado para substituir o sistema planejado soviético seguiram, em linhas gerais, os modelos ocidentais, o que gerou uma orientação de mercado majoritariamente para o Ocidente, pautada em recursos primários, o que não era tão vantajoso para a Rússia. Apesar disso, com o tempo, foi possível migrar para alternativas mais lucrativas, com o desenvolvimento de indústrias mais complexas, que permitiram a geração de riquezas para a Rússia (Putin, 2023b). Enquanto isso, apesar dos esforços russos para a cooperação, o Ocidente teria buscado incentivar conflitos nos estados pós-soviéticos, para desestabilizar a Rússia, que era “a maior porção sobrevivente da extensão histórica do nosso estado”⁸⁴, desconsiderando seus interesses e buscando conter suas capacidades (Putin, 2023b tradução da autora).

Por outro lado, a década de 2000 é apontada como o período em que se concretizou a importante tarefa de reconstruir e fortalecer o país (no qual Putin foi presidente e, posteriormente, primeiro-ministro). Fora possível alcançar grandes realizações e superar desafios, como a recuperação e estabilização macroeconômica, reverter as previsões das Nações Unidas de declínio populacional e combater a corrupção, principalmente em razão do trabalho, das habilidades e da confiança comuns, que foram capazes de colocar a Rússia em um caminho de crescimento e reconhecimento no mundo, que lhe propiciou recuperar o *status* de grande potência (Putin, 2012b, 2012a).

De forma geral, assenta-se a ideia de que o presente é um período decisivo, um momento de virada para a concretização dos objetivos de desenvolvimento econômico, social e político, com base na noção de que: “A Rússia tem um grande passado e um futuro tão grande quanto”⁸⁵ (Putin, 2012b tradução da autora, 2012a). A juventude russa é considerada a grande força motriz do país, sendo essencial que esta se atente e se inspire nas conquistas e vitórias dos ancestrais e contemporâneos e em seu amor pela terra natal, de modo que possam contribuir ao seu desenvolvimento (Putin, 2021b).

⁸³ No original: "Russia will become a poor, hopelessly aged (in the literal sense of the word) country, unable to preserve its independence and even its territory".

⁸⁴ No original: “the largest surviving portion of the historical reaches of our state”.

⁸⁵ No original: "Russia has a great past and just as great as a future".

Os anos de 2014 e 2015 são descritos como “difíceis”, devido ao fato de a Rússia ter tido que enfrentar sérios desafios econômicos e restrições aos mercados globais com as sanções ocidentais após a anexação da Criméia. Apesar disso, foi possível garantir uma estabilidade macroeconômica e manter reservas financeiras, pois se entende que os maiores obstáculos ao crescimento russo são de caráter interno (Putin, 2016). Há um entendimento de que o enfrentamento e a superação de desafios e de situações difíceis seria algo natural à Rússia, como mostra sua experiência histórica, em prol da proteção dos interesses, soberania e independência do país. Além disso, sempre surgem oportunidades em meio as situações difíceis, as quais também tornam a Rússia mais forte, levando em conta que a confiança de se estar fazendo a coisa certa faz com que as pessoas sejam solidárias e melhorem (Putin, 2016).

Entende-se que nos últimos anos a Rússia tem passado por momentos decisivos e conseguiu provar sua resiliência e capacidade de se desenvolver e determinar seu próprio futuro, dando continuidade a sua História secular, mantendo a união do país e construindo uma sociedade democrática⁸⁶, livre e independente (Putin, 2018b). Afirma-se: “[L]embramo-nos muito bem que ao longo da sua história, que remonta a séculos, a Rússia enfrentou uma série de períodos e desafios sombrios, e sempre ressurgiu como uma fênix das cinzas, alcançando alturas que pareciam inatingíveis para outros. Esses desafios serviram de trampolim para a Rússia, preparando o terreno para o próximo grande avanço”⁸⁷ (Putin, 2018a tradução da autora). Desse modo, foi possível retomar seu lugar de grande potência, “como um país cuja opinião não pode ser ignorada”⁸⁸ (Putin, 2020 tradução da autora).

2.2.2 Dimensão espacial: Rússia “como uma potência do Pacífico”⁸⁹

Em âmbito externo, as narrativas presentes nos discursos apontam a existência de uma disputa de influência entre a Rússia e os Estados Unidos e seus aliados Europeus sobre os países do espaço pós-soviético (Putin, 2014a). Por outro lado, destaca-se uma priorização da região da Ásia-Pacífico ou a chamada Eurásia, que é apontada como a região mais dinâmica na contemporaneidade (Putin, 2012b, 2012a). Inclusive, a Rússia se descreve “como uma

⁸⁶ Quando se fala em democracia, refere-se a um modelo *à la russe*, ou seja, que segue as demandas e o contexto da Rússia, sem se submeter aos padrões e ideais ocidentais (Putin, 2012a).

⁸⁷ No original: “we remember all too well that throughout its history, which reaches back centuries, Russia faced a number of dark periods and challenges, and rose like a phoenix from the ashes every time, achieving heights that seemed unattainable to others. Those challenges served as a stepping stone for Russia, setting the stage for the next major breakthrough.”

⁸⁸ No original: “as a country whose opinion cannot be ignored.”

⁸⁹ No original: “a Pacific power”.

potência do Pacífico”, que objetiva usufruir do potencial de desenvolvimento da região (PUTIN, 2014, tradução nossa).

Em consonância, em âmbito interno, verifica-se a eleição do Leste como o vetor do desenvolvimento russo no século XXI, sendo a Sibéria e o Extremo Leste (*Far East*) colocadas como as regiões de maior potencial (Putin, 2012a, 2015, 2016) e, posteriormente, incluídos, especificamente, os territórios da costa pacífica e do Ártico (Putin, 2014a), que com o tempo passa a ser considerados estratégicos (Putin, 2018b, 2019, 2021b, 2023b). Parte-se do pressuposto de que o vasto território russo deve ser desenvolvido como um todo, de forma harmônica e balanceada (Putin, 2018b). Além disso, essa reorientação é justificada em prol do desenvolvimento dos territórios orientais para abertura de novas oportunidades econômicas e de instrumentos de política externa (Putin, 2013) e não pelo esfriamento das relações com os EUA e a UE, em consonância com os interesses de longo prazo da Rússia e as “tendências de desenvolvimento global” (Putin, 2016).

Outra questão constantemente enfatizada nas narrativas é a dos movimentos separatistas, que se intensificaram no período de dissolução da União Soviética, desencadeando conflitos sérios (como o da Chechênia). Juntamente com os atos terroristas, eles são apontados como uma ameaça à unidade da Rússia, sejam eles de cunho étnico ou religioso, reforçando uma crítica aos nacionalismos e aos extremismos (Putin, 2012a, 2014a, 2015).

2.2.3 Dimensão material: “A Crimeia é onde nosso povo vive”⁹⁰

A Criméia passa a ser destacada como uma região importante a partir dos eventos de 2014 na Ucrânia, como um território histórico russo, de significado especial ao país e ao povo, além da importância estratégica de Sebastopol, que puderam ser finalmente reunificados à nação (Putin, 2014a, 2015). Pode-se depreender que, a partir de então, passa-se a construir a Crimeia como um espaço ôntico, que visa ancorar materialmente a narrativa sobre a unidade dos povos eslavos ocidentais e justificar os interesses russos no espaço-pós-soviético.

No entanto, as especificidades da recordação das questões relacionadas a essa região e a possibilidade de sua construção como espaço ôntico serão, por questões metodológicas, abordadas no próximo capítulo, que discutirá a narrativa russa sobre o conflito com a Ucrânia.

⁹⁰ No original: “Crimea is where our people live”.

2.2.4 Dimensão emocional: “Nós devemos ser e permanecer a Rússia”⁹¹

De forma geral, as narrativas apresentam a Rússia como uma nação multiétnica, berço de uma civilização centrada no povo, na língua e na cultura russas, que servem de laço de unificação, diversidade que, inclusive, é apontada como uma força motriz importante. Defende a ideia de que o mundo sempre viu tártaros, ucranianos, georgianos e russos étnicos como um único povo, "os russos", apesar de seu caráter multiétnico (Putin, 2012a). A noção de uma “civilização distinta” é explicada não como um fator de superioridade ou de exclusividade, mas que deve ser preservado e transmitido às futuras gerações em razão de constituir sua essência distintiva, que a faz ser reconhecida como Rússia (Putin, 2023b).

Entende-se que os principais valores que propiciarão o sucesso no objetivo de a Rússia ser reconhecida e respeitada no mundo, como grande potência e líder regional, são a união, a valorização da nação, as tradições culturais e espirituais multiétnicas, a história, os valores morais, a participação da sociedade civil e o fortalecimento da ordem constitucional democrática (Putin, 2012b). Esses aspectos constituiriam uma espécie de “essência russa”, que jamais deve ser abandonada, mesmo diante da necessidade de modernização e de mudanças para atender aos desafios cotidianos e manter a liderança no mundo (Putin, 2018a). Isso porque apesar de o balanço de forças econômicas, civilizacionais e militares possibilitarem à Rússia atuar como um país soberano e influente, é essencial manter a essência de ser russa, que se calca em sua identidade nacional e espiritual, e a unidade nacional: “Nós devemos ser e permanecer a Rússia”⁹² (Putin, 2012a tradução da autora).

Alguns valores são apontados como “tradicionalistas russos” (valores morais e espirituais, como caridade, empatia, compaixão, suporte e assistência mútua), um “motivo de orgulho”, pois permitiram que o país fosse uma superpotência e um império no passado (Putin, 2012a). Eles são considerados “o fundamento espiritual e moral da civilização em todas as nações durante milhares de anos”⁹³ (Putin, 2013 tradução da autora), e incluem desde a família, a religiosidade, o patriotismo, o respeito pela história, tradições e cultura, até questões como trabalho, propriedade privada e liberdade de empresa (Putin, 2013, 2014a, 2016, 2018a). Essa posição, descrita como conservadora, visaria prevenir retrocessos e o retorno ao caos e a um “estado primitivo”, e não obstar o progresso (Putin, 2013).

Nesse sentido, exorta-se a importância de instituições que disseminam esses valores fundamentais, que devem ser assegurados, principalmente por meio da educação, da cultura e

⁹¹ No original: “We must be and remain Russia.”

⁹² No original: “We must be and remain Russia.”

⁹³ No original: “the spiritual and moral foundation of civilisation in every nation for thousands of years”.

de políticas públicas voltadas aos jovens, de modo a criar "cidadãos russos responsáveis" (Putin, 2012a). Por exemplo, parte-se do pressuposto que as escolas têm o papel não somente de educar, mas de auxiliar na formação da identidade dos cidadãos, por meio da disseminação dos valores nacionais, da história e das tradições (Putin, 2013). Destaca-se, especialmente, a importância da História e das humanidades em geral, para que as novas gerações aprendam sobre a história, o grande passado, a cultura e as tradições da Rússia (Putin, 2023b).

Por isso, defende-se que, apesar da importância da proteção dos interesses privados, não pode haver uma preponderância destes em detrimento dos interesses coletivos (segurança, responsabilidade...) e nacionais. Ademais, a responsabilidade civil, o patriotismo e um estado forte são considerados as forças motoras do estado russo, como valores fundamentais de sua Constituição (Putin, 2012a, 2018a, 2023b). A questão da responsabilidade se estende a diversos âmbitos, na administração pública, na iniciativa privada, na mídia, ao povo pelo futuro e a defesa do país, ao país em garantir a segurança e a estabilidade internacionais, na defesa da História e na disseminação dos valores tradicionais russos (Putin, 2012a, 2015, 2016, 2018b, 2020, 2023b). Já o patriotismo é entendido não apenas como amor e respeito ao país e à sua história, mas, principalmente, como um dever e uma responsabilidade de servir ao país e à sociedade (Putin, 2012a). Um estado forte é considerado uma característica tradicional russa, o qual tem a responsabilidade de atender as demandas públicas (Putin, 2012a). A soberania também é elencada como um valor essencial à sobrevivência da Rússia como nação soberana e que deve ser incondicional, sob pena de dissolução e perda da identidade (visão distópica) (Putin, 2012a, 2014a, 2020).

A língua e a cultura russas são entendidas como fatores de unidade do povo multiétnico russo. As narrativas passam a destacar a importância do seu uso, juntamente com a educação, como base da política estatal e meios de diplomacia e influência no mundo (Putin, 2012a, 2013). A cultura é descrita como um código civilizacional nacional, que seria essencial na preservação da identidade russa em face ao contexto de grandes mudanças tecnológicas da era atual (Putin, 2018b, 2023b).

De forma geral, as narrativas apontam para a importância social das relações interétnicas, cujas tensões seriam fruto de uma ausência de cultura e de respeito pelas tradições. Entende-se ser essencial a proteção da paz nessas relações e, conseqüentemente, da união da sociedade (Putin, 2013). A união do povo russo é muito enfatizada nas narrativas ao longo do tempo, tanto como fator de força como de perenidade ao longo da História. Tanto que a preservação da união é equiparada à priorização o povo russo e do seu potencial como a base do poder e do futuro da Rússia (Putin, 2015). "É esta disponibilidade para trabalhar pelo bem

do nosso país e esta preocupação sincera e profunda pela Rússia que constituem a base desta unidade que vemos”⁹⁴ (Putin, 2016 tradução da autora). Tanto que esses fatores são creditados como os responsáveis pelos os sucessos obtidos ao longo da História, principalmente nos últimos 30 anos, que levariam muito mais tempo para ocorrer em outros países, sendo a ideia de “deixar a desejar” tida como a principal ameaça e inimiga da Rússia, pois há uma espécie de responsabilidade coletiva pelo futuro (Putin, 2018b, 2021b).

2.2.5 Dimensão relacional: “a Rússia foi e sempre será um Estado soberano e independente. Isto é um dado”⁹⁵

Na era multipolar, há necessidade de cooperação internacional para resolver problemas globais complexos. Esse contexto traz riscos (cada um por si) e oportunidades, sendo a cooperação e a integração os melhores caminhos de aproveitá-las, no caso da Rússia, pela priorização de seu exterior próximo (Putin, 2012a). Os projetos de integração também são elencados como prioridade nas relações, sem imposição de soluções, estando aberta ao diálogo para construção de laços econômicos, humanitários, culturais e científicos, em prol da paz e da estabilidade globais (Putin, 2012a, 2018b, 2019). Mas ressalta o privilégio às práticas e ao potencial da própria sociedade russa e suas tradições e valores (Putin, 2023b).

A narrativa explicita que a Rússia tem buscado parceiros/aliados para cooperação, além da expansão da sua esfera de influência, tanto no Ocidente como no Oriente: “Em nenhuma circunstância reduziremos as nossas relações com a Europa ou a América. Ao mesmo tempo, restauraremos e expandiremos os nossos laços tradicionais com a América do Sul. Continuaremos a nossa cooperação com África e o Médio Oriente”⁹⁶ (Putin, 2014a tradução da autora). A partir de 2016, com a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, manifesta o interesse em retomar relações bilaterais com os EUA, partindo do pressuposto de que ambos têm uma responsabilidade compartilhada de garantir a segurança e a estabilidade internacionais, de fortalecer os regimes de não-proliferação e de combater “ameaças reais”, como o terrorismo internacional, citando como exemplo a atuação russa na Síria (Putin, 2016). Também menciona o desejo de retomada de relações políticas e econômicas com a UE e os maiores países europeus (Putin, 2019).

⁹⁴ No original: "It is this readiness to work for our country's sake and this sincere and deep-seated concern for Russia that form the foundation of this unity we see."

⁹⁵ No original: "Russia has been and always will be a sovereign and independent state. This is a given."

⁹⁶ No original: "Under no conditions will we curtail our relations with Europe or America. At the same time, we will restore and expand our traditional ties with South America. We will continue our cooperation with Africa and the Middle East".

Entretanto, aponta que isso tem sido difícil, em razão das diversas acusações de outros países contra a Rússia, as quais, muitas vezes, são ignoradas em prol da manutenção de boas relações na arena internacional, inclusive no caso dos países que isso não tem sido possível recentemente (Putin, 2021b). Reafirma a constante busca de manutenção da abertura ao diálogo e de não rompimento de relações, mas promete respostas duras e assimétricas contra possíveis ataques aos interesses securitários fundamentais da Rússia: “Aqueles que estão por trás das provocações que ameaçam os interesses fundamentais da nossa segurança irão arrepender-se do que fizeram, de uma forma que não se arrependeram de nada durante muito tempo”⁹⁷ (Putin, 2021b tradução da autora). Lembra que, apesar de ser um país responsável e ponderado em suas decisões, só cabe a si definir seus próprios interesses e limites (Putin, 2021b).

A criação de uma ampla integração Eurasiática é um dos principais objetivos expressas nas narrativas russas, que visa resolver questões de desenvolvimento e não por meras pretensões geopolíticas (Putin, 2012b, 2021b). A elaboração do Tratado da União Econômica da Eurásia (EUEA), organização internacional de integração econômica, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2015, é colocada como uma prioridade e, assim como a União Aduaneira, visa atrair outros vizinhos nos planos de integração Eurasiática, como a Ucrânia. Acentua que não pretende por esse projeto contra outros, como a União Europeia, mas sim como complementá-los, mantendo esforços de firmar acordos com os 'amigos' Europeus (Putin, 2013, 2014a). Também se menciona planos de estabelecer um modelo de integração multinível na Eurásia: a *Greater Eurasian Partnership*. O objetivo é explorar o potencial de cooperação da região Asia-Pacífico, o que se coaduna aos interesses de longo prazo da Rússia e às tendências de desenvolvimento global (Putin, 2016).

Além disso, vem desenvolvendo esforços para expandir os laços econômicos com outros países, para ampliar a parceria Eurasiática, tanto no âmbito da EUEA, como no projeto do Novo Cinturão e Rota Chinesa, por meio de acordos de livre comércio com o Vietnã, e nas relações com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a Organização de Cooperação de Shangai (SCO) (Putin, 2015, 2019). Também defende o aprofundamento da cooperação na Confederação da Rússia e da Bielorrússia e destaca as relações bilaterais com a China, Índia e Japão, com intenção da expansão dos laços com o Irã, Paquistão e Oriente Médio (Putin, 2018b, 2019, 2023b). A relação com a China é apontada como “um importante fator de estabilidade nos assuntos internacionais e em termos de segurança da Eurásia, oferecendo um

⁹⁷ No original: "Those behind provocations that threaten the core interests of our security will regret what they have done in a way they have not regretted anything for a long time."

modelo de cooperação econômica produtiva”⁹⁸ (Putin, 2019 tradução da autora). Essas relações são consideradas estratégicas, inclusive as iniciativas de cooperação com os EUA e EU, sendo essenciais para responder a desafios complexos, garantir a segurança global e construir um futuro atento as dinâmicas de integração (Putin, 2018b)

Para a Rússia, é essencial se estabelecer como uma liderança que defende o Direito Internacional, a soberania, a independência dos povos e das identidades e a diversidade global, além da ideia de segurança e de desenvolvimento para todos os países (Putin, 2012a, 2016). Isso seria inerente sua grande História e cultura, além dos muitos séculos de experiência com a convivência de diferentes povos dentro de um mesmo estado (Putin, 2012a). A busca do fortalecimento dos regimes de não-proliferação, do combate do terrorismo internacional e do tráfico de drogas também são elencados como prioridades (Putin, 2013). Assim, manifesta oposição a reivindicações de excepcionalidade ou de monopólio, à manipulação das regras internacionais em benefício próprio e à censura em espaço internacional (Putin, 2016). Acentua a atuação nesse sentido nos fóruns multilaterais, como prioridades de sua política externa, nas organizações internacionais (Nações Unidas, Grupo dos 12 e Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC)), no G20 e nas próprias organizações regionais (Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), BRICS⁹⁹ e SCO), bem como em seus projetos de integração (União Econômica Eurasiática (EEU) e Comunidade de Estados Independentes (CIS)) (Putin, 2016, 2019).

A narrativa também faz referência à ideia de proteção do povo, ao sublinhar o objetivo de proteger os direitos e interesses dos compatriotas no território histórico russo. Compreendem os descendentes do império russo e da União Soviética que guardam a língua e a cultura russas, inclusive por meio da estratégia de simplificação da concessão de cidadania russa, caso haja o desejo de se mudar para a Rússia (Putin, 2012a).

Para a Rússia, qualquer forma de interferência externa é tida como inaceitável (Putin, 2012a, 2013). Entretanto, aponta o enfrentamento de diversas tentativas externas de pressão, principalmente por meio de desinformação e acusações, inclusive a perseguição aos atletas russos (em razão do escândalo de doping nas Olimpíadas de Inverno de 2014) (Putin, 2014a). Por outro lado, afirma-se que: “Protegeremos a diversidade do mundo. Diremos a verdade às pessoas no exterior, para que todos possam ver a imagem real e não distorcida e falsa da

⁹⁸ No original: "an important factor of stability in international affairs and in terms of Eurasian security, offering a model of productive economic cooperation".

⁹⁹ Acrônimo, em inglês, que designa os membros do grupo voltado, principalmente, ao seu desenvolvimento econômico. Inclui, em 2024, os seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Rússia”¹⁰⁰ (Putin, 2014a tradução da autora). Essas disputas de narrativas e disseminação de mentiras seriam uma forma de impor um isolamento ao país, fazendo referência expressa à época da Guerra Fria e à “cortina de ferro” (Putin, 2014a).

Dá-se primazia máxima à soberania e à independência do estado, como fator de sobrevivência da Rússia: “Colegas, a Rússia foi e sempre será um Estado soberano e independente. Isto é um dado. Será isso ou simplesmente deixará de existir. Devemos compreender isto claramente. Sem soberania, a Rússia não pode ser um Estado. Alguns países podem fazer isso, mas não a Rússia”¹⁰¹ (Putin, 2019 tradução da autora).

Também acusa o Ocidente incentivar desordem e golpes de estado em outros países em seu favor, a partir de uma interferência direta, como o que ocorreu na Bielorrússia e na Ucrânia. Entretanto, essas ações que não foram condenadas pelo Ocidente, que ignoraram o evento, uma questão grave, que “vai além de qualquer limite”. O mesmo tem ocorrido com relação às informações de planos para pôr em prática um massivo cyber-ataque para bloquear a capital Minsk. Em razão dessas situações, a Rússia tem depreendido os motivos pelos quais o Ocidente tem rejeitado propostas de diálogo sobre segurança da informação (Putin, 2021b, 2023b).

Ademais, apesar de entender que possui uma superioridade militar e capacidade de se defender militarmente, desde 2013 a Rússia vem manifestando preocupação com o desenvolvimento, pelos EUA e seus aliados da OTAN, de um sistema de defesa de mísseis na Europa, por entender que compõe um elemento crucial das capacidades estratégicas ofensivas, e não meramente defensivas (Putin, 2013, 2014a). Juntamente com o desenvolvimento de um novo sistema de armamentos, entende que essas iniciativas constituem uma ameaça à Rússia, e à estabilidade regional e global como um todo, por serem contra os acordos existentes e afetarem o balanço de poder conquistado pelo Tratado Antimísseis Balísticos, com a possibilidade de desencadear uma corrida armamentista entre os países (Putin, 2013, 2014a, 2016).

Nesse sentido, reforça que o aumento das capacidades de defesa visa somente garantir a segurança do país, não representar uma ameaça a outros países, mas dissuadir possíveis agressões, principalmente o uso de sistemas de defesa de mísseis contra a Rússia e a instalação da infraestrutura da OTAN próxima às fronteiras russas. Tais esforços têm sido postos em

¹⁰⁰ No original: “We will protect the diversity of the world. We will tell the truth to people abroad, so that everyone can see the real and not distorted and false image of Russia.”

¹⁰¹ No original: "Colleagues, Russia has been and always will be a sovereign and independent state. This is a given. It will either be that, or will simply cease to exist. We must clearly understand this. Without sovereignty, Russia cannot be a state. Some countries can do this, but not Russia."

prática sem violar os tratados de controle de armas que é parte (Putin, 2018b, 2019). Inclusive, defende que o crescimento das capacidades militares russas seria um fator de garantia da paz global, pelo fato de resguardar a paridade estratégica de poder e o balanço de forças, que têm sido essencial à segurança global desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais (Putin, 2018b).

O Tratado Antimísseis Balísticos (1972) é considerado a pedra angular do sistema de segurança internacional ao possibilitar o estabelecimento de um ambiente de confiança que preveniu o uso de armas nucleares. Apesar disso, a Rússia não teve êxito em dissuadir os EUA de sua decisão de saída unilateral, em 2002, nem em desenvolver um diálogo construtivo depois. Entende que, talvez, esse diálogo tenha sido descartado porque a situação russa no período pós-soviético era tão precária que os EUA consideraram que o país jamais fosse se recuperar econômica e militarmente, apesar do fato da Rússia continuar sendo uma potência nuclear desde então (Putin, 2018b).

Outra problemática levantada nesta seara é a retirada unilateral dos EUA do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Médio (1987). Neste caso, reclama das acusações americanas feitas para justificar essa ação ao invés da busca por diálogo. Também acusa os EUA de violarem os artigos 4º e 6º do Tratado, que tratam da eliminação de mísseis de média distância e seus lançadores, apontando seu uso na Romênia e na Polônia. Afirma que a Rússia não tem intenção de implantar esses mísseis na Europa primeiro, mas se os EUA o fizessem isso pioraria dramaticamente a situação securitária internacional e criaria uma ameaça ao país, sob pena de respostas iguais ou assimétricas contra essas áreas e as áreas de centro de decisão. Sobre a tentativa de obtenção de superioridade militar pelos EUA com o projeto de mísseis de defesa global, alerta para que desistam, sob pena de respostas russas, mas se dispõe a um diálogo para o desarmamento (Putin, 2019).

Nesse contexto, explica que a Rússia teve de desenvolver novas armas estratégicas, para garantir sua segurança e a do povo russo. Por outro lado, também buscou estabelecer acordos para manter a estabilidade estratégica. Entende que o Tratado New START, de 2010, foi um ganho importante, mas ele tem sido desvalorizado pelos EUA em detrimento dos planos de defesa antibalística, o que diminuiria o potencial nuclear da Rússia. Desse modo, a Rússia precisa continuar desenvolvendo soluções para neutralizar as ameaças Ocidentais, para manter a paridade estratégica global (Putin, 2018b, 2023b). Aliás, em razão da alegação do objetivo de derrota estratégica à Rússia pelos EUA e OTAN, no contexto do conflito com a Ucrânia, com a degradação das relações com esses atores (que teria sido provocada por eles), a Rússia

teria sido obrigada a suspender sua participação no Tratado Novo START, mas, mesmo assim, buscará manter a paridade estratégica global (Putin, 2023b).

Com o passar dos anos, passa a manifestar o entendimento de que dificilmente a política norte-americana com relação a Rússia pode ser chamada de amigável, mas, sim, destrutiva e equivocada, por ignorar os legítimos interesses russos, empreender campanhas anti-russas e aplicar inúmeras sanções, consideradas ilegais e ilegítimas (Putin, 2019). Aliás, sobre a problemática das sanções, entende-as como práticas politicamente motivadas e ilegais, que visam a imposição da vontade de terceiros com base na força (Putin, 2021b).

De forma geral, entende que a arquitetura de segurança construída nas últimas décadas tem sido unilateralmente desmantelada pelos EUA, que constantemente faz referência à Rússia como sua principal ameaça. Condena a postura dos EUA de se retirar de acordos de armamentos, destruindo, unilateralmente, os pilares que mantêm a paz mundial. Apesar disso, reafirma que o desejo russo seria manter relações amigáveis e igualitárias com os norte-americanos, pois não quer confrontação (Putin, 2019, 2023b). Entende que há necessidade de um amplo diálogo sobre armamentos estratégicos e a garantia da estabilidade global. Busca da criação de um ambiente de coexistência, livre de conflitos, pautado na segurança universal e no respeito mútuo, pois o desenvolvimento russo de longo prazo requer um ambiente pacífico (Putin, 2019, 2021b): “As nossas políticas nunca serão baseadas em reivindicações de excepcionalismo. Protegemos os nossos interesses e respeitamos os interesses de outros países. Observamos o direito internacional e acreditamos no papel central inviolável da ONU. Estes são os princípios e abordagens que nos permitem construir relações fortes, amistosas e igualitárias com a maioria absoluta dos países”¹⁰² (Putin, 2018b tradução da autora).

Entretanto, ressalta que as iniciativas de diálogo com o Ocidente, para construção de um sistema de segurança igualitário e indivisível, foram ignoradas. Além disso, com a expansão da OTAN em direção as fronteiras russas, foram criadas novas bases de defesa balística na Europa e na Ásia e movidos contingentes militares para essas regiões, levando à criação de uma espécie de guarda-chuva de proteção contra a Rússia. Também menciona o enorme valor gasto com guerra pelos EUA *vis-à-vis* o valor gasto em ajuda a países pobres (Putin, 2023b).

¹⁰² No original: "Our policies will never be based on claims to exceptionalism. We protect our interests and respect the interests of other countries. We observe international law and believe in the inviolable central role of the UN. These are the principles and approaches that allow us to build strong, friendly and equal relations with the absolute majority of countries".

Ressalta que as acusações recentes contra a Rússia parecem pôr em esquecimento as ações dos EUA e sua participação em conflitos nas últimas décadas. Esta revela uma prevalência de interesses econômicos e uma busca de criar inimigos para ocultar ou desviar a atenção de problemas internos. Também representa uma iniciativa de criar conflitos e instabilidade nas fronteiras russas, desencadeando conflitos na Europa na busca de eliminar competidores por meio de forças por procuração (Putin, 2023b).

2.2.6 Dimensão normativa: “preservar a Rússia como uma civilização com identidade própria, enraizada em tradições seculares e na cultura do nosso povo, nos nossos valores e costumes”¹⁰³

A narrativa parte do entendimento que a ordem internacional estaria em um período de transição, com a possibilidade de conflitos em razão do desenvolvimento desigual, cada vez mais contraditório e dinâmico, entre os países. Também aponta um fortalecimento da competição militar, política, econômica e informacional, principalmente nas áreas da ciência, da tecnologia e da educação (Putin, 2012a, 2013, 2019). Entende-se que os “parceiros ocidentais” têm agido contra as bases do sistema internacional moderno ao promover conflitos com propósitos humanitários e interpretações dúbias das normas internacionais, o que desencadeia uma instabilidade da ordem internacional (Putin, 2012a, 2014a, 2015). Defende a busca de diálogo e da promoção da justiça e do respeito nas relações internacionais, para a construção de um sistema estável, mas entende que seus esforços desde o fim da Guerra Fria têm sido em vão (Putin, 2016).

A defesa dos interesses e objetivos russos em âmbito externo depende do fortalecimento da posição do país na ordem internacional e refletem os princípios essenciais à estabilidade das relações internacionais, a saber, o direito de autodefesa, a inadmissibilidade do uso excessivo da força e a observância do Direito Internacional (Putin, 2012a). Entende que a soberania depende da criação de demanda por recursos, da preservação da relevância geopolítica, da mobilização de ações coletivas no âmbito internacional e da garantia da segurança e da independência russas, inclusive por meios militares. “No contexto de processos conflitantes no mundo, os interesses da nação exigem uma ação decisiva”¹⁰⁴ (Putin, 2012a tradução da autora). Assim, é essencial ficar a par dessas mudanças civilizacionais, pois isso

¹⁰³ No original: “preserve Russia as a civilisation with its own identity, rooted in centuries-long traditions and the culture of our people, our values and customs”.

¹⁰⁴ No original: "Against the background of conflicting processes in the world, the interests of the nation require decisive action".

determinará o futuro do mundo e da Rússia, de modo a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento para se tornar líder, como na área tecnológica, especialmente para defesa, em prol da garantia da segurança, de oportunidades econômicas e da própria soberania russas (Putin, 2015, 2018b, 2019).

A Rússia tem uma responsabilidade histórica de continuar crescendo, por ser um dos guardiões da estabilidade regional e global, bem como para manter suas abordagens pautadas em valores (Putin, 2013). Desse modo, deve desempenhar um papel relevante nos assuntos globais, o qual lhe conferiu responsabilidades e prerrogativas na manutenção de uma ordem internacional, que na visão russa, deveria ser policêntrica e multipolar, com privilégio à cooperação internacional, em detrimento da confrontação, defendidos pela persecução de uma política externa independente (Putin, 2013, 2014a, 2023b). Esta objetiva, principalmente, a garantia da paz e da segurança de seu povo em prol da garantia do desenvolvimento estável do país (Putin, 2021b).

A narrativa descreve a busca do Kremlin por cooperação e por igualdade no processo decisório de questões importantes com o Ocidente, com a defesa da necessidade de um sistema multilateral, bem como o interesse russo de concatenar esforços em prol de uma segurança comum, igualitária e indivisível (Putin, 2013, 2014a, 2023b). Também considera essencial uma centralização das questões internacionais no âmbito de organizações multilaterais e democráticas, como as Nações Unidas, ao invés de em organizações defensivas regionais, como a OTAN (Putin, 2012a, 2015). Tais objetivos que não teriam se concretizado pela reiterada desconsideração dos interesses da Rússia, apesar de seu *status* como grande potência, como no caso da expansão oriental da OTAN e o estabelecimento de infraestrutura militar nas fronteiras russas (Putin, 2013, 2014a). A dificuldade de cooperação internacional é comparada com a resposta dos aliados à ameaça nazista, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, com ênfase às consequências dessa omissão, considerando a frequente falta de vontade de se aliar à Rússia (Putin, 2015).

Apesar disso, a Rússia se descreve como uma pioneira e líder responsável na luta contra o terrorismo, lembrando as agressões sofridas em meados dos anos 1990, que deve ser encarada como “uma luta pela liberdade, verdade e justiça, pela vida das pessoas e pelo futuro de toda a civilização”¹⁰⁵ (Putin, 2015 tradução da autora). Entende que o combate ao terrorismo

¹⁰⁵ No original: "a fight for freedom, truth and justice, for the lives of people and the future of the entire civilization".

deve ser fruto de um esforço conjunto dos países, o qual representa uma ameaça crescente ao mundo todo, comparada com a “ideologia destrutiva e bárbara” do Nazismo (Putin, 2015).

Também entende que a imposição de modelos de desenvolvimento em outras nações só gerou conflito, como no caso dos países do Oriente Médio e do Norte da África, especialmente na Síria (Putin, 2013). Entende que esses conflitos devem ser imputados aos EUA e seus aliados ocidentais, por suas ações intervencionistas. Por outro lado, justifica a ação russa na Síria como forma de eliminar as ameaças terroristas lá existentes, que poderiam representar uma ameaça à Rússia caso tivessem sucesso no exterior. Em outras palavras, trata-se de uma luta pela Rússia e por sua segurança: “A posição firme assumida pelo nosso povo decorre de uma compreensão profunda do perigo absoluto do terrorismo, do patriotismo, de elevadas qualidades morais e da sua firme convicção de que devemos defender os nossos interesses, história, tradições e valores nacionais”¹⁰⁶ (Putin, 2015 tradução da autora). Além disso, entende que conflitos regionais podem passar a representar uma ameaças para toda a comunidade internacional (Putin, 2020).

Desse modo, é essencial o estabelecimento de discussões sobre os princípios para uma ordem mundial estável e para discussão dos problemas globais (Putin, 2020). Assim, a decisão coletiva de evitar uma intervenção militar na Síria teria sido acertada, representando um precedente importante que reafirma a centralidade da ONU na política mundial. O caso também acentua a importância de prover assistência e de resolver problemas internacionais exclusivamente por meios políticos, como a Rússia tem feito em diversos conflitos regionais, citando a busca de estabilizar Síria, de estabelecer diálogo com a Líbia e de resolver o conflito de Nagorno-Karabakh (Putin, 2013, 2021b).

Ressalta que haveria uma responsabilidade especial dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, como as cinco potências nucleares, em conservar e desenvolver sustentavelmente a humanidade. Isso inclui esforços para remover questões que levem a uma guerra global e para garantir a estabilidade internacional em todos os aspectos das relações internacionais (Putin, 2020). Entretanto, há uma compreensão de que diversos estados têm buscado enfraquecer a posição da Rússia em variadas esferas, assim como seu papel nas decisões internacionais, o que mina a estabilidade e a segurança internacionais (Putin, 2014a, 2015, 2020)

¹⁰⁶ No original: "The firm stance taken by our people stems from a thorough understanding of the absolute danger of terrorism, from patriotism, high moral qualities and their firm belief that we must defend our national interests, history, traditions and values".

Critica o uso de sanções e de medidas de isolamento da cena internacional (Putin, 2014a). Essas ações são retratadas como a continuidade de uma política de longa data de contenção da Rússia: “A política de contenção não foi inventada ontem. Foi levada a cabo contra o nosso país durante muitos anos, sempre, durante décadas, senão séculos. Em suma, sempre que alguém pensa que a Rússia se tornou demasiado forte ou independente, estas ferramentas são rapidamente colocadas em uso”¹⁰⁷ (Putin, 2014a tradução da autora). Apesar disso, esses ataques do Ocidente não teriam sido bem-sucedidos, nem tenderiam a ser, afetando apenas a eles mesmos. A economia russa se mostrara muito mais resiliente e o encolhimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) fora muito menor que o previsto, de modo que as sanções não lograram desestabilizar a economia e causar sofrimento ao povo russo como tentado (Putin, 2023b). Também destaca que a busca de implementação de um sistema comercial e financeiro paralelo ao dólar é resultado das próprias ações ocidentais, que buscaram isolar o país do mercado internacional (Putin, 2023b).

Entende que é inaceitável a ideia de se curvar aos padrões e aos interesses estratégicos alheios, em detrimento dos próprios princípios e senso comum. Trata-se de uma questão normativa, pautada na ideia de respeito ao Direito Internacional e aos interesses de cada país soberano (Putin, 2014a, 2016). Para tanto, a manutenção de um estado forte e soberano, imune as interferências externas, é essencial para a defesa russa e para a manutenção da confiança do povo (Putin, 2016, 2023b). Também é importante que a economia russa se desenvolva a altura do papel histórico e geopolítico do país, permitindo o fortalecimento de sua influência e independência econômica (Putin, 2014a).

As narrativas mantêm uma visão de que a posição da Rússia como grande potência econômica e em defesa não é determinada por recursos materiais, mas pelas pessoas (Putin, 2018b). Assim, a consolidação do povo russo é essencial para o desenvolvimento bem-sucedido da Rússia (Putin, 2016), levando em conta a prioridade de “preservar a Rússia como uma civilização com identidade própria, enraizada em tradições seculares e na cultura do nosso povo, nos nossos valores e costumes”¹⁰⁸ (Putin, 2019 tradução da autora). Por isso, parte-se do pressuposto da necessidade de preservação do povo russo e da garantia de sua prosperidade. Entende-se que o futuro da Rússia reside nas mãos da juventude, que tem a responsabilidade de defender o país (Putin, 2018b, 2023b): “Serão eles, os nossos filhos, que assumirão os

¹⁰⁷ No original: "The policy of containment was not invented yesterday. It has been carried out against our country for many years, always, for decades, if not centuries. In short, whenever someone thinks that Russia has become too strong or independent, these tools are quickly put into use".

¹⁰⁸ No original: “preserve Russia as a civilisation with its own identity, rooted in centuries-long traditions and the culture of our people, our values and customs”.

nossos esforços para desenvolver o país e alcançarão um sucesso ainda maior do que os seus pais, respeitando a história da nossa Pátria”¹⁰⁹ (Putin, 2018b tradução da autora). Logo, a educação é tida como muito essencial na formação dessa nova geração, com o objetivo de transmitir conhecimento e valores morais, fatores que são considerados determinantes da viabilidade da sociedade, segundo Dmitry Likhachev (Putin, 2016, 2018b).

De forma geral, os projetos nacionais são descritos como voltados a melhora da qualidade de vida das pessoas, para evitar a repetição dos erros passados, que levaram à revolução comunista. Seu principal objetivo é a preservação da nação, com oferecimento de pleno suporte às famílias e aos idosos, em prol do crescimento populacional. O fortalecimento dos valores familiares também é entendido como chave para o futuro, constituindo-se em uma tarefa a ser compartilhada entre o estado, a sociedade civil, as instituições religiosas, os partidos políticos e a mídia (Putin, 2019). Entende-se que se deve garantir que as novas gerações adotem "os valores verdadeiros de uma família grande", o que deve ser aceito como algo “tão natural, como uma parte moral e integrante e um apoio de base confiável para a sua vida adulta, então seremos capazes de enfrentar o desafio histórico de garantir o desenvolvimento da Rússia como um país grande e bem sucedido”¹¹⁰ (Putin, 2020 tradução da autora). De forma geral, o suporte as famílias e aos valores familiares às novas gerações que vivem em meio as inúmeras mudanças sociais e tecnológicas atuais é o que "determinará o futuro da Rússia no século XXI"¹¹¹ (Putin, 2020 tradução da autora).

Uma narrativa constante trata da implementação de medidas para proporcionar crescimento demográfico para alcançar e, depois, manter um crescimento natural da população (Putin, 2012a, 2014a). Essa questão é entendida como intrinsecamente ligada ao futuro e à perspectiva histórica do país, quase que com um caráter quantitativo: “O futuro e a perspectiva histórica da Rússia dependem de quantos de nós somos (gostaria de começar a parte principal do meu discurso com a demografia), de quantas crianças nascem em famílias russas em um, cinco ou dez anos, da educação dessas crianças, sobre que tipo de pessoas se tornam e o que farão pelo país, bem como sobre os valores que escolhem como pilares da vida”¹¹² (Putin, 2020

¹⁰⁹ No original: “It will be they, our children, who will take up our efforts to develop the country, and achieve even greater success than their parents, while respecting the history of our Fatherland”.

¹¹⁰ No original: "as natural, as a moral and an integral part and reliable background support for their adult life, then we will be able to meet the historical challenge of guaranteeing Russia's development as a large and successful country".

¹¹¹ No original: “that will determine Russia's fate in the 21st century.”

¹¹² "Russia's future and historical perspective depend on how many of us there are (I would like to start the main part of my Address with demography), how many children are born in Russian families in one, five or ten years, on these children's upbringing, on what kind of people they become and what they will do for the country, as well as on the values they choose as their mainstay in life."

tradução da autora). A prioridade principal é "a preservação e o aumento da população russa"¹¹³ (Putin, 2020 tradução da autora).

Trata-se de um desafio constante à Rússia nas últimas décadas, derivado do declínio da taxa de natalidade, provocado pelas perdas humanas e poucos nascimentos no século XX, na Grande Guerra Patriótica e nos anos 1990. Com as políticas implementadas teria sido possível reverter as “dramáticas” tendências demográficas dos anos 2000 (Putin, 2019), mas o período atual continua sendo descrito como "muito difícil", principalmente após a pandemia de Covid-19, que gerou uma queda nas taxas de natalidade e novas previsões demográficas negativas (Putin, 2020, 2021b).

Outra problemática interna constantemente levantada pela narrativa é a questão da má- administração pública, do excesso de burocracia e da corrupção, que são apontados não somente como obstáculos ao desenvolvimento, mas como ameaça à segurança russa (Putin, 2014a, 2015, 2016). Assim, descreve que há o compromisso de aprimorar a eficácia e a transparência do governo como um todo e de dar continuidade ao desenvolvimento do sistema político, de instituições democráticas e eleições competitivas. A sociedade é descrita como saudável e imune contra “populismos e demagogias”, por ter aprendido as lições do passado acerca de dogmas deste tipo e de ideias de falsa união, fazendo alusão ao período soviético (Putin, 2016).

2.3 A NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE E SEU IMPACTO NO SENSO SECURITÁRIO E NA POSTURA EXTERNA RUSSA

A partir da análise dos discursos selecionados, foi possível reconstituir a narrativa biográfica russa, com ênfase nas principais temáticas articuladas em cada dimensão, que serão discutidas nesta seção, com base no referencial teórico construído no primeiro capítulo.

Como teorizou Giddens (2002), a reflexividade é uma característica essencial para compreender a mudança e seu impacto no senso de segurança ontológica. No caso da Rússia, a desintegração da União Soviética pode ser entendida como uma mudança estrutural que afetou diretamente sua narrativa biográfica, como sucessora daquela. Houve uma quebra de continuidade do eu, constituindo uma situação crítica. No processo de construção da Federação Russa, as experiências passadas e as rotinas do agente tiveram que passar por um processo de reorganização, de modo a acomodar as mudanças.

¹¹³ No original: “the preservation and increase of Russia’s population.”

A Rússia buscou reorganizar, reflexivamente, sua compreensão da realidade externa e da própria narrativa biográfica. Entretanto, baixas capacidades reflexivas, como destacado por Steele (2005), podem explicar a dificuldade da Rússia em acomodar as mudanças enfrentadas em sua narrativa biográfica. A principal questão que se depreende dos discursos é a não aceitação da perda do *status* de grande potência e do desprestígio internacional, que, com o tempo, levaram ao apego a certos eventos do passado, de forma a justificar, narrativamente, a manutenção desses atributos, que eram tidos como essenciais. A mudança é vista como negativa, sendo narradas como futuros indesejáveis (visões distópicas) (Berenskötter, 2014), pois, em âmbito externo, representaria uma perda da soberania e a submissão à hegemonia estadunidense; e, em âmbito interno, levaria ao caos e à fragmentação do estado, como quase ocorrera nos anos 1990, período em que a Rússia teria buscado adotar os moldes ocidentais.

Por outro lado, o apego da Rússia ao *status* de grande potência também pode ser entendido como uma narrativa de fantasia. Esta permitiria a racionalização da sua manutenção, sustentada pela memória política das grandes conquistas do passado imperial e soviético, ao mesmo tempo em que oferece um senso de coerência e de continuidade à sua narrativa biográfica contemporânea (Eberle, 2017; Subotic, 2018). Durante o governo Putin, observa-se a adoção do conceito de “Rússia milenar” (*thousand-year-long Russia*), de modo a enfatizar o *status* de grande potência do país. Essa construção se fundamenta em uma apropriação seletiva de eventos do passado soviético, com ênfase a grandeza do estado e ao tema do heroísmo russo em trazer a liberdade à Europa (Malinova, 2017, p. 45–46). Dessa forma, a falta ontológica é traduzida em falta empírica, ligada ao desejo e à busca de reconhecimento externo, que estabiliza o senso de realidade com essa promessa de segurança ontológica.

Isso faz com que o estado de segurança ontológica seja considerado contingente, pois a integridade do eu depende da congruência entre a narrativa biográfica (subjativa) e a identidade conferida por outros, externamente, para se sustentar nas relações intersubjetivas. Isso se liga tanto à necessidade reconhecimento como à posição nas hierarquias existentes (Zarakol, 2010). No caso, a recusa dos países do Ocidente em reconhecer o *status* da Rússia como grande potência e os direitos a este inerentes, como a consideração de seus interesses e sua inclusão nas decisões internacionais, tem sido encarada como uma ameaça existencial, representando uma continuada política secular de contenção das capacidades do país. Isso levou, paulatinamente, a um endurecimento na compreensão da natureza das relações entre Rússia, Estados Unidos e os países europeus, com a manifestação de um sentimento de traição e, posteriormente, de antagonismo nas relações internacionais.

Além disso, sobressai-se uma busca de diferenciação do Ocidente, que se revela tanto na autodescrição como potência do Pacífico como na priorização dos fóruns multilaterais e de iniciativas de integração, principalmente com países que buscam maior participação na ordem internacional e que compartilham de uma visão policêntrica desta. Essa diferenciação também ganha contornos civilizacionais na narrativa, a qual, segundo Kazharski (2020), constitui uma prática de construção identitária que conjuga uma visão culturalista da Rússia na tentativa de construir unidade através das rachaduras ideológicas, espaciais e societárias associadas à desintegração da União Soviética e outros pontos críticos anteriores na história russa. Percebe-se a conexão a valores considerados tradicionais, com a busca da preservação de uma “essência russa”, calcada em valores espirituais e históricos, numa postura autodenominada como conservadora, que visa estabelecer uma espécie de unidade e concórdia sociais e justificar ações políticas.

Sobre a seletividade da memória política na construção da narrativa biográfica, a mobilização de eventos específicos do passado, com potencial de ressonância afetiva, permite a articulação de uma narrativa biográfica coerente, a criação de laços de pertencimento e a reconstrução da autoestima coletiva (Kinnvall, 2004). O caso russo é emblemático, pois apesar de sucessora legal da União Soviética, carecia de uma identidade nacional própria, dado o histórico de seu território como membro de um império e de uma confederação, ambos de caráter multiétnico. Nesse processo, o mito da GGP se mostrou o evento com maior possibilidade de uso político, dado sua vinculação a sentimentos positivos de orgulho, de sacrifício e de vitória e o baixo nível de contestação sobre seu significado para a história russa e mundial (Danilova, 2016, p. 179; Malinova, 2017, p. 47–48; Marples, 2012, p. 288). Apesar de ter sofrido alterações ao longo do tempo, as celebrações em lembrança ao evento, principalmente com o Dia da Vitória, não apenas se mantiveram como tem ganho uma dimensão cada vez maior, sendo utilizadas não somente como elo de continuidade de identidade russa com o passado soviético, como fonte de legitimação e de mobilização políticas (Bækken; Enstad, 2020, p. 20; Danilova, 2016, p. 178; 193; Rouhier-Willoughby, 2003, p. 32), em prol do aumento de sua segurança ontológica.

Por outro lado, essa mobilização do passado tem, cada vez mais, ganho contornos de uma securitização da memória (Mälksoo, 2015), a partir da visão de que há uma tentativa por parte de outros países de questionar a história e as conquistas russas, levando a políticas que objetivam uma “manutenção da verdade”, principalmente por meio da educação e da criação de memoriais. Há uma ênfase no contraste entre sacrifício, lealdade e heroísmo dos veteranos, com narrativas que pressupõe a ideia de um ‘débito geracional’ aos jovens. Isso permite, além

da consolidação da memória de uma forma específica, a cobrança de deveres cívicos e responsabilidades, favorecendo propósitos estatais militares e o incremento da posição da instituição na identidade russa contemporânea (Edwards, 2022, p. 100–101). Já os silêncios acerca de certos eventos negativos ou de traumas do passado, como as questões ligadas aos crimes cometidos pelo regime soviético, podem representar a dificuldade e/ou inconveniência da sua representação narrativa (Berenskötter, 2014), além de ter desencadeado ‘guerras de memória’ entre a Rússia e outros países do Leste Europeu em razão dessa visão triunfalista (Malinova, 2017, p. 46; 66).

Pode-se confirmar que a história desempenha um papel predominante na construção da narrativa biográfica russa, considerando a importância da memória política para compreensão do eu no presente e no delineamento de horizontes futuros, bem como para legitimar políticas de construção de estado e ações internas e externas. Contudo, a sustentação dessas narrativas, a longo prazo, depende da sua aceitação social, principalmente nas gerações mais jovens, que têm uma conexão emocional mais frágil com certos eventos do passado, fruto das experiências de antepassados e não próprias. Isso faz com que esta camada social seja a mais visada por políticas de memória, como as ligadas à educação, que têm sido usadas como forma de transmissão de uma visão histórica determinada e de doutrinação moral. Por outro lado, esse fator também coloca em evidência a fragilidade da narrativa biográfica russa e da própria legitimação do estado, que tem, cada vez mais, se mostrado incapaz de se adaptar às mudanças na ordem internacionais, exatamente por se assentar sobre construções imaginárias para criar a fantasia de unidade social, o que tem gerado uma postura mais beligerante e intransigente.

2.4 CONCLUSÃO

O capítulo analisa a construção da narrativa biográfica na Rússia contemporânea, com foco na interpretação dos principais discursos do presidente Vladimir Putin entre 2012 e 2023. Busca-se responder ao objetivo de pesquisa de explorar as dimensões da narrativa biográfica e seu impacto na busca por segurança ontológica na Rússia, considerando o contexto de insegurança ontológica do período pós-dissolução da União Soviética e a necessidade de reconstrução narrativa do eu russo como estado independente.

O modelo teórico utilizado no capítulo categoriza os principais elementos narrativos em relação às seis dimensões da narrativa biográfica, de forma a identificar as principais temáticas e representações em cada uma delas, de modo a estabelecimento de um panorama da narrativa dominante. A seguir, são sumarizados os principais pontos identificados em cada

dimensão, que são seis: a temporal, a espacial, a material, a emocional, a relacional e a normativa.

Na dimensão temporal, é ressaltada uma compreensão linear da História russa, a partir de uma continuidade abrangendo mais de mil anos, como um elemento importante na narrativa. Esta compreensão permite ressaltar grandes conquistas do passado, como a vitória na Segunda Guerra Mundial (ou Grande Guerra Patriótica, como é denominada pela historiografia russa) e de superação de desafios, como a reconstrução do país após as profundas crises dos anos 1990, os quais seriam naturais à Rússia e servem para fortalecer a nação. Estas são usadas tanto para conferir ao passado um caráter heroico e até sagrado, no sentido de servir de modelo ao futuro, como para exortar a necessidade de extrair lições com os erros cometidos, de modo a não os repetir. Também permite a reivindicação de uma continuidade do *status* de grande potência ao país, cuja manutenção depende da união do povo russo em prol da consecução dos objetivos de desenvolvimento do país, com destaque ao papel das gerações mais jovens na continuidade desse ‘destino’ de grandeza que seria natural à Rússia.

Na dimensão espacial, destaca-se a importância, principalmente, do espaço pós-soviético, como um território histórico da Rússia e da Eurásia, como região a ser priorizada pelo país, em razão de seu potencial de desenvolvimento, consoante com sua descrição como ‘potência do Pacífico’. Em âmbito doméstico, o fator chave destacado é a priorização da unidade do país, principalmente em razão de experiências passadas com movimentos separatistas.

A dimensão material evidencia a importância de lugares específicos para o senso identitário do país, como a Crimeia, destacando-a como um território histórico russo de significado especial para o país e seu povo, o que levaria a sua construção como um espaço ôntico. Este designa a integração de um espaço material como âncora adicional da narrativa biográfica, de modo a fortalecer o senso de segurança ontológica do país em face de crises. Por questões metodológicas, essa temática será abordada no terceiro capítulo, por ser essencial na compreensão do conflito com a Ucrânia.

A dimensão emocional vincula uma noção de ‘essência russa’, ou seja, do país como uma nação multiétnica que se constitui em uma civilização distinta, unidas pelo povo, na língua e na cultura russas, a qual deve ser preservada. Os valores morais e tradicionais dessa civilização são tidos como os responsáveis tanto pelo status como grande potência como da própria existência do estado como ente soberano. Por isso, é essencial a manutenção de um estado forte e da união do povo ao redor desses elementos, que geram uma espécie de responsabilidade coletiva pelo futuro da Rússia.

Na dimensão relacional, é destacada a necessidade de cooperação no cenário da ordem multipolar, com ênfase na priorização de projetos de integração na Eurásia e no espaço pós-soviético. A relação com os países dos territórios considerados como parte de uma noção de Rússia histórica envolve uma espécie de responsabilidade de proteção do povo da diáspora russa. A manutenção de relações pacíficas e harmoniosas com outros atores também é elencada, mas são apresentadas crescentes dificuldades nesse aspecto, principalmente com relação ao Ocidente, mais notadamente com os EUA. Este país, junto aos seus aliados da OTAN, seriam os responsáveis pela destruição do equilíbrio de poder e dos pilares do Sistema internacional, o que é considerado uma ameaça à segurança da Rússia. O elemento principal a ser levado em conta nas relações é a primazia da soberania e da independência do país, ou seja, dos interesses russos e o respeito ao seu *status* internacional, mesmo que isso leve a necessidade de reafirmação do país por meios militares.

Por fim, a dimensão normativa destaca a existência de um ambiente internacional em transição e com a possibilidade de conflitos em razão de um acirramento da competição entre os países em várias esferas, mudanças que teriam um caráter civilizacional. A Rússia se autodescreve como um país cuja responsabilidade histórica é desempenhar um papel relevante e independente na política internacional, como defensora de uma ordem internacional igualitária, pautada em um sistema universal de segurança e a observância do Direito Internacional. Entretanto, entende que há uma reiterada desconsideração dos interesses russos e do *status* do país como grande potência, com a busca de enfraquecimento da posição do país, a qual não apenas obstaculiza a cooperação internacional como gera ameaças securitárias. Por isso, é essencial à Rússia se manter como um estado forte e soberano para defender seus interesses e seu povo, sendo prioridade a preservação da identidade civilizacional do país, principalmente de suas tradições e valores, como fator chave ao fortalecimento da sua influência no mundo.

Pode-se perceber uma vinculação da narrativa a atributos identitários específicos, o que demonstra uma baixa capacidade reflexiva para lidar com mudanças e com situações críticas. O papel como grande potência é um dos elementos definidores da identidade russa, principalmente em razão de um uso seletivo da memória política. A falta de reconhecimento internacional dessa autodescrição tem levado o país a desenvolver relações antagonistas com países do Ocidente e, mais recentemente, à percepção deste como uma ameaça existencial ao país. A análise demonstra a importância da história, ao mesmo tempo, como uma explicação das ações russas e como elemento essencial de todas as dimensões da narrativa biográfica russa. Em razão disso, a sustentação dessas narrativas a longo prazo é colocada em questão, além de

evidenciar sua fragilidade, considerando que a Rússia tem se mostrado resiliente a mudanças em prol da manutenção de um senso (relativo) de segurança ontológica.

3 A SEGURANÇA ONTOLÓGICA DA RÚSSIA EM FACE DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO (2014-2023)

Tendo em vista o panorama da narrativa biográfica russa dominante traçado no capítulo anterior, o presente capítulo objetiva analisar como o conflito russo-ucraniano é compreendido pela Rússia, como foco no impacto da identidade na formação da sua percepção e respostas. Este evento foi escolhido por representar um importante evento internacional contemporâneo em que a Rússia está ativamente envolvida, possibilitando a ilustração da articulação da narrativa biográfica com um evento de política externa. Propicia, assim, cumprir o objetivo principal da pesquisa, que é analisar como questões internas, de cunho identitário, têm influenciado o senso de segurança ontológica da Rússia contemporânea na sua política externa.

Este capítulo busca interrelacionar a análise interpretativa da narrativa biográfica da Rússia contemporânea com o modelo teórico desenvolvido no primeiro capítulo para analisar como o conflito russo-ucraniano tem sido interpretado pelo discurso oficial do chefe de estado russo. Esse exercício de análise empírica contribuirá numa melhor compreensão da narrativa biográfica russa, ao permitir a avaliação de como esse caso concreto é representado na forma que o eu compreende a si mesmo, sua realidade externa e as relações com outros significantes, além de permitir avaliar seu impacto no senso de segurança ontológica da Rússia.

Por meio da análise narrativa dos discursos oficiais do presidente Vladimir Putin (2012-atual), relacionados às relações e ao conflito com a Ucrânia, objetiva-se compreender como esse evento é representado, com relação às dimensões da narrativa biográfica anteriormente identificadas, e qual o seu impacto no senso de segurança ontológica russo. Parte-se do argumento que as ações russas têm se assentado na lógica de busca por segurança ontológica, na qual a Ucrânia desempenha um papel essencial em razão dos vínculos históricos e culturais que compartilha com a Rússia, integrando sua identidade como grande potência, o que justifica uma postura mais reativa e, inclusive, o uso da força pelo Kremlin (Roberts, 2017; Stoicescu, 2021).

Em termos estruturais, primeiramente, são sumarizados os principais eventos da história mais recente da relação entre Rússia e Ucrânia, desde 1991 até 2023, que servem de contexto à compreensão do conflito. Na sequência, a partir dos parâmetros da narrativa biográfica russa, delineados no capítulo anterior, analisa-se os principais discursos relacionados ao conflito. Desse modo, objetiva-se reconstituir a narrativa russa dos eventos e, assim, identificar as justificativas e soluções articuladas discursivamente. Por fim, busca-se

compreender o papel do conflito no processo de busca por segurança ontológica da Rússia, a existência de (in)coerências entre as ações e a narração e as continuidades e mudanças nas rotinas e/ou nas representações narrativas. Assim, busca-se responder ao objetivo de pesquisa de compreender em medida a narrativa biográfica russa afeta suas percepções e respostas na política exterior do país.

3.1 AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA (1991-2023)

Apesar de a história das relações entre Rússia, Ucrânia e os demais atores na região ser fascinante e importante para uma compreensão completa do conflito, o propósito aqui é mais específico, partindo do colapso da União Soviética. A presente seção busca sumarizar os principais eventos ocorridos desde então, com foco naqueles que guardam relação com o conflito russo-ucraniano, até o final de 2023. O objetivo é traçar uma linha do tempo a partir da identificação dos principais sub-eventos do conflito, os quais foram tópicos de articulação discursiva. Isso permitirá, nas seções subsequentes, a identificação de como a Rússia representa os acontecimentos e justifica suas ações com base na sua própria autoidentidade e visão de mundo, inscritas na narrativa biográfica dominante, com fins de legitimação doméstica e internacional.

As relações entre Rússia e Ucrânia têm sido turbulentas. Com a desintegração da URSS em curso, a Ucrânia se declarou independente em 24 de agosto de 1991, com posterior referendo nacional que alcançou 92% dos votos a favor (BBC, 2014; Ray, 2023; Sullivan, 2022). Uma série de políticas foram estabelecidas para solidificar a construção do estado ucraniano, como reformas linguísticas, educacionais e de lembrança histórica (Kuzio, 2001).

A Ucrânia firmou acordo com os Estados Unidos, Reino Unido e Rússia para se desfazer dos numerosos armamentos nucleares, em troca da garantia de que seriam respeitadas sua independência, soberania e fronteiras atuais (Memorandum..., 1994; Sullivan, 2022). Em 1997, é firmado o Tratado de Amizade com a Rússia, que prevê respeito às fronteiras e aos direitos das minorias em ambos os países. A concessão de uso das instalações no porto de Sevastopol, na península da Criméia, na Ucrânia, à Rússia, inicialmente concedida quando da independência, é continuamente estendida ao longo dos anos, incluindo o direito do estabelecimento de uma base militar russa na região, em prol da resolução da questão do acesso ao Mar Negro (Ray, 2023).

Desde então, a Ucrânia tem oscilado entre as influências russa e ocidental, ou seja, entre as aspirações europeias e os laços históricos, étnicos e econômicos com a Rússia (Ray, 2023; Sullivan, 2022). Inclusive, o censo mais recente, de 2001, mostrou a existência de uma

divisão cultural no país, com um contraste significativo entre as partes ocidental e oriental da Ucrânia, derivado das diversas divisões territoriais ao longo de sua história (State Statistics Committee of Ukraine, 2001; Tabachnik, 2020, p. 303): cerca de 16,8% da população era ucraniana e residia nas porções central e ocidental do país e os demais 16,9% eram russos falantes e moravam, predominantemente, no leste e no sudeste, principalmente na Criméia e em Donetsk.

Após denúncias de fraude nas eleições presidenciais de 2004, que elegeram Viktor Yanukovich, candidato favorável aos interesses russos, manifestações se espalharam no país, no que ficou conhecido como Revolução Laranja, e lograram a anulação do pleito pela Suprema Corte e a posterior eleição do líder opositor Viktor Yushchenko (BBC, 2014). Porém, antes disso, em 2008, o país fez um pedido formal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para que fosse estabelecido um plano de ação para a filiação, o primeiro passo no processo de adesão à organização, o qual foi recepcionado com apoio pelos EUA e desaprovação pela Rússia (Sullivan, 2022).

A possibilidade de incorporação da Geórgia e da Ucrânia, expressa em 2008 pela Declaração de Budapeste, foi descrita pelo governo russo como um ato que violava a “linha vermelha” de sua segurança nacional (Hunter, 2022, p. 15–16; Toal, 2017). Os atos da OTAN para concretizar essa adesão culminaram no conflito da Rússia com a Geórgia (2008), aprofundando a deterioração da situação securitária na região, com a manutenção de diversos “conflitos congelados”, ou seja, conflitos latentes que estabeleceram divisões territoriais não resolvidas e duradouras após uma crise ou guerra (Milosevich, 2021; Noll, 2022; Stoicescu, 2021; Toal, 2017).

Em 2010, Yanukovich foi novamente eleito, defendendo a neutralidade da Ucrânia em face do Ocidente e da Rússia. Entretanto, o adiamento da assinatura de um esperado acordo de livre comércio com a União Europeia (*Association Agreement*), em novembro de 2013, em prol de uma cooperação mais estreita com a Rússia, desencadeou uma nova onda de protestos. Houve a ocupação de prédios públicos, concentrados em Kiev, capital do país, a qual se intensificou nos meses seguintes, apesar de medidas restritivas aprovadas pelo Parlamento e centenas de prisões, ambos anulados no fim de janeiro de 2014. Com a deterioração do cenário político e a erupção de conflitos violentos, a chamada *Euromaidan* ou Revolução da Dignidade, que provocou dezenas de mortos, ocorreu a assinatura de um acordo entre Yanukovich e os líderes opositores em 21 de fevereiro. No dia seguinte, o presidente foi removido do cargo pelo Parlamento, deixando o país em direção à Rússia. Novas eleições foram agendadas e um governo provisório foi estabelecido (BBC, 2014; Bigg, 2022; Sullivan, 2022).

Entre os dias 27 e 28 de fevereiro, homens vestidos em trajes militares não identificados, mas considerados pessoal da Rússia (o que posteriormente foi admitido pelo presidente Putin), tomaram prédios principais de Simferopol, capital da Crimeia, e os principais aeroportos da península, cuja maior parte da população era de ascendência russa. No mês de março, o uso da força para proteção dos interesses russos na Ucrânia foi aprovado pelo Parlamento da Rússia e ante a declaração da independência da Crimeia por uma assembleia autônoma, seguiu-se a realização de um referendo para sua secessão para a Rússia, em 16 de março, o qual alcança 97% dos votos, de modo que a Criméia passa a ser integrada formalmente à Federação Russa com uma lei assinada pelo Presidente Vladimir Putin, no dia 18. A votação foi contestada pelos governos do Ocidente, que aprovaram diversas sanções contra a Rússia (BBC, 2014; Kaunert; Pereira, 2023, p. 7; Walker, 2023).

Protestos emergiram nas cidades do leste da Ucrânia de Donetsk, Luhansk e Kharkiv, em abril, pela independência da região, o que desencadeou a criação de uma “operação antiterrorista” por parte do governo ucraniano contra os separatistas pró-Rússia. Protestos violentos na cidade de Odessa levaram a morte de dezenas de separatistas pró-Rússia, em maio, e após referendos não reconhecidos, as cidades de Donetsk e Luhansk declararam independência. Paralelamente, Petro Poroshenko foi eleito à presidência da Ucrânia, em maio, apesar de as eleições não poderem ter sido realizadas em boa parte do leste do país (BBC, 2014; Kaunert; Pereira, 2023, p. 7; Sullivan, 2022).

Ante a continuidade dos conflitos no leste, na região de Donbass, uma nova rodada de sanções foi anunciada pela União Europeia e os Estados Unidos contra a Rússia, em julho, que estaria dando suporte aos separatistas. Em setembro, uma trégua foi assinada entre a Ucrânia e os rebeldes pró-Rússia, em Minsk na Bielorrússia, ao que se seguiu a retirada de tropas russa do leste ucraniano e das fronteiras com o país e a retomada no fornecimento de gás russo após acordo com a União Europeia (BBC, 2014; Sullivan, 2022).

Com a resistência dos rebeldes em Donetsk, depois da eleição de novos líderes, a tensão com o governo central aumentou, demonstrando a fragilidade do cessar-fogo firmado (BBC, 2014). Posteriormente, diversos acordos para cessação do conflito foram assinados entre Rússia, Ucrânia, França e Alemanha, conhecidos como Acordos de Minsk (Bigg, 2022). Apesar disso e do reconhecimento constitucional de *status* especial à Donetsk e Luhansk, o embate entre as forças separatistas e o governo ucraniano continuaram nos anos seguintes (Walker, 2023).

Em 2019, Volodymyr Zelensky foi eleito presidente da Ucrânia, com a promessa de pôr fim aos conflitos em Donbass. Com o estreitamento das relações do país com instituições

e países do Ocidente, principalmente no que se refere aos esforços para ingresso na OTAN, o presidente Putin passou a exigir “garantias de segurança”, como a de que tal pleito não fosse aceito e de que tropas da OTAN lotadas em países que se juntaram à organização após 1997 fossem retiradas (Bigg, 2022; Noll, 2022).

Entre outubro e novembro de 2021, passou-se a observar um contínuo crescimento de forças e equipamentos militares russos ao longo da fronteira com a Ucrânia, em um número estimado de 100.000 soldados em dezembro (Noll, 2022). Exercícios militares com a Bielorrússia passaram a ser realizados próximos da fronteira ucraniana e navais no Mar Negro. Em resposta, a OTAN enviou tropas para fortalecer a segurança de seu flanco oriental (Noll, 2022). Após relatórios de inteligência norte-americanos apontarem a possibilidade de invasão russa da Ucrânia no início de 2022, houve escalada de tensões e o começo de negociações diplomáticas para resolver a situação, com intermédio dos Estados Unidos e de seus aliados europeus, as quais acabaram não tendo êxito (Sullivan, 2022; Walker, 2023).

A Rússia reconheceu a independência das áreas separatistas de Donetsk e de Luhansk, em 21 de fevereiro de 2022, ordenando o envio de uma missão de pacificação à essas áreas (Kaunert; Pereira, 2023, p. 7; Ray, 2023; Uppsala Conflict Data Program, 2023). Em 24 de fevereiro de 2022, teve início uma invasão russa de larga-escala ao território ucraniano (Ferraro, 2022, p. 29). Ressalta-se que o objetivo é identificar os principais eventos dessa fase do conflito, sem intenção de traçar todos os desenvolvimentos militares.

Segundo o presidente Putin, o objetivo da chamada “operação militar especial” era a “desmilitarização e a desnazificação da Ucrânia”, acusada de estar cometendo “genocídio” contra falantes russos na região de Donbass desde 2014 (Uppsala Conflict Data Program, 2023). A prevenção da entrada da Ucrânia na OTAN também foi citada como justificativa da ação. A Ucrânia declarou lei marcial no país e junto a seus aliados ocidentais consideraram a ofensiva injustificada, por entender que se destinava a subjugar o governo e territórios ucranianos (Child, 2023).

Sobre o apoio recebido pelas partes em conflito, desde a invasão, diversos países têm fornecido suporte à Ucrânia, consistente em ajuda humanitária e militar, por meio da aliança *Ukraine Defense Contact Group*, que inclui mais de 50 países, dentre eles todos os membros da OTAN (Uppsala Conflict Data Program, 2023). Além disso, diversas sanções foram impostas à Rússia, com o isolamento do sistema bancário internacional, fechamento do espaço aéreo de diversos países ao tráfego russo e congelamento de bens de políticos e empresários russos (Center for Preventive Action, 2023; Child, 2023; Ellerbeck, 2023; Ferraro, 2022, p. 34; Kaunert; Pereira, 2023, p. 8–9; Masters, 2023; Ray, 2023). A Bielorrússia seria o principal

aliado russo, apesar de negar envolvimento no conflito, mas permitir que seu território seja utilizado pelo exército russo como base para o lançamento de operações (Child, 2023; Uppsala Conflict Data Program, 2023).

Por outro lado, as diversas reuniões entre Rússia e Ucrânia, mediadas pelos EUA, França e Alemanha, nos primeiros meses do conflito, não foram bem-sucedidas na tentativa de solução diplomática e as exigências prévias de ambos os lados acabaram impedindo a realização de novas tratativas (Center for Preventive Action, 2023; Ellerbeck, 2023; Uppsala Conflict Data Program, 2023).

No primeiro mês, a Rússia logrou capturar significativas porções de território ucraniano no norte, leste e sul, mas não conseguiu o suposto objetivo de dominar a capital Kiev, em razão dos contra-ataques da Ucrânia, sendo forçada a uma retirada das tropas ao leste, na região de Donbass, onde passou a concentrar seus esforços (Child, 2023; Ellerbeck, 2023; Ferraro, 2022, p. 29; Uppsala Conflict Data Program, 2023). Após três meses de cerco, em maio, a estratégica cidade portuária de Mariupol, às margens do Mar Negro, foi capturada pela Rússia. Em setembro, a Rússia anunciou a anexação de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhia, parcialmente ocupadas, após a alegada realização de referendos locais, cujo valor legal foi alvo de contestação e condenação pela comunidade internacional. A cidade de Kherson, que fornecia acesso terrestre do território russo à Crimeia, foi posteriormente recapturada pelas forças ucranianas, em meados de novembro. A isso, se segue um anúncio russo de uma retirada tática, o que foi descrito por jornalistas ocidentais como uma “derrota humilhante” (Child, 2023; Ellerbeck, 2023; Uppsala Conflict Data Program, 2023).

As contraofensivas ucranianas, iniciadas no final de agosto de 2022 e em junho de 2023, não obtiveram êxito em recuperar mais territórios perdidos (que correspondem a cerca de 20% do país) e o conflito permanece em um “empate”, com batalhas contínuas pelo controle da região de Donbass, sem avanço significativo para nenhum dos lados (Barnes *et al.*, 2023; Child, 2023; Uppsala Conflict Data Program, 2023). Em um cenário de indefinição do conflito e denúncias de corrupção, o governo ucraniano permanece buscando assegurar a continuidade de apoio externo, comprometido com o objetivo de recuperar todo o território ucraniano invadido pela Rússia, incluindo a Criméia (Center for Preventive Action, 2023; Child, 2023; International Crisis Group, 2023).

Em resposta ao pedido de filiação à EU, encaminhado pela Ucrânia após o início da invasão russa, o país foi admitido como candidato oficial em 23 de junho de 2022 e as negociações para a acessão foram abertas em dezembro de 2023 (Council of the European Union, 2023; Masters, 2023). Quanto ao pedido de adesão à OTAN, reiterado pela Ucrânia em

setembro de 2022, a organização manifestou o comprometimento com uma futura filiação, sem apresentar planos mais robustos para sua concretização em curto prazo (OTAN, 2023).

Em retrospectiva, o conflito desencadeou uma grave crise humanitária, com milhões de refugiados e deslocados ucranianos, além de consequências à segurança alimentar e energética globais. A Rússia também tem sido acusada do cometimento de diversos crimes de guerra e de violações às Convenções de Genebra. O Tribunal Penal Internacional chegou a expedir um mandado de prisão contra o presidente Putin, em 17 de março de 2023, que permanece em aberto. Por sua vez, violações ao direito internacional humanitário também têm sido atribuídas ao Exército ucraniano (Center for Preventive Action, 2023; Delanty, 2023, p. 3; Ellerbeck, 2023; Ferraro, 2022, p. 30; International Crisis Group, 2023; Ray, 2023).

Com base nesse quadro contextual, parte-se à reconstrução da narrativa russa sobre o conflito, de modo a esclarecer qual sua percepção dos eventos acima relacionados.

3.2 RECONSTRUÇÃO DO CONFLITO NA NARRATIVA BIOGRÁFICA DOMINANTE

A partir do contexto fático acima descrito e dos sub-eventos identificados como de maior importância no conflito, objetiva-se analisar como o discurso oficial enquadra-o na narrativa biográfica dominante, cujos parâmetros foram delineados no capítulo anterior. Para identificação das principais representações, realiza-se uma leitura sistemática dos discursos e pronunciamentos no período entre 2014 e 2023, de modo a identificar as articulações espaciais, temporais, relacionais, emocionais, materiais e normativas, com base no referencial teórico desenvolvido no primeiro capítulo. A codificação do *corpus* de fonte, de acordo com o esquema delineado na Tabela 1 (Introdução), visa auxiliar a identificação dessas representações nos textos com base nos elementos narrativos (agente, cena, ato e propósito), com o propósito de reconstituir, cronologicamente, a narração do evento.

Sobre os eventos ocorridos na Ucrânia, a narrativa relembra que a Rússia sempre apoiou as aspirações de soberania da Ucrânia e das outras ex-repúblicas soviéticas, inclusive facilitando esse processo em 1991. Trata-se do direito soberano que toda nação tem à autodeterminação e de administrar seus assuntos internos (Putin, 2014b). Por outro lado, entende-se que as autoridades governamentais ucranianas teriam sido cooptadas por falsas promessas do Ocidente, passando a agir a despeito das necessidades de seu próprio povo, caindo em um jogo geopolítico destinado a separar Rússia e Ucrânia, partes de um único povo, e colocá-las uma contra a outra, em patente fratricídio (Putin, 2021b, 2021a, 2022c). Mas nem todos os ucranianos aceitaram essa “política russofóbica” e é em respeito a eles e aos territórios históricos de ambos que compete a Rússia proteger o “mundo russo”. Assim, a filiação à

OTAN, com a possibilidade do uso estratégico da Crimeia, seria “uma ameaça perfeitamente real para todo o sul da Rússia” (Putin, 2014b).

As manifestações de *Maidan* de 2013, derivadas do justificado descontentamento popular com a situação do país, teriam sido exploradas por “nacionalistas radicais”, que as escalaram em um golpe de estado, com o auxílio direto de outros estados. Estes, teriam “privatizado” o país, transformando-o em “uma colônia com um regime fantoche” (Putin, 2022a). Isso faz com que o então governo em Kiev seja considerado ilegítimo, com uma equiparação desse grupo no poder a “herdeiros ideológicos” de Stepan Bandera, apontado como cúmplice de Hitler na Segunda Guerra Mundial (Putin, 2014a). Aponta-se que opositores ao golpe foram alvo de repressão, especialmente os falantes russos na Crimeia, que pediram ajuda de defesa ao governo russo. Esse cenário representava uma ameaça aos povos étnicos russos na Ucrânia, de modo que cabia à Rússia proteger o povo (Putin, 2014a, 2022a).

A expansão oriental da OTAN e de sua infraestrutura militar em direção às fronteiras da Rússia representava uma “ameaça fundamental” à segurança do país, criada por “políticas irresponsáveis” dos países ocidentais. O balanço de forças estabelecido desde o fim da Guerra Fria estaria sendo paulatinamente destruído pelos EUA e seus aliados, supostos vencedores da Guerra Fria, que desrespeitavam o direito internacional em benefício próprio, como nos casos de Kosovo, do Iraque, da Líbia e da Síria (Putin, 2022b).

Parte-se do pressuposto de que, apesar de um país ser soberano para estabelecer alianças com outros países, o fortalecimento de sua segurança em detrimento da de outros estados violaria o princípio da segurança igualitária e indivisível, apregoado por documentos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). As cinco ondas de expansão da OTAN e o estabelecimento de sua infraestrutura militar nas fronteiras russas constituiriam uma das principais causas da crise securitária europeia, juntamente com os planos norte-americanos de criar um sistema global de mísseis de defesa, o qual ampliaria também suas capacidades ofensivas. No caso, a possibilidade de a Ucrânia se filiar à OTAN representa “uma ameaça direta à segurança da Rússia”¹¹⁴ (Putin, 2022a tradução da autora). Apesar disso, desde 2008, a OTAN decidiu que Ucrânia e Geórgia se tornarão membros, seguindo uma espécie de “política anti-russa” dos EUA (Putin, 2022a).

A Rússia buscara dialogar com os parceiros norte-americanos e europeus sobre o acordo com a Ucrânia, mas fora excluída das tratativas, apesar de entender que seus interesses comerciais e econômicos deviam ser considerados (Putin, 2014b). Sua exclusão das discussões

¹¹⁴ No original: “Ukraine joining NATO is a direct threat to Russia's security”.

que antecederam esses eventos refletiria a constante intromissão dos europeus e dos norte-americanos nas relações entre a Rússia e seus vizinhos regionais, além de ser exemplo da continuada política de contensão das capacidades russas, vigente desde o século XVIII (Putin, 2014a, 2014b). Do mesmo modo, as sanções impostas teriam o único objetivo de frear o desenvolvimento russo como um país soberano e independente. Entende-se que “eles [os Americanos] simplesmente não precisam de um país grande e independente como a Rússia por perto”¹¹⁵ (Putin, 2022a tradução da autora). Por isso, a Rússia foi forçada a proteger seus interesses de forma unilateral (Putin, 2014a).

Narra-se que, após a realização de um referendo, em março de 2014, o povo da Criméia manifestou seu desejo de fazer parte da Rússia, ao que se seguiu a adoção de uma resolução de soberania pelo Parlamento da Crimeia, legitimamente eleito em 2010 (Putin, 2014b). Essa declaração de independência da Crimeia e sua secessão da Ucrânia são justificadas pelo direito à autodeterminação dos povos, protegido pela Carta da ONU, devendo ser respeitado o desejo de restauração da unidade da “Rússia histórica”. É feita uma comparação com o procedimento adotado pela própria Ucrânia quando esta se declarou independente da União Soviética e com o “precedente de Kosovo”¹¹⁶, que teria sido criado pelo próprio ocidente quando apoiou a separação unilateral de Kosovo da Sérvia, em 1999, e foi tida como legítima¹¹⁷, apesar da ausência de autorização das autoridades centrais do país (Putin, 2014a).

Entende-se que o referendo realizado na Crimeia foi “justo e transparente”, colocando em primeiro lugar o interesse de sua população, que manifestou de forma clara a vontade de se juntar à Rússia. Reafirma-se que a maioria do povo russo apoia a proteção do povo crimeio e entende que a Criméia integra a Rússia, devendo ser “reunificada”. Por isso, esse referendo é descrito como “uma questão que é de importância vital e histórica”, pois “no coração e na mente das pessoas, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia”, correspondendo ao apelo por “apoiar a aspiração dos russos, da Rússia histórica, para restaurar a unidade” (Putin, 2014a tradução da autora). Já a presença das Forças Armadas russas na Crimeia é justificada pela existência de um acordo internacional, cujo efetivo não excederia o limite de pessoal estabelecido. Além disso, a pacificidade da anexação da Criméia é ressaltada para atacar as acusações de agressão por parte da Rússia (Putin, 2014a).

¹¹⁵ No original: “They just do not need a big and independent country like Russia around”.

¹¹⁶ A legalidade da independência de Kosovo é uma questão controversa, do ponto de vista do Direito Internacional.

¹¹⁷ O discurso também cita uma decisão da Corte de Haia e a manifestação norte-americana no referido caso, que não consideraram a questão uma violação ao Direito Internacional.

Em outra oportunidade, faz-se referência expressa à uma espécie de narrativa fundacional compartilhada por Rússia e Ucrânia como justificativa a essa “reunificação histórica” com a Criméia e Sevastopol, como locais de “inestimável importância civilizacional e até sagrada para a Rússia”, na qual a cristandade serviria de “força espiritual unificadora” (Putin, 2014b tradução da autora). Parte-se do princípio de que russos e ucranianos “[são] um povo”, originário da Antiga Rus, o que faz com que Kiev, o centro de poder à época, seja “a mãe das cidades russas”, citando a *Primary Chronical* (principal fonte primária sobre a Antiga Rus) (Putin, 2014a tradução da autora). O elemento humanista é ressaltado na ideia de que “a Criméia é onde nosso povo vive” e que, “graças a esta unidade espiritual que nossos antepassados pela primeira vez e para sempre se viram como uma nação unida”, por isso há o dever de proteger o “mundo russo”, como civilização única, e a diversidade no mundo (PUTIN, 2014b, tradução nossa). Também seria do interesse da própria Ucrânia que isso seja feito, para garantia de sua estabilidade estatal e integridade territorial (Putin, 2014a).

Por outro lado, a estatalidade ucraniana é questionada, principalmente quanto a sua capacidade de proteger seu território de ameaças e interferências externas. De um lado, a Ucrânia é vista como um estado frágil, sob constantes crises políticas e estatais, e, de outro, a Crimeia, como um território estratégico, o qual, se não estiver sob o domínio de um país soberano forte e estável, corre o risco de ser perdido para terceiros no curto prazo. Essa ameaça decorre da perspectiva de a Ucrânia se juntar à OTAN, “no nosso quintal ou no nosso território histórico”, o que poderia acarretar o estabelecimento da frota naval da Organização em Sevastopol, a “cidade da glória militar russa”. Isso seria inaceitável, pois a Crimeia “sempre foi e será uma terra russa, ucraniana e crimeia-tártara”, “um lar a todos os povos que vivem lá” (Putin, 2014a tradução da autora). Por isso, a “reunificação” da Rússia com a Crimeia e Sevastopol é descrita como uma manifestação do *status* da Rússia como um estado forte, com história e tradições milenares (Putin, 2015).

Putin (Putin, 2021a) chegou a dedicar um artigo ao esclarecimento da relação histórica entre russos e ucranianos, a qual seria o fundamento da postura externa do país com relação à Ucrânia desde 2014. Em essência, após uma detalhada recapitulação histórica, reitera a narrativa apresentada em discursos passados de que o desenvolvimento da ideia do povo ucraniano como uma nação separada seria fruto de uma manipulação política de outros estados europeus para fomentar a rivalidade entre os estados. Esse projeto logrou sua concretização por meio de políticas soviéticas que fomentaram o desenvolvimento das nacionalidades russa, ucraniana e bielorrussa em separado. Assim, a Ucrânia moderna é compreendida como uma criação soviética (Putin, 2022a), que “foi moldada – em grande parte – nas terras da Rússia

histórica”, de modo que os “experimentos sociais” dos Bolcheviques e seu desenho de fronteiras resultaram em um roubo à Rússia¹¹⁸, em prejuízo do povo que, com a dissolução da União Soviética, se viu, do dia para a noite, privado de sua “pátria histórica” (Putin, 2021a tradução da autora).

A Rússia, apesar de ter sofridos os maiores danos, reconheceu essa realidade geopolítica e contribuiu para a consolidação da Ucrânia e de outros estados como independentes (Putin, 2014a, 2021a, 2022a). Entretanto, a construção de estado ucraniana teria se norteado pela negação dos laços com a Rússia, a partir da distorção da memória histórico-cultural de milhões de seus habitantes, com a implementação de continuadas políticas de assimilação, que visam eliminar a língua e a cultura russas. Isso levou a uma mudança forçada de identidade, com o propósito de instar à crença de que os russos são inimigos (Putin, 2021a), além de ocasionado um crescimento exponencial da corrupção e de movimentos de extrema-direita, “os quais rapidamente se desenvolveram em russofóbicos e neonazistas agressivos” (Putin, 2022a tradução da autora). Entende que, ao longo dos anos, houve uma deterioração ainda maior no conflito interno na Ucrânia, que ficou dividido e imerso em uma aguda crise socioeconômica (Putin, 2022a).

No início de 2022, narra-se a ocorrência de uma “preparação para hostilidades” contra a Rússia, com “um teatro de potenciais operações militares” sendo desenvolvido pelos EUA e OTAN na Ucrânia, situação demonstrada por alguns fatos. Primeiro, na Estratégia Militar da Ucrânia de 2021, que delineia uma política de confrontação com a Rússia e prevê a possibilidade de assistência de outros estados em um possível conflito. Segundo, pelos planos ucranianos de desenvolver armas nucleares. Terceiro, pelo estreitamento dos laços com a OTAN, à qual a Ucrânia pretende se juntar, com a realização regular de exercícios militares conjuntos e treinamentos (Putin, 2022a). A Rússia não poderia se pautar em garantias verbais da OTAN de que a organização tem natureza defensiva e de que não representa uma ameaça à Rússia, sendo que a promessa de não expansão em direção as fronteiras russas, feita em 1990, não foi cumprida. Além disso, os EUA e a OTAN declararam em seus documentos oficiais que a Rússia é a principal ameaça à segurança Euro-Atlântica (Putin, 2022a).

Diversas vezes a Rússia buscou o estabelecimento de garantias de segurança com os EUA e a OTAN, inclusive em dezembro de 2021, as quais se resumiam na prevenção da

¹¹⁸ Os fatos da divisão de seções do território russo à Ucrânia, após a Revolução Soviética, e a transferência da Criméia à Ucrânia por Nikita Khrushchev, em 1954, são descritos como arbitrários e em desacordo não somente com as normas constitucionais da época, como com os interesses russos e dos grupos étnicos envolvidos, uma “injustiça histórica ultrajante”, sem contar a importância econômica e geopolítica de Sevastopol pelo acesso que prove ao Mar Negro (Putin, 2014a; 2021b, tradução nossa).

expansão da OTAN, no não estabelecimento de sistemas armamentistas nas fronteiras russas e na delimitação de sua estrutura de defesa aos países membros até 1997, quando foi assinado o acordo Rússia-OTAN, mas não obteve êxito. Juntamente com a inefetividade de antigos acordos firmados com a União Soviética, a Rússia teria sido forçada a defender seus interesses legítimos e exercer o direito de garantir a própria segurança (Putin, 2022a, 2022b, 2023b).

Entende-se que a Rússia sempre se empenhou em resolver a situação de Donbass de forma pacífica, para a implementação dos acordos de Minsk, e em respeitar à integridade territorial da Ucrânia (Putin, 2022a, 2022b). Compreende-se que é legítima a causa dos povos dessa região: “Eles estão lutando pelo seu direito elementar de viver em suas próprias terras, de falar sua própria língua e de preservar sua cultura e tradições”¹¹⁹ (Putin, 2022a tradução da autora). Entretanto, levando em conta o agravamento dos ataques às comunidades de Donbass pelo governo, desde o golpe de estado em 2014, com a continuidade de uma política de genocídio por Kiev, a Rússia teve de reconhecer a independência e a soberania das Repúblicas de Luhansk e de Donetsk, assinando um tratado de amizade e de assistência mútua, além de pedir pela cessação das hostilidades por parte da Ucrânia (Putin, 2022a).

Alguns dias depois, em 24 de fevereiro de 2022, no anúncio de invasão da Ucrânia, se afirma que não se pode repetir o erro de tentar apaziguar um potencial agressor, como feito pela URSS com relação à Alemanha nazista, nos anos 1940 e início de 1941, considerando os altos custos que essa decisão impôs ao povo. A Rússia foi eleita como uma ameaça por aqueles países que buscam uma dominância global. No presente, a Rússia se vê como uma potência nuclear e militar, mas diante das rápidas mudanças na área tecnológica, permitir uma presença militar em suas fronteiras poderia acarretar o desenvolvimento de uma ameaça crescente e inaceitável no futuro. Por isso, uma maior expansão da OTAN, verdadeira “ferramenta da política externa norte-americana”, ou a sua instalação na Ucrânia, “nossa terra histórica”, é considerada inaceitável (Putin, 2022b tradução da autora).

Entende que diante da política “genocida” do governo “de extrema-direita e neonazista” de Kiev contra os povos em Donbass, seu desejo de possuir armas nucleares e a ameaça de atacar a Crimeia, para se vingar da decisão de seu povo de se unir à Rússia, enfrentar uma ameaça permanente do território atual da Ucrânia não é mais possível (Putin, 2022b). Em prol da segurança, soberania e integridade territorial russas, não há outra escolha possível que a de se defender (Putin, 2022b, 2022c).

¹¹⁹ No original: “They are fighting for their elementary right to live on their own land, to speak their own language, and to preserve their culture and traditions”.

Diante do pedido de ajuda das repúblicas de Donbass, a Rússia invocou o direito à legítima defesa da carta da ONU e os tratados de amizade e assistência mútua firmados, de modo a pôr em prática “uma operação militar especial”. O objetivo da ação era “desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia” e proteger o povo russo étnico do “genocídio” perpetrado pelo governo ucraniano ao longo dos anos. Afirma-se que se trata de defender a Rússia daqueles que tomaram a Ucrânia como refém em detrimento de seu país e seu povo, sendo do governo de Kiev a responsabilidade pelas perdas do conflito (Putin, 2022b, 2023b).

Após alguns meses do conflito em larga escala, em setembro de 2022, defende que os povos libertados “nas terras históricas da Novorossya¹²⁰”, que incluem as regiões de Donbass, Kherson e Zaporozhye, do regime “neonazista” de Kiev não desejam viver sob seu domínio, dadas as atrocidades cometidas pelo governo nas áreas ocupadas pela Ucrânia. Aponta que a maioria da população da região foi obrigada a se deslocar em razão do conflito e aqueles civis que permaneceram têm sido vítimas de continuados ataques (Putin, 2022c).

Sobre a acessão das Repúblicas de Donetsk e Luhansk e das regiões de Zaporozhye e de Kherson à Rússia, em 30 de setembro de 2022, é ressaltado o apoio russo à decisão do povo dessas regiões, manifestada em referendos realizados, para “restaurar a união histórica”, conforme o direito de igualdade e de autodeterminação dos povos encartada pela Carta da ONU. Afirma que “As pessoas que vivem em Luhansk e Donetsk, em Kherson e Zaporozhye tornaram-se nossos cidadãos, para sempre”¹²¹ (Putin, 2022d tradução da autora). Justifica a ação com base na afinidade histórica entre os povos, derivada das diversas glórias militares alcançadas ao longo da história na região da Novorossya, que gera uma conexão espiritual entre as gerações, as quais mantêm um amor indestrutível pela Rússia, em uma espécie de destino compartilhado: “é o nosso destino comum, destino e história milenar”¹²² (Putin, 2022d tradução da autora).

Apesar de não ser o objetivo da Rússia voltar a ser a como a União Soviética, a decisão para sua dissolução teria sido tomada sem considerar a vontade da população soviética, de modo que, apesar do desejo expresso de manter a união no referendo de 1991, optou-se por “destruí[r] nosso grande país” (Putin, 2022d tradução da autora). Essa decisão, assim como a demarcação arbitrária das fronteiras das repúblicas, trouxe consequências drásticas ao povo:

¹²⁰ Trata-se de um termo histórico, do século XVIII, usado para designar uma unidade administrativa do período imperial, cujo território englobava os antigos territórios cossacos e terras incorporados do Império Otomano durante o reinado de Catarina a Grande, o qual se estende das estepes e do litoral da Criméia até a atual Moldávia (Biersack; O’Lear, 2014, p. 254).

¹²¹ No original: “the people living in Luhansk and Donetsk, in Kherson and Zaporozhye have become our citizens, forever”.

¹²² No original: “is our common destiny, destiny and thousand-year history”.

“Isto destruiu e desmembrou a nossa comunidade nacional e desencadeou uma catástrofe nacional”¹²³ (Putin, 2022d tradução da autora). Nesse contexto, não pode ser ignorado o desejo de milhões de pessoas de voltarem a integrar “seu verdadeiro lar histórico” (Putin, 2022d tradução da autora).

Afirma-se que as forças armadas russas têm lutado não apenas contra a Ucrânia, mas toda a máquina militar do ocidente (Putin, 2022c). Entendem que se a Rússia tem exercido seu direito de defesa: “Deixe-me reiterar que foram eles que iniciaram esta guerra, enquanto nós usamos a força e estamos usando-a para parar a guerra”¹²⁴ (Putin, 2023b tradução da autora). Assim, a responsabilidade pela guerra tanto do governo ucraniano como do Ocidente, que declarou abertamente o objetivo de derrotar estrategicamente a Rússia, ou seja, eliminá-la por meio da escalada do conflito em uma confrontação global, o que representa uma ameaça existencial ao país (Putin, 2022c, 2023b). Por isso, a Rússia reafirma que usaria de todos os sistemas de armas disponíveis para se defender, seguindo a tradição histórica de proteção contra aqueles que buscam “escravizá-la” (Putin, 2022c).

A partir desta narrativa reconstruída, que destaca as principais representações sobre o conflito russo-ucraniano, parte-se à discussão dos resultados.

3.3 A NARRATIVA DO CONFLITO E A SEGURANÇA ONTOLÓGICA RUSSA

Com base na análise da narrativa reconstruída, esta seção responde ao objetivo de pesquisa de identificar como as ações russas no conflito com a Ucrânia se enquadram nas dimensões da sua narrativa biográfica, analisadas no Capítulo 2. A partir dessa avaliação será possível interpretar qual o impacto do conflito russo-ucraniano no senso de segurança ontológica russo, com base na identificação de motivos e possíveis cursos de ação considerados pela narrativa biográfica dominante em seu enquadramento do conflito, em termos de apropriação e de aceitabilidade.

Antes, porém, aborda-se a hipótese da construção da Crimeia e de Sevastopol como espaços ônticos, ou seja, âncoras materiais adicionais à narrativa biográfica russa, como parte da sua dimensão material, que visam ampliar seu senso de coerência e de estabilidade.

¹²³ No original: “This tore apart and dismembered our national community and triggered a national catastrophe”.

¹²⁴ No original: “Let me reiterate that they were the ones who started this war, while we used force and are using it to stop the war”.

3.3.1 O papel da Crimeia e de Sevastopol na segurança ontológica da Rússia

Argumenta-se que a decisão de anexação da Criméia à Federação Russa foi uma forma de satisfazer suas necessidades de segurança ontológica. Optou-se à reapropriação do espaço ôntico para lidar com a desestabilização de sua narrativa biográfica por atores internacionais, de modo a conter ameaças à sua continuidade biográfica (Ejdus, 2017, p. 5–6).

Relembrando narrativas russas e soviéticas, ressalta-se a natureza russa do passado e do presente da Criméia. A população da península, até o século XVIII, era constituída majoritariamente por tártaros. Em 1793, houve sua incorporação ao Império Russo. No século XIX, o território passou a constituir um importante roteiro de viagem para as elites imperiais, sendo representado por governantes, escritores e artistas como um lugar integrante da cultura russa (Biersack; O’Lear, 2014, p. 250). No período soviético, a população crimeia-tártara foi alvo de deportação externa pelo governo stalinista, o qual passou a ser habitado por russos e ucranianos reassentados internamente, situação que explica o fato de os russos étnicos constituírem a maior parte da população local até a contemporaneidade¹²⁵. Em 1954, foi transferida para a República Socialista da Ucrânia, no governo de Nikita Khrushchev. Com a independência desta, em 1991, a Crimeia continuou a integrar o território ucraniano, mantendo o status de república autônoma (Biersack; O’Lear, 2014, p. 250; Kuzio, 2018, p. 4).

As ações russas são justificadas majoritariamente por narrativas históricas. A Crimeia é considerada o berço da fé ortodoxa e local de glória militar russa, o que lhe confere uma importância, ao mesmo tempo, cultural, religiosa, militar e estratégica. Afirma-se que a decisão deve ser compreendida em face da história e do "que a Rússia e a Criméia sempre significaram uma para a outra"¹²⁶ (Putin, 2014a tradução da autora). Também se reivindica a correção de uma "injustiça histórica", ligada a arbitrariedade e a inconstitucionalidade da transferência da península à Ucrânia, em 1954. E, por fim, há a busca da reafirmação de uma continuidade histórica e de preservação da unidade do "mundo russo", evidenciadas nas referências à *Primary Chronicle* (Crônica de Nestor), considerada a principal fonte primária sobre a Rus Antiga (*Kyivan Rus*) (Putin, 2014a).

O evento é descrito como uma “reunificação histórica”, afirmando que “isso tem uma importância especial para nosso povo, nosso país, porque nosso povo vive na Criméia e o território é estrategicamente importante. É uma fonte sagrada de nossa nação russa

¹²⁵ Segundo o último censo demográfico ucraniano, de 2001, dos cerca de dois milhões de habitantes da Criméia, do ponto de vista da identificação étnica, os números indicavam: 58.3% russo; 24.3% ucraniano; e 12% crimeio-tártaro. Cerca de 60% dos russos étnicos se concentravam em Sevastopol (State Statistics Committee of Ukraine, 2001).

¹²⁶ No original: “what Russia and Crimea have always meant for each other”.

multifacetada, mas unificada”¹²⁷ (Putin, 2014b tradução da autora). O próprio uso do termo “reunificação” visa acentuar a narrativa da conexão entre Rússia e Criméia e de retorno ao *status quo* destruído pela transferência ilegal da Crimeia por Khrushchev, o que acaba obscurecendo a história do território nos períodos anteriores a sua conquista pelo império russo (Biersack; O’Lear, 2014, p. 254; Tabachnik, 2020, p. 307; Teper, 2016, p. 6).

A cidade de Sevastopol desempenha um importante papel cultural e histórico para a memória russa, sendo considerada a “Cidade da Glória”, por ter sido cenário de diversas batalhas com o Ocidente e o Império Otomano (Becker, 2018, p. 63; Tabachnik, 2020, p. 307). Também há uma ênfase no seu papel na defesa da Rússia, em prol da defesa do povo e para evitar as enormes perdas do passado, por ser considerada uma espécie de “fortaleza” contra agressões externas, a exemplo do ocorrido na Guerra da Criméia, no século XIX. Além disso, Sevastopol foi condecorada com o *status* federal e título de “cidade-heróica” pelo governo soviético, pelo seu papel nas batalhas da Segunda Guerra Mundial (Becker, 2018, p. 63–64; Biersack; O’Lear, 2014, p. 254–255).

A importância militar reside no fato de a Frota do Mar Negro russa estar baseada em Sevastopol, cujo direito de presença foi concedido até 2017 por um tratado com a Ucrânia de 1997. Em 2010, esse direito foi estendido até 2042 pelos Acordos de Kharkiv. Essa presença acentua a influência cultural e regional da Rússia na região do Mar Negro, além de ressoarem com a existência de narrativas de heroísmo militar sobre a frota, que é vista pelos russos como uma “protetora da nação” (Biersack; O’Lear, 2014, p. 256–257).

Há também a importância religiosa da península, na qual teria ocorrido o ato simbólico do batismo do Grande Príncipe de Kyiv Vladimir o Grande, que representa a conversão da Rus Antiga ao cristianismo ortodoxo: “a Criméia, a antiga Korsun ou Khersones, e Sebastopol, todas carregam um enorme significado civilizacional e sagrado para a Rússia, assim como o Monte do Templo de Jerusalém tem para aqueles que professam o Islamismo e o Judaísmo”¹²⁸ (Putin, 2014b tradução da autora). Por isso, enfatiza-se a noção de que a Criméia é considerada como uma “terra sagrada”, considerando que o cristianismo é entendido como “uma poderosa força espiritual unificadora”, juntamente com a similaridade étnica e língua, cultura e território comuns, aos povos eslavos orientais, fundamento da nação e do estado russo (Putin, 2014b;

¹²⁷ No original: “It was an event of special significance for the country and the people, because Crimea is where our people live, and the peninsula is of strategic importance for Russia as the spiritual source of the development of a multifaceted but solid Russian nation and a centralised Russian state”.

¹²⁸ No original: “Crimea, the ancient Korsun or Chersonesus, and Sevastopol have invaluable civilisational and even sacral importance for Russia, like the Temple Mount in Jerusalem for the followers of Islam and Judaism”.

Tabachnik, 2020, p. 301). De acordo com Ejodus (2017, p. 6) isso faz com que esses locais adquiram uma espécie de *status* sagrado que fortalece ainda mais a conexão emocional a eles, além de facilitar o senso de continuidade trans-histórica da nação russa.

Com base na narrativa derivada dos discursos analisados, percebe-se a Criméia e Sevastopol foram ligados discursivamente à narrativa biográfica russa, constituindo a dimensão material, por meio do processo de introjeção, ou seja, da apropriação do ambiente material nas narrativas coletivas. Observa-se que se utilizou da prática mais utilizada, de simples delineamento de um espaço com a atribuição de um *status* especial, por ser um local onde ocorreram importantes eventos, reais ou imaginários, que moldaram a nação (Ejodus, 2017, p. 6). Quanto à Sevastopol, os portos, como ambiente construídos, são incluídos em um discurso de herança nacional, que apela ao sentimento de unidade nacional em face conflitos, como evidências materiais da glória militar russa. Trata-se de medidas defensivas para manter a coerência narrativa, combater ansiedades advindas da desestabilização ideacional e manutenção da agência, doméstica e internacional, evitando que a pluralidade de vozes dentro da sociedade leve a ainda mais contestação, fragmentação e intensificação da ansiedade existencial (Ejodus, 2017, p. 8).

Portanto, a partir do emprego deste conceito, é possível compreender, de forma geral, a complexidade dos processos securitários ontológicos, em especial suas raízes psicológicas e emocionais e, no caso empírico, entender o porquê da decisão aparentemente irracional de anexar esses territórios ucranianos, apesar da alta possibilidade de contestação e de intensificação do conflito.

3.3.2 Os impactos do conflito nas dimensões da narrativa biográfica da Rússia

É reconhecido pela literatura de estudos sobre a Rússia o importante papel da Ucrânia na história e na memória coletiva do país. A Rus Antiga (*Kyivan Rus*'), espécie de confederação das tribos eslavas, a qual tinha Kyiv (Kiev) como capital desde 882 d.C, é considerada “um componente essencial na continuidade do estado russo do século nove até os dias atuais”¹²⁹ (Tabachnik, 2020, p. 301 tradução da autora). A historiografia russa tradicional nega uma origem histórica separada aos ucranianos e, conseqüentemente, uma existência política fora da esfera de influência russa, o que ressoa na dimensão temporal da narrativa do país (Kuzio, 2001; Tabachnik, 2020, p. 308; Teper, 2016, p. 2).

¹²⁹ No original: “a key component in the continuity of the Russian state from the 9th century to the present day”.

Tanto que um importante pressuposto da narrativa russa é a noção de “nação dividida”, derivado do fato de que, após a dissolução da união Soviética, o povo desses territórios, principalmente os russos étnicos, viram-se como estrangeiros nos novos estados independentes: “Mas em 1991, todos aqueles territórios, e, o que é mais importante, o povo, se encontrou no exterior, do dia para a noite, retirados, desta vez de fato, de sua terra natal histórica”¹³⁰ (Putin, 2021a tradução da autora). Também se ressalta que “a nação russa se tornou um dos maiores grupos étnicos no mundo dividido por fronteiras”¹³¹ (Putin, 2014a tradução da autora). Dessa forma, a Rússia se considera a nação dos russos étnicos e a protetora de seus interesses, sendo-lhe legítimo buscar reunificar as terras da “Rússia histórica” (Putin, 2022a; Tabachnik, 2020, p. 306–307; Teper, 2016, p. 6). Essa perspectiva se conecta às dimensões espacial e emocional da narrativa russa, em que se prioriza os espaços que já fizeram parte do território russo no passado e ressalta o vínculo civilizacional que une os povos da diáspora russa e deve ser preservado.

Nesse contexto, a Ucrânia é comumente enquadrada em um discurso de fraternidade, derivado da ideia de “mundo russo” e de união dos povos eslavos: “Nossos laços espirituais, humanos e civilizacionais foram formados há séculos e têm origem nas mesmas fontes, sendo fortalecidos por provações, conquistas e vitórias comuns. [...] Está nos corações e na memória das pessoas que vivem na Rússia e na Ucrânia modernas, nos laços de sangue que unem milhões de nossas famílias”¹³² (Putin, 2021a tradução da autora). A ideia do “mundo russo” tem raiz na ideologia imperial conhecida como “*all-Russian nation*” ou “nação trina russa”, que faz referência à cultura eslava e a comunidade medieval *Kyivan Rus'*, centro da cristandade ortodoxa dos eslavos orientais, e abarca os bielorrussos (russos brancos), ucranianos (russos pequenos) e os russos (grandes russos) (Putin, 2021b). Essa narrativa dá suporte a uma espécie de comunidade imaginada, que inclui as diásporas russas e outros povos que mantêm a cultura, tradição, língua e religiões russas, colocando a Rússia em uma posição de centralidade no espaço pós-soviético e dando azo a pretensões intervencionistas que enfraquecem a soberania dos demais países na região (Freire, 2022, p. 36; Rotaru; Troncotă, 2017, p. 333; Suslov, 2018; Tabachnik, 2020, p. 301).

¹³⁰ No original: “But in 1991, all those territories, and, which is more important, people, found themselves abroad overnight, taken away, this time indeed, from their historical motherland”.

¹³¹ No original: “the Russian nation became one of the biggest, if not the biggest ethnic group in the world to be divided by borders”.

¹³² No original: “Our spiritual, human and civilizational ties formed for centuries and have their origins in the same sources, they have been hardened by common trials, achievements and victories. [...] It is in the hearts and the memory of people living in modern Russia and Ukraine, in the blood ties that unite millions of our families”.

Por isso, esse espaço, com o tempo, acabou se tornando parte da identidade russa como grande potência (dimensões temporal, espacial e normativa), ligada à possibilidade de que esta teria uma responsabilidade especial de lidar com as incertezas das mudanças na região (Freire, 2022, p. 28; Kazharski; Kubová, 2021; Toal, 2017). Segundo Casula (2017), a consequência é uma posição que enfraquece a soberania das antigas repúblicas soviéticas, de modo a preservar influência russa sobre esses territórios. Entretanto, o pressuposto de uma suposta unidade cultural entre os povos eslavos orientais-do leste, com a desconsideração do caráter multinacional do império e da União Soviética, também acaba obstando o desenvolvimento de uma identidade nacional cívica da Federação Russa e isso deu suporte ao argumento de que esses estados tendiam a ser reunificados no futuro, assim como na medieval *Kyivan Rus'* (Kuzio, 2001).

Por outro lado, do ponto de vista relacional e temporal, a visão russa sobre o país passa a ser marcada pela dissonância, com uma diferenciação entre o povo ucraniano em geral e o governo no poder, este supostamente cooptado por forças externas e grupos de extrema direita, o que passa a justificar uma lógica de rivalidade e, posteriormente, de confrontação (Freire, 2022, p. 37). Essa narrativa também encontra paralelo na memória histórica russa. Apesar da contestação da existência de grupos neonazistas na Ucrânia, essa linha narrativa, além de buscar desumanizar o oponente, visa reforçar a ideia de retorno da ameaça nazista, considerando que durante a Grande Guerra Patriótica, em 1941, nacionalistas ucranianos se aliaram às forças alemãs para resistir às tropas soviéticas¹³³ (Delanty, 2023, p. 15; Ferraro, 2022, p. 36; Freire, 2022, p. 37; Tabachnik, 2020, p. 302). Essa interpretação permite que o Ocidente seja considerado o “outro”, que vem plantando discórdia e dividindo povos irmãos, enquanto a Ucrânia é tida como parte do “eu” russo, membro da geografia imaginada da “Rússia histórica”.

Sobre a independência da Ucrânia, apesar de se acentuar a ideia de uma “aceitação da nova realidade geopolítica” formada a partir da dissolução da União Soviética, percebe-se que esse reconhecimento sempre foi qualificado. Tanto que se ressalta a ideia de que a soberania ucraniana dependeria de uma parceria com a Rússia (Putin, 2021a). Tor Bukkvoll (2016, p. 268–269) ressalta a existência de um consenso dentro da elite política russa de que se pressupunha um posicionamento favorável à Rússia por parte dos ucranianos, o qual teria passado a ser ameaçado pelos desenvolvimentos que tomaram lugar no país desde 2004, cuja

¹³³ A complexidade desse episódio e sua memória histórica na sociedade ucraniana moderna podem explicar a permanência do uso de símbolos associados à extrema direita por membros do lado ucraniano (Delanty, 2023, p. 15).

mudança era atribuída à ideia de interferências do Ocidente. Similarmente, Gotz e Staun (2022, p. 486–487) ressaltam o entendimento de que a Ucrânia seria o país mais importante para a Rússia no espaço pós-soviético, sendo considerado como parte da “esfera de influência natural do país”.

Do ponto de vista normativo e emocional, percebe-se uma ênfase na ideia de a Rússia estar “do lado” da justiça. De acordo com Bukkvoll (2016, p. 273), trata-se de uma tradição política e jurídica do país de dar prevalência ao que se percebe como justo em detrimento mesmo daquilo que é estabelecido como legal, como os diversos acordos que prevêm o respeito à integridade territorial ucraniana. Mesmo na narrativa isso fica evidente, pois em diversas ocasiões, ao se enfatizar essas disposições legais, se contrapõe a outros aspectos apontados como mais importantes, como por exemplo, a capacidade de proteger a Criméia, como território estratégico, do domínio de terceiros (Putin, 2014a), o direito dos povos que vivem em Donbass de permanecer ali e continuar “falando a própria língua e preservar sua cultura e tradições” (Putin, 2022a) e, posteriormente, ampliando essa ideia para que se respeite o desejo de todos aqueles que queiram voltar a fazer parte do “seu verdadeiro lar histórico” (a Rússia) (Putin, 2022d). A Rússia se descreve como defensora da “verdade e da justiça” (Putin, 2014b), como aquela que “diz a verdade aos povos estrangeiros” (Putin, 2014b), como defensora dos princípios da justiça e da confiança nas relações internacionais (Putin, 2016), defensora da verdade histórica (Putin, 2020, 2023a), que aqueles envolvidos na “operação militar especial” na Ucrânia estão lutando pela defesa da “verdade e da justiça” (Putin, 2023a).

As noções de justiça e de verdade também são frequentemente levantadas pela narrativa. De um lado, são apontadas como justificativas à união da nação, ao suporte da população às ações do governo russo, de sua disposição em defender o país contra ameaças externas e internas, ressaltando a ideia de que “ter a justiça e a verdade do nosso lado é o que nos torna verdadeiramente fortes”¹³⁴ (Putin, 2022b tradução da autora) e de que “a verdade está do nosso lado”¹³⁵ (Putin, 2023a tradução da autora). Por outro, visam enfatizar a superioridade e a moralidade da causa russa em face das ações do Ocidente, que é, por sua vez, descrito como manipulador, falso, traidor, mentiroso, enganador e hipócrita. Por exemplo, afirma-se que os EUA são “o império das mentiras” (Putin, 2022b) e que “as elites ocidentais tornaram-se um símbolo de mentiras totais e sem princípios”¹³⁶ (Putin, 2023a tradução da autora). Ações também são condenadas, como com relação a alegada busca de solução pacífica do conflito

¹³⁴ No original: “having justice and truth on our side is what makes us truly strong”.

¹³⁵ No original: “the truth is on our side”.

¹³⁶ No original: “the Western elites have become a symbol of total, unprincipled lies”.

com a Ucrânia (Putin, 2014a, 2022b, 2023a), da promessa de não expansão oriental da OTAN (Putin, 2022b, 2022d), na criação de pretextos para sancionar a Rússia, buscando conter suas capacidades, na campanha informacional anti-Rússia (Putin, 2022d). Essas descrições acentuam a crescente oposição ao Ocidente ao longo dos anos e a consolidação de uma lógica de confrontação.

Além disso, na esfera relacional e emocional, sobressai um senso de vitimização russo, da criação de uma imagem do Ocidente como opressor e uma ênfase à narrativas de humilhação (Fusiek, 2022, p. 110). Após o colapso da União Soviética, pressupunha-se que a Rússia passaria a ser tratada como parceira igualitária nos assuntos internacionais, principalmente ante o pressuposto de que os soviéticos não saíram derrotados na Guerra Fria, mas optaram por uma mudança política que julgaram mais vantajosa aos seus interesses (Tabachnik, 2020, p. 306). Na narrativa, por exemplo, há reiteradas menções a desconsiderações das preocupações securitárias e dos interesses russos e da sua exclusão da tomada de importantes decisões internacionais, questões enfatizadas pela continuada expansão da OTAN (integrando aliados históricos) em direção às fronteiras russas, as quais agravaram a percepção de uma falta de reconhecimento do *status* russo de grande potência e da usurpação de uma posição de parceria igualitária na ordem internacional (Freire, 2017; Hunter, 2022, p. 10–11; 14; Matveeva, 2018, p. 5–6). Isto, somado a empreitada dos Estados Unidos por uma hegemonia unilateral levaram a um paulatino endurecimento do discurso russo e da percepção daquele como inimigo (Narozhna, 2021).

Esse antagonismo também é acentuado no campo normativo, com a Rússia buscando se firmar como uma alternativa moralmente superior ao discurso do Ocidente. A ênfase da defesa de valores considerados “tradicionais”, ligados a questões como família, gênero, religião e a centralidade do estado, os quais têm sido reafirmados como pilares de uma distinta civilização (Matveeva, 2018, p. 9; Tabachnik, 2020, p. 310–311). Isso também se evidencia na disseminação da ideia de fracasso dos modelos liberais de desenvolvimento e de falência da ordem ocidental, em razão de ações contra as bases do sistema internacional moderno, como a promoção de conflitos com propósitos humanitários e interpretações dúbias das normas internacionais (Hansen, 2016). Como ressalta Alexander Tabachnik (2020, p. 311), no contexto autoritário russo, com a restrição da liberdade de expressão e ausência de uma sociedade civil forte e de imprensa livre, a capacidade de criação de mitos pela elite política acaba sendo beneficiada, o que torna a disseminação de sua posição mais efetiva.

Essa noção da existência de “padrões-duplos” e de erosão da ordem internacional por parte do Ocidente subjaz os argumentos russos com base na reunificação as Alemanha, no

precedente de Kosovo e nas intervenções do Ocidente no Afeganistão, Iraque e Líbia, os quais são usados para construir de uma narrativa de legitimação, inspirada em princípios como a intervenção humanitária e a autodeterminação dos povos, para os casos da Criméia e de Donbass (Rotaru; Troncotă, 2017, p. 331–332). Defende-se a ideia de que a população nessas regiões, majoritariamente constituída por uma diáspora russa, passou a ser ameaçada e alvo de perseguições e ataques por parte do governo ucraniano após “a tomada de poder ilegal em Kiev”, em 2014, o que os levou a pedir pela ajuda russa, o qual não podia ser ignorado, pois tal postura representaria uma espécie de traição (Putin, 2014a). Esse tipo de discurso de legitimação alternativo, calcado no direito internacional, muitas vezes se entrelaça a argumentos voltados a uma reinterpretação da memória histórica para justificar ações controversas ao público doméstico e lhes imprimir ao menos uma aparência de legalidade (Becker, 2018, p. 58–59; Rotaru; Troncotă, 2017, p. 336–337). Esse aspecto se mostra coerente com a representação da Rússia como defensora de uma ordem internacional igualitária, pautada no respeito ao direito internacional e na diversidade global, na dimensão normativa.

Nesse contexto, os conflitos entre Ucrânia e Rússia e entre esta e o Ocidente passaram a ficar cada vez mais entrelaçados, na dimensão relacional, considerando a percepção de que a Ucrânia estaria adotando um caminho cada vez mais distante do tomado pela Rússia, principalmente quanto a orientações políticas e culturais (Delanty, 2023, p. 6–7). Vale lembrar que, como apontado no capítulo 2, a Rússia tem passado a se perceber como parte da Eurásia, ao se colocar na posição de potência do Pacífico, e que seus conceitos de democracia e de soberania vão de encontro à compreensão amplamente difundida no Ocidente, partindo de concepções muito singularistas¹³⁷.

Entretanto, não se pode descurar do significativo uso seletivo de argumentos históricos, o que se coaduna com a tendência apresentada pela dimensão temporal da narrativa, principalmente como prisma para interpretar o presente e inferir lições para ações futuras, servindo, desse modo, ao propósito de justificar perspectivas e ações políticas (Rotaru; Troncotă, 2017; Spiessens, 2019; Teper, 2016). A narrativa do conflito com a Ucrânia apresenta um significativo grau de alusões históricas e de reinterpretação da memória política, o que já se mostrava presente na narrativa dominante do país, como as várias menções à Segunda Guerra Mundial ou Grande Guerra Patriótica, como é chamada na Rússia.

¹³⁷ Para uma explicação mais profunda sobre as peculiaridades desses conceitos na Rússia, vide Ivan Krastev (2006).

Por outro lado, essa instrumentalização de narrativas históricas convenientes acaba se mostrando de positivo potencial estratégico, porque essa flexibilidade ou amplitude identitária faz com que algum elemento da narrativa biográfica ressoe com diferentes segmentos da população. Exemplo disso é o apoio considerável da acessão da Criméia e da política russa com relação à Ucrânia. De acordo com o *Levada Center*, em 2021, cerca de 86% da população russa aprovava a acessão da Criméia, enquanto apenas cerca de 9% não, índices que têm permanecido estáveis desde 2014 (Levada Center, 2021). As ações da Rússia na Ucrânia também tem tido um nível constante de suporte da população, desde fevereiro de 2022, de cerca de 74% a favor e apenas 18% contra (Levada Center, 2023). Mas sempre há o risco que essa instrumentalização histórica na política externa leve a um conflito entre as interpretações subjetivas sobre um eventos por diferentes lados (Rotaru; Troncotă, 2017, p. 337).

É importante ressaltar que, considerado o controle crescente do espaço informacional na Rússia, a preservação da estabilidade e da legitimidade política do regime acabam sendo facilitadas. Pesquisas demonstram que, nas últimas décadas, a televisão, majoritariamente controlada pelo estado, encontra-se entre as fontes de informação mais importantes e confiáveis para a população, cuja popularidade se mantém acima dos 60% há mais de dez anos (Levada Center, 2022; Tabachnik, 2020, p. 312). A própria confiabilidade nessas pesquisas é debatida, com a conclusão de que há uma tendência significativa de as pessoas buscarem responder àquilo que se imagina que as autoridades queiram que seja dito e não o que realmente pensam. Entretanto, entende-se que isso não retira totalmente o poder explicativo de suas conclusões, pois acabam demonstrando aquilo que se considera uma espécie de crença comum sobre a narrativa dominante na sociedade (Bukkvoll, 2016, p. 270).

Pode-se perceber que a versão russa sobre o conflito articula diversos aspectos das dimensões da narrativa biográfica russa, mantendo um significativo grau de continuidade com as concepções predominantes. Também demonstra tentativas de securitização da memória na dimensão temporal, principalmente para estabelecer uma narrativa específica sobre a relação entre russos e ucranianos e os eventos marcantes relacionados, de modo a construir uma noção de continuidade histórica e de legitimidade ao intento de reunificação de terras consideradas como historicamente russas. Ao mesmo tempo, essa abordagem acaba silenciando aspectos importantes da história, com relevo àqueles que poderiam ter um reflexo negativo na percepção das ações do país, como os crimes do regime soviético cometidos em território ucraniano e a desconsideração da perspectiva de outros povos que habitam a região, como os tártaros.

Em suma, percebe-se que, mais do que a ameaça física da instalação de bases militares e da importância geopolítica da região, são reafirmadas as noções das dimensões espacial,

relacional e material, ou seja, de que o espaço pós-soviético integra uma geografia imaginada indissociável à história e à identidade da Rússia. Esse território é identificado como um repositório de significado do que constitui o “mundo russo” (*Russkii mir*), que se refere aos russos étnicos e pressupõe seu direito legítimo de viver sob um mesmo país, noção que confere prioridade absoluta à região no âmbito da política externa russa (Akchurina; Della Sala, 2018; Bayly, 2015).

Logo, os discursos analisados apontam que a narrativa biográfica russa compreende a Ucrânia como parte essencial de sua identidade como grande potência, pelos fortes vínculos compartilhados, de modo que sua filiação ao Ocidente, mais do que uma ameaça física, representa um ataque direto à segurança ontológica da Rússia. Essa perspectiva faz com que a acessão da Criméia e as ações militares em território ucraniano se mostrem coerentes e até necessárias à manutenção do senso de segurança ontológica, em conformidade com as dimensões da narrativa biográfica dominante. Também acentua uma postura de confrontação com o Ocidente, que passa a ser considerado um inimigo e o responsável último pelos conflitos com os ucranianos, por sua busca incessante por minar o poder e o prestígio da Rússia no mundo político.

3.4 CONCLUSÃO

O conflito russo-ucraniano não pode ser analisado em um contexto isolado. Diversos eventos na relação entre Ucrânia e Rússia, bem como em seu entorno, precisam ser considerados para uma compreensão acurada dos fundamentos da política externa russa com seu vizinho. Igualmente, as ações de atores externos na região, como a OTAN, foram determinantes à percepção de ameaça por parte da Rússia. Assim, tanto a intervenção no conflito na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, com a anexação da península da Criméia, em 2014, apesar das particularidades de cada caso, não podem ser desvinculadas, tendo em vista a ameaça representada pela intromissão do Ocidente em países pertencentes ao que se entende como área de influência russa e, portanto, linha vermelha de sua segurança.

A reconstrução da narrativa sobre o conflito, a partir da análise dos discursos de Vladimir Putin, permitiu identificar um reforço à autodescrição da Rússia como grande potência, com responsabilidades e privilégios como um dos polos de poder da ordem multipolar. A expansão da OTAN em direção às fronteiras russas, integrando aliados históricos, é considerada manifestação da recusa ocidental em reconhecer esse *status*. Esta também é considerada fruto de uma continuada política secular de contenção das capacidades do país, que passou a envolver, inclusive, a manipulação dos governos ucranianos em prol de

criação de uma oposição antinatural à Rússia, a despeito de sua unidade étnica e vínculos históricos comuns, os quais fazem com que ambos sejam considerados como um único povo.

As alusões à lembrança histórica reforçam a noção de uma Rússia milenar, grandiosa e poderosa. A Criméia e Sevastopol são atrelados à narrativa biográfica como materializações desse passado vitorioso e sagrado no presente, sendo construídos como espaços ônticos que reforçam o senso de estabilidade narrativa em face das crises e da multiplicidade de perspectivas sobre o conflito que ameaçam minar a segurança ontológica russa. Essas referências contribuem na identificação social com as representações dominantes e visam ampliar a legitimidade das ações estatais, principalmente perante a esfera doméstica. De certa forma, o significativo suporte da população às medidas do governo, desde 2014, pode servir de indício da ressonância dessas interpretações históricas em meio à sociedade russa.

Assim, a acessão da Criméia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, com o propósito de proteção de sua diáspora, da herança histórica compartilhada por todos os povos eslavos orientais e de reunificação de seus territórios históricos (que se corporificam na geografia imaginada que situa a narrativa russa no tempo e no espaço) se coadunam com as representações dominantes na narrativa biográfica do país. Percebe-se um significativo grau de coerência narrativa, de modo que se pode presumir que as percepções e ações russas narradas se mostram apropriadas e aceitáveis, no contexto de uma necessidade de busca por segurança ontológica.

Portanto, além de uma ameaça à integridade física e a importância geopolítica da região, o espaço pós-soviético integra uma geografia imaginada indissociável à história da Rússia, que permite a manutenção do senso de continuidade de sua narrativa biográfica após a desintegração da URSS. A Ucrânia, principalmente, é considerada parte do “eu” russo, noção fundamentada por uma narrativa fundacional compartilhada desde a medieval *Kyivan Rus'*. A ideia de uma nacionalidade ucraniana separada é considerada fruto de políticas nacionalistas, que manipulam a história, de modo a criar cisão e rivalidade entre povos irmãos, empreendimento que atualmente é cooptado pelo Ocidente para enfraquecer a Rússia e privá-la de sua zona de influência exclusiva. Por isso, a possibilidade de perda da Ucrânia para o Ocidente representa uma ameaça existencial à Rússia, que faz com que o uso da força se mostre como uma opção não apenas justificável, como necessária à proteção da segurança ontológica russa, sob pena de incorrência ao caos e, em última análise, à dissolução como nação soberana.

CONCLUSÃO

Este trabalho se concentrou em analisar como a identidade influencia a formação da percepção e das respostas securitárias do estado no âmbito da sua política externa. A partir do estudo do caso da Rússia contemporânea, utilizou-se do arcabouço teórico da literatura da segurança ontológica, combinado com o método interpretativo da análise narrativa, para reconstituir as narrativas biográficas predominantes, construídas como instrumento de busca por segurança ontológica, no período entre 2012 e 2023. Então, buscou-se compreender como o conflito russo-ucraniano é representado na narrativa e quais cursos de ação são tidos como apropriados e aceitáveis, de modo a iluminar as motivações e as possibilidades envisionadas.

O primeiro capítulo abordou o objeto de estudo da dissertação, o processo de busca por segurança ontológica. O conceito ressalta a necessidade dos entes de administrar ansiedades existenciais por meio da manutenção de um senso de constância do ser, o qual permite impor uma ordem cognitiva para navegar pelas incertezas do mundo social. A construção de narrativas biográficas se mostra como o principal instrumento nesse processo, razão pela qual elas são o foco teórico-metodológico. O estudo logrou identificar suas seis dimensões constitutivas (temporal, espacial, material, relacional, emocional e normativa), que servem de base à operacionalização conceitual da análise em conjunto com o método qualitativo-interpretativo de análise narrativa. Esta operacionalização constitui uma importante contribuição desta pesquisa à literatura de segurança ontológica, permitindo conciliar as diversas perspectivas desenvolvidas ao longo dos anos, que costumam analisá-las de forma separada. Assim, representa um esforço em direção à compreensão da complexidade inerente ao fenômeno, permitindo o desenvolvimento de futuras análises empíricas na temática.

Sobre às contribuições empíricas deste trabalho, os achados confirmam que a identidade, refletida na narrativa biográfica construída, tem um papel central no processo de busca por segurança ontológica, impactando as percepções e ações externas. A partir da reconstrução da narrativa russa e análise de suas dimensões, apresentadas no segundo capítulo, pode-se perceber que o país possui baixas capacidades reflexivas, que se mostraram incapazes de refletir as mudanças estruturais, geradas pela dissolução da União Soviética, na sua autodescrição. Há uma ênfase na manutenção do *status* de grande potência e uma resignação com a falta de reconhecimento externo deste atributo, com a mudança sendo interpretada como uma ameaça existencial. A consequência é a redução do leque de ações tidas como apropriadas e aceitáveis, com o apego a narrativas e rotinas, que se reflete na crescente conflitividade e antagonismo nas relações com os Estados Unidos e os países europeus.

Ainda se evidencia a fragilidade da narrativa biográfica, considerando a dificuldade de adaptação às mudanças do ambiente social e a utilização de construções imaginárias para justificar a manutenção de certos atributos identitários, o que constrange a capacidade de ação do país. O papel central da história foi corroborado pela análise, a qual serve tanto como uma explicação das ações russas, como um elemento essencial de todas as dimensões da narrativa biográfica russa. Entretanto, esse acentuado uso seletivo da lembrança histórica, com contornos de securitização da memória, coloca em risco a sustentabilidade dessas narrativas a longo prazo, cuja legitimidade política depende da sua aceitação social.

No que concerne ao estudo da representação do conflito russo-ucraniano na narrativa biográfica dominante, realizado no terceiro capítulo, foi possível confirmar o argumento de pesquisa, desvelando que as percepções e as ações da Rússia têm se pautado em uma lógica de busca por segurança ontológica. O apego a rotinas e narrativas que acentuam o papel da Ucrânia como integrante da identidade russa como grande potência fazem com que a possibilidade de sua perda para o Ocidente represente uma ameaça existencial à Rússia, o que demanda a adoção de ações extraordinárias para evitar tal distopia, ou seja, o uso da força. De mesma forma, a decisão de acessão da Criméia parece indicar a busca pela satisfação de necessidades securitárias ontológicas, como medida defensiva, vez que com a reapropriação desse local como espaço ôntico se possibilita o ancoramento da narrativa biográfica no ambiente material, em prol de promover uma estabilização e a proteção contra situações críticas. Portanto, a partir da interpretação da história, evidencia-se uma congruência entre a narrativa dominante e a forma que o conflito é retratado, com o reforço da concepção de uma Rússia milenar, grandiosa, poderosa, mas menosprezada. Assim, pode-se presumir que as concepções identitárias influenciam a construção de significado e o comportamento estatal, não se tratando apenas de uma busca por proteção da integridade física e da influência geopolítica do país.

Como limitações, tem-se que, em razão da natureza da pesquisa, de cunho interpretativo, os resultados se subscrevem ao contexto da produção de significado, não sendo passíveis de generalização, como nas metodologias positivistas. Essa questão não diminui a importância dos achados, com a qualidade do conhecimento produzido diretamente relacionada a uma descrição robusta, sistemática e reflexiva dos eventos com base na contextualidade. Além disso, em razão do foco na narrativa biográfica dominante, produzida pelo discurso público oficial do chefe de estado e em materiais traduzidos, o estudo produziu um retrato menos profundo e nuançado do fenômeno estudado, pois deixa de capturar a realidade do complexo e contestado processo de construção das narrativas sociais, por desconsiderar as

narrativas produzidas em outros âmbitos e aquelas marginalizadas ou divergentes. A reduzida perspectiva temporal também não se mostra a mais adequada para o estudo da narrativa biográfica, que, sendo uma autodescrição da identidade estatal, costuma levar tempo para se desenvolver. Outro fator a ser destacado é que, embora se tenha recorrido à uma extensa pesquisa da literatura, com a inclusão das principais referências da área de segurança ontológica nas RI, não foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas principais bases de dados científicas, o que gera uma amostra que pode não refletir o panorama atual das pesquisas, para a discussão de todas as óticas pelas quais o conceito tem sido estudado.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos a partir de uma perspectiva temporal mais ampla e com a inclusão de diferentes fontes de análise, que se mostra mais adequada ao estudo de um processo complexo como o de construção de narrativas biográficas. Vislumbra-se, ainda, estudos com o emprego de técnicas de comparação de narrativas, como a inclusão do elemento narrativo multiplicidade, para possibilitar a observação de mudanças e de continuidades ao longo do tempo, além de uma mensuração mais fidedigna da influência do contexto social no processo. Também se recomenda a realização de trabalhos com a ampliação dos atores estudados e/ou a consideração de outros níveis de análise, com uma análise de uma gama maior de fontes primárias, em sua língua original, os quais podem oferecer uma compreensão mais acurada do fenômeno sob análise. E, por fim, destaca-se a possibilidade de dar continuidade ao estudo da dimensão normativa da narrativa biográfica russa, de modo a aprofundar a compreensão de aspectos específicos, como o uso de termos diversos nos discursos para designar a noção de terra natal. Por exemplo, ora se utilizava a palavra *Motherland*, feminina, que parecia ligada a ideia de nação, mas colocada em uma posição de passividade, como algo a ser protegido; ora se utilizava a palavra *Fatherland*, masculina, que parecia denotar a noção de estado e de força militar, ou seja, em uma posição ativa, como o responsável por agir em benefício ou para proteção. Pode-se perceber que há uma clara conotação de gênero no emprego desses termos, o que merece uma investigação mais aprofundada, mas que fugia ao escopo do trabalho.

REFERÊNCIAS

AKCHURINA, V.; DELLA SALA, V. Russia, Europe and the Ontological Security Dilemma: Narrating the Emerging Eurasian Space. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 70, n. 10, p. 1638–1655, 2018.

AMBROSIO, T.; VANDROVEC, G. Mapping the Geopolitics of the Russian Federation: The Federal Assembly Addresses of Putin and Medvedev. **Geopolitics**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 435–466, 2013.

ANDERSON, B. R. O. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, M. Never the last word: Revisiting data. *In*: ANDREWS, M.; SQUIRE, C.; TAMBOUKOU, M. (org.). **Doing narrative research**. Los Angeles ; London: SAGE, 2008. p. 86–101.

AUCHTER, J. Burial, Reburial, and the Securing of Memory. **Interdisciplinary Political Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 113–137, 2020.

BACON, E. Public Political Narratives: Developing a Neglected Source through the Exploratory Case of Russia in the Putin-Medvedev Era. **Political Studies**, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 768–786, 2012.

BÆKKEN, H.; ENSTAD, J. D. Identity under Siege: Selective Securitization of History in Putin’s Russia. **The Slavonic and East European Review**, [s. l.], v. 98, n. 2, p. 1–20, 2020.

BARNES, J. E. *et al.* **U.S. and Ukraine Search for a New Strategy After Failed Counteroffensive**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/11/us/politics/us-ukraine-war-strategy.html>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BAYLY, M. J. Imperial ontological (in)security: ‘Buffer states’, International Relations and the case of Anglo-Afghan relations, 1808–1878. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 816–840, 2015.

BBC. **Ukraine crisis: Timeline**. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-26248275>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BECKER, D. The Rationality and Emotion of Russian Historical Memory: The Case of Crimea. *In*: RESENDE, E.; BUDRYTÉ, D.; BUHARI-GULMEZ, D. (org.). **Crisis and Change in Post-Cold War Global Politics**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 43–68. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-78589-9_3. Acesso em: 10 jan. 2024.

BERENSKÖTTER, F. Parameters of a national biography. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 262–288, 2014.

BIERSACK, J.; O’LEAR, S. The geopolitics of Russia’s annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy. **Eurasian Geography and Economics**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 247–269, 2014.

BIGG, M. M. **A timeline of the tensions between Russia and Ukraine.** [*S. l.*], 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/18/world/europe/russia-ukraine-timeline.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BILGIC, A.; PILCHER, J. Desires, Fantasies and Hierarchies: Postcolonial Status Anxiety through Ontological Security. **Alternatives: Global, Local, Political**, [*s. l.*], v. 48, n. 1, p. 3–19, 2023.

BILGIN, P. Critical Theory. *In*: WILLIAMS, P. D. (org.). **Security studies: an introduction**. London: Routledge, 2008. p. 89–102.

BLEIKER, R.; HUTCHISON, E. Fear no more: emotions and world politics. **Review of International Studies**, [*s. l.*], v. 34, n. S1, p. 115–135, 2008.

BONDI, L. Feeling insecure: a personal account in a psychoanalytic voice. **Social & Cultural Geography**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 332–350, 2014.

BROWNING, C. S. Brexit, existential anxiety and ontological (in)security. **European Security**, [*s. l.*], v. 27, n. 3, p. 336–355, 2018.

BROWNING, C. S.; JOENNIEMI, P. Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. **Cooperation and Conflict**, [*s. l.*], v. 52, n. 1, p. 31–47, 2017.

BUDRYTE, D.; ALMEIDA RESENDE, E.; BECKER, D. “Defending Memory”: Exploring the Relationship Between Mnemonical In/Security and Crisis in Global Politics. **Interdisciplinary Political Studies**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 5–19, 2020.

BUKKVOLL, T. Why Putin went to war: ideology, interests and decision-making in the Russian use of force in Crimea and Donbas. **Contemporary Politics**, [*s. l.*], v. 22, n. 3, p. 267–282, 2016.

BUNDE, T. *et al.* **Munich Security Report 2021: Between States of Matter - Competition and Cooperation**. Munich: Munich Security Conference, 2021. Disponível em: <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2021/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BUNDE, T. *et al.* **Munich Security Report 2022: Turning the Tide - Unlearning Helplessness**. Munich: Munich Security Conference, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47342/QAWU4724>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BURKHARDT, F. The Institutionalization of Personalism? The Presidency and the President after Putin’s Constitutional Overhaul. **Russian Analytical Digest**, [*s. l.*], v. 250, p. 5–10, 2020.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1998.

CAMPBELL, D. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. Rev.ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CASH, J. The dilemmas of ontological insecurity in a postcolonising Northern Ireland. **Postcolonial Studies**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 387–410, 2017.

CASH, J.; KINNVALL, C. Postcolonial bordering and ontological insecurities. **Postcolonial Studies**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 267–274, 2017.

CASULA, P. Russia's Foreign Policy from the Crimean Crisis to the Middle East: Great Power Gamble or Biopolitics? **Rising Powers Quarterly**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 27–51, 2017.

CASULA, P.; PEROVIĆ, J. Russian Foreign Policy and Identity: Introduction to the Special Section. **Problems of Post-Communism**, [s. l.], v. 66, n. 4, p. 225–226, 2019.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. **War in Ukraine**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/conflict-ukraine>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CHERNOBROV, D. Ontological Security and Public (Mis)Recognition of International Crises: Uncertainty, Political Imagining, and the Self: Ontological Security and (Mis)Recognition. **Political Psychology**, [s. l.], v. 37, n. 5, p. 581–596, 2016.

CHILD, D. **A year of Russia's war in Ukraine: Your simple guide**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/16/after-a-year-of-war-in-ukraine-what-might-happen-next>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CHO, Y. C. State Identity Formation in Constructivist Security Studies: A Suggestive Essay. **Japanese Journal of Political Science**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 299–316, 2012.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Ukraine: Enlargement Policy**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/enlargement/ukraine/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

CRAWFORD, N. C. The Passion of World Politics: Propositions on Emotion and Emotional Relationships. **International Security**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 116–156, 2000.

CROFT, S. Constructing Ontological Insecurity: The Insecuritization of Britain's Muslims. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 219–235, 2012.

CROFT, S.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. Fit for purpose? Fitting ontological security studies 'into' the discipline of International Relations: Towards a vernacular turn. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 12–30, 2017.

CUPAĆ, J. The anxiety dilemma: Locating the Western Balkans in the age of anxiety. **Journal of Regional Security**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 7–38, 2020.

DANILOVA, N. **The Politics of War Commemoration in the UK and Russia**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

DAVID, L. Policing Memory in Bosnia: Ontological Security and International Administration of Memorialization Policies. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 211–225, 2019.

DE BUITRAGO, S. R.; RESENDE, E. The politics of otherness. *In*: EDKINS, J. (org.).

Routledge Handbook of Critical International Relations. Abingdon: Routledge, 2019. p. 179–193. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781317433149/chapters/10.4324/9781315692449-14>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DEACON, C. Perpetual ontological crisis: national division, enduring anxieties and South Korea's discursive relationship with Japan. **European Journal of International Relations**, [s. l.], p. 1–25, 2023.

DELANTY, G. Introduction to the special issue on the Russo-Ukrainian War: A new European war? Considerations on the Russo-Ukrainian War. **European Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 431–449, 2023.

DELEHANTY, W. K.; STEELE, B. J. Engaging the narrative in ontological (in)security theory: insights from feminist IR. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 523–540, 2009.

DUNN, K. C. Historical Representations. In: KLOTZ, A.; PRAKASH, D. (org.). **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. (Research Methods Series). p. 78–92.

EBERLE, J. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], 2017. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/s41268-017-0104-2>. Acesso em: 16 mar. 2023.

EBERLE, J.; HANDL, V. Ontological Security, Civilian Power, and German Foreign Policy Toward Russia. **Foreign Policy Analysis**, [s. l.], p. 1–18, 2018.

EDENBORG, E. Creativity, geopolitics and ontological security: satire on Russia and the war in Ukraine. **Postcolonial Studies**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 294–316, 2017.

EDWARDS, A. “Dear Young Warriors”: Memories of Sacrifice, Debt and Youth Militarisation in Yeltsin's Russia. In: KRAWATZEK, F.; FRIESS, N. (org.). **Youth and Memory in Europe: Defining the Past, Shaping the Future**. Berlin, Boston: De Gruyter, 2022. p. 99–112. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110733501/html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

EJDUS, F. **Crisis and Ontological Insecurity: Serbia's Anxiety over Kosovo's Secession**. Cham: Springer International Publishing, 2020a. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-20667-3>. Acesso em: 22 jan. 2024.

EJDUS, F. **Crisis and Ontological Insecurity: Serbia's Anxiety over Kosovo's Secession**. Cham: Springer International Publishing, 2020b. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-20667-3>. Acesso em: 16 mar. 2023.

EJDUS, F. Critical situations, fundamental questions and ontological insecurity in world politics. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 883–908, 2018.

EJDUS, F. ‘Not a heap of stones’: material environments and ontological security in

international relations. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 23–43, 2017.

ELLERBECK, S. **1 year on: A timeline of the war in Ukraine**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/02/ukraine-war-timeline-one-year/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

EPSTEIN, C. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 327–350, 2011.

FERRARO, V. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Conjuntura Austral**, [s. l.], v. 13, n. 64, p. 25–50, 2022.

FLOCKHART, T. The problem of change in constructivist theory: Ontological security seeking and agent motivation. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 799–820, 2016.

FRANZ, B. Narrative time and International Relations. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 761–783, 2022.

FREAR, M.; MAZEPUS, H. Security, Civilisation and Modernisation: Continuity and Change in the Russian Foreign Policy Discourse. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 73, n. 7, p. 1215–1235, 2021.

FREIRE, M. R. Narrativa Estratégica Russa, Espaço Pós-Soviético e Ucrânia: Regresso ao Passado?. **Nação e Defesa**, [s. l.], n. 162, p. 25–43, 2022.

FREIRE, M. R. Política externa russa no «ínterméstico»: uma abordagem construtivista. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 55, p. 35–49, 2017.

FUSIEK, D. A. Putin's Great Patriotic War: Russia's Securitization of the West and Humiliation Narratives Surrounding the 2022 Invasion of Ukraine. **HAPSc Policy Briefs Series**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 105–113, 2022.

GEBHARD, C. One World, Many Actors. In: MCGLINCHEY, S. (org.). **International relations**. Bristol: E-International Relations Publishing, 2017. p. 32–45.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GÖTZ, E.; STAUN, J. Why Russia attacked Ukraine: Strategic culture and radicalized narratives. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 482–497, 2022.

GRÅBY, I. **Poland: The Historical Underdog and Contemporary Protector of Ukraine: A Narrative Analysis on Ontological Security and Crisis in the Case of Poland**. 2022. 50 f. Dissertation - Swedish Defence University, [s. l.], 2022.

GUSTAFSSON, K.; KRICKEL-CHOI, N. C. Returning to the roots of ontological security: insights from the existentialist anxiety literature. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 26, n. 3, 2020. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066120927073>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HANSEN, F. S. Russia's relations with the West: ontological security through conflict. **Contemporary Politics**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 359–375, 2016.

HANSEN, L. **Security as practice**. London: Routledge, 2006.

HERITAGE, A.; LEE, P. K. **Order, Contestation and Ontological Security-Seeking in the South China Sea**. Cham: Springer International Publishing, 2020. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-34807-6>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HOM, A. R.; STEELE, B. J. Anxiety, time, and ontological security's third-image potential. **International Theory**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 322–336, 2020.

HOPF, T. Identity, legitimacy, and the use of military force: Russia's Great Power identities and military intervention in Abkhazia. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 31, n. S1, p. 225–243, 2005.

HOPF, T. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 171–200, 1998.

HUNTER, R. The Ukraine Crisis: Why and What Now?. **Survival**, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 7–28, 2022.

HUTCHISON, E.; BLEIKER, R. Theorizing emotions in world politics. **International Theory**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 491–514, 2014.

HUYSMANS, J. Security! What do you mean? From de concept to thick signifier. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 226–255, 1998.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **International relations and the problem of difference**. New York: Routledge, 2004.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **CrisisWatch Database**. [S. l.], 2023. Disponível em: [https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/database?location\[\]=72](https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/database?location[]=72). Acesso em: 21 dez. 2023.

JANELIŪNAS, T.; KOJALA, L. External forces and Russian foreign policy: Simulation of identity narratives inside Putin's regime. **International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis**, [s. l.], v. 74, n. 2, p. 258–281, 2019.

JEPPERSON, R. L.; WENDT, A.; KATZENSTEIN, P. J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, P. J. (ed.). **The Culture of National Security**. New York: Columbia University Press, 1996. p. 33–75.

KATZENSTEIN, P. J. Introduction: Alternative Perspectives on National Security. In: KATZENSTEIN, P. J. (ed.). **The Culture of National Security**. New York: Columbia University Press, 1996. p. 1–32.

KAUNERT, C.; PEREIRA, J. de D. EU Eastern Partnership, Ontological Security and EU-

Ukraine/Russian warfare. **Journal of Contemporary European Studies**, [s. l.], p. 1–12, 2023.

KAZHARSKI, A. Civilizations as Ontological Security?: Stories of the Russian Trauma. **Problems of Post-Communism**, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 24–36, 2020.

KAZHARSKI, A.; KUBOVÁ, M. Belarus as a liminal space for Russia's ontological security before and after the 2020 protests. **New Perspectives**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 249–271, 2021.

KINNVALL, C. Feeling ontologically (in)secure: States, traumas and the governing of gendered space. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 90–108, 2017.

KINNVALL, C. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. **Political Psychology**, [s. l.], v. 25, n. 5, p. 741–767, 2004.

KINNVALL, C. Ontological Insecurities and Postcolonial Imaginaries: The Emotional Appeal of Populism. **Humanity & Society**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 523–543, 2018.

KINNVALL, C.; MITZEN, J. An introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 3–11, 2017.

KLOSE, S. Interactionist role theory meets ontological security studies: an exploration of synergies between socio-psychological approaches to the study of international relations. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 851–874, 2020.

KRASTEV, I. “Sovereign Democracy”, Russian-Style. **Insight Turkey**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 113–117, 2006.

KRICKEL-CHOI, Nina C. State personhood and ontological security as a framework of existence: moving beyond identity, discovering sovereignty. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], p. 1–19, 2022.

KRICKEL-CHOI, Nina C. The Concept of Anxiety in Ontological Security Studies. **International Studies Review**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. viac013, 2022.

KRICKEL-CHOI, N. C.; CHEN, C.-C. Defending the islands, defending the self: Taiwan, sovereignty and the origin of the Diaoyu/Senkaku Islands dispute as ontological security-seeking. **The Pacific Review**, [s. l.], p. 1–27, 2023.

KRICKEL-CHOI, N. C.; CHEN, C.-C.; BUKH, A. Embodying the state differently in a Westphalian world: an ontological exit for the Diaoyu/Senkaku Islands dispute. **Third World Quarterly**, [s. l.], p. 1–19, 2022.

KROLIKOWSKI, A. State Personhood in Ontological Security Theories of International Relations and Chinese Nationalism: A Sceptical View. **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 109–133, 2008.

KUZIO, T. Historiography and National Identity among the Eastern Slavs: Towards a New Framework. **National Identities**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 109–132, 2001.

KUZIO, T. Russia–Ukraine Crisis: The Blame Game, Geopolitics and National Identity. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 70, n. 3, p. 462–473, 2018.

LAING, R. D. **The Divided Self: An Existential Study in Sanity and Madness**. London: Penguin Books, 1990.

LEVADA CENTER. **Conflict with Ukraine: estimates of November 2023**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.levada.ru/2023/12/08/konflikt-s-ukrainoj-otsenki-noyabrya-2023-goda/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LEVADA CENTER. **Krym (Crimeia)**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.levada.ru/2021/04/26/krym/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LEVADA CENTER. **Main sources of information of Russians**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.levada.ru/2022/11/03/osnovnye-istochniki-informatsii-rossiyan/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LUPOVICI, A. Ontological dissonance, clashing identities, and Israel's unilateral steps towards the Palestinians. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 809–833, 2012.

MALINOVA, O. Legitimizing Putin's Regime. **Communist and Post-Communist Studies**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 52–75, 2022.

MALINOVA, O. Political Uses of the Great Patriotic War in Post-Soviet Russia from Yeltsin to Putin. In: FEDOR, J. *et al.* (org.). **War and Memory in Russia, Ukraine and Belarus**. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 43. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-66523-8>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MÄLKSOO, M. 'Memory must be defended': Beyond the politics of mnemonical security. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 221–237, 2015.

MANN, Y. (Re)cycling the Collective Memory of the Great Patriotic War. **The Journal of Slavic Military Studies**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 508–513, 2020.

MARPLES, D. R. Introduction: Historical Memory and the Great Patriotic War. **Canadian Slavonic Papers**, [s. l.], v. 54, n. 3–4, p. 285–294, 2012.

MASTERS, J. **Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MATTERN, J. B.; ZARAKOL, A. Hierarchies in World Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 70, n. 3, p. 623–654, 2016.

MATVEEVA, A. Russia's Power Projection after the Ukraine Crisis. **Europe-Asia Studies**, [s. l.], v. 70, n. 5, p. 711–737, 2018.

MCDONALD, M. Constructivism. In: WILLIAMS, P. D. (org.). **Security studies: an introduction**. London: Routledge, 2008. p. 59–72.

MEMORANDUM ON SECURITY ASSURANCES IN CONNECTION WITH UKRAINE'S ACCESSION TO THE TREATY ON THE NON-PROLIFERATION OF NUCLEAR WEAPONS. [S. l.]: United Nations, 1994. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%203007/v3007.pdf>. Acesso em: 12 jan.

2024.

MILLIKEN, J. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 225–254, 1999.

MILOSEVICH, M. **Russia Westpolitik and the European Union**. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2021.

MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B.; ROSELLE, L. Introduction. *In*: MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B.; ROSELLE, L. (org.). **Forging the world: strategic narratives and international relations**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017. p. 1–21.

MITZEN, J. Anxious community: EU as (in)security community. **European Security**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 393–413, 2018.

MITZEN, J. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 341–370, 2006.

NAROZHNA, T. Revisiting the Causes of Russian Foreign Policy Changes: Incoherent Biographical Narrative, Recognition and Russia's Ontological Security-Seeking. **Central European Journal of International and Security Studies**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 56–81, 2021.

NAROZHNA, T. State–society complexes in ontological security-seeking in IR. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 559–583, 2020.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2040 - A More Contested World: Global Trends**. Washington: National Intelligence Council, 2021. Disponível em: www.dni.gov/nic/globaltrends. Acesso em: 16 mar. 2023.

NAVARI, C. Liberalism. *In*: WILLIAMS, P. D. (org.). **Security studies: an introduction**. London: Routledge, 2008. p. 29–43.

NESBITT-LARKING, P. The Ideological Work of Narratives: Book Review Essay. **Political Psychology**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 571–578, 2017.

NEUMANN, I. B. Self and Other in International Relations. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 139–174, 1996.

NOLL, A. **What you need to know about the Ukraine-Russia crisis**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://p.dw.com/p/477XW>. Acesso em: 12 jan. 2024.

OTAN. **Relations with Ukraine**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37750.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

PATTERSON, M.; MONROE, K. R. Narrative in Political Science. **Annual Review of Political Science**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 315–331, 1998.

PEOPLES, C.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Critical security studies: an introduction**. 3. ed. Abingdon: Routledge, Taylor & Francis Group, 2021.

PEREIRA, A. E.; BLANCO, R. **Teorias Contemporâneas de Relações Internacionais**. Curitiba: InterSaber, 2021.

PRATT, S. F. A Relational View of Ontological Security in International Relations. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 61, p. 78–85, 2016.

PUTIN, V. **Address by the President of the Russian Federation 1**. [S. l.], 2022a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/67828>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PUTIN, V. **Address by the President of the Russian Federation 2**. [S. l.], 2022b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/67843>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PUTIN, V. **Address by the President of the Russian Federation 3**. [S. l.], 2022c. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/69390>. Acesso em: 21 dez. 2023.

PUTIN, V. **Address by President of the Russian Federation**. [S. l.], 2014a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/20603>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PUTIN, V. **Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2012a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/17118>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Inauguration Speech**. [S. l.], 2012b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/15224>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Inauguration Speech**. [S. l.], 2018a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/57416>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **On the Historical Unity of Russians and Ukrainians**. [S. l.], 2021a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/6618>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PUTIN, V. **Presidential Address to Federal Assembly**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/59863>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to Federal Assembly**. [S. l.], 2023a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/70565>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/19825>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2014b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/47173>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/50864>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/53379>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2018b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/56957>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2020. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/62582>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2021b. Disponível em:

<http://en.kremlin.ru/d/65418>. Acesso em: 10 out. 2023.

PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. [S. l.], 2023b. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/47173>. Acesso em: 19 out. 2023.

PUTIN, V. **Signing of treaties on accession of Donetsk and Lugansk people's republics and Zaporozhye and Kherson regions to Russia**. [S. l.], 2022d. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/d/69465>. Acesso em: 21 dez. 2023.

RAY, M. **Russia-Ukraine War**. In: BRITANNICA ONLINE ENCYCLOPEDIA. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/2022-Russian-invasion-of-Ukraine>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ROBERTS, K. Understanding Putin: The politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. **International Journal: Canada's Journal of Global Policy Analysis**, [s. l.], v. 72, n. 1, p. 28–55, 2017.

ROJAS, C. Contesting the Colonial Logics of the International: Toward a Relational Politics for the Pluriverse. **International Political Sociology**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 369–382, 2016.

ROSSDALE, C. Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. **International Political Sociology**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 369–386, 2015.

ROTARU, V.; TRONCOTĂ, M. Continuity and change in instrumentalizing 'The Precedent'. How Russia uses Kosovo to legitimize the annexation of Crimea. **Southeast European and Black Sea Studies**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 325–345, 2017.

ROUHIER-WILLOUGHBY, J. Victory Day Celebrations: Memory and Validation. **Folklorica**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 24–34, 2003.

RUMELILI, B. Breaking with Europe's pasts: memory, reconciliation, and ontological (In)security. **European Security**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 280–295, 2018.

RUMELILI, B. Identity and desecuritisation: the pitfalls of conflating ontological and physical security. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 52–74, 2015a.

RUMELILI, B. Integrating anxiety into international relations theory: Hobbes, existentialism, and ontological security. **International Theory**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 257–272, 2020.

RUMELILI, B. Ontological (in)security and peace anxieties: a framework for conflict resolution. In: RUMELILI, B. (org.). **Conflict resolution and ontological security: peace anxieties**. London ; New York: Routledge, 2015b. (PRIO new security studies). p. 10–30.

RUMELILI, B.; ÇELIK, A. B. Ontological insecurity in asymmetric conflicts: Reflections on agonistic peace in Turkey's Kurdish issue. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 279–296, 2017.

RUSSIAN FEDERATION. **The Constitution of the Russian Federation**. [S. l.], 1993. Disponível em: <http://constitution.ru/en/10003000-01.htm>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed.

Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHWARTZ-SHEA, P.; YANOW, D. **Interpretive Research Design**. New York: Routledge, 2013. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781136993831>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SHENHAV, S. R. **Analyzing social narratives**. New York: Routledge, 2015. (Routledge Series on Interpretive Methods, v. 3).

SIDDI, M. **European Identities and Foreign Policy Discourses on Russia: From the Ukraine to the Syrian Crisis**. Abingdon: Routledge, 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315315157>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SIDDI, M. The Ukraine crisis and European memory politics of the Second World War. **European Politics and Society**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 465–479, 2017.

SMITH, S. The increasing insecurity of security studies: Conceptualizing security in the last twenty years. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 72–101, 1999.

SPIESSENS, A. Deep memory during the Crimean crisis: References to the Great Patriotic War in Russian news translation. **Target. International Journal of Translation Studies**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 398–419, 2019.

STATE STATISTICS COMMITTEE OF UKRAINE. **About number and composition population of Ukraine by data All-Ukrainian census of the population 2001**. [S. l.], 2001. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041031064500/http://www.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

STEELE, B. J. Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 31, p. 519–540, 2005.

STEELE, B. J. **Ontological Security in International Relations: Self-Identity and the IR State**. Abingdon: Routledge, 2008. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781135980092>. Acesso em: 16 mar. 2023.

STEELE, B. J. Welcome home! Routines, ontological insecurity and the politics of US military reunion videos. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 322–343, 2019.

STEELE, B. J.; HOMOLAR, A. Ontological insecurities and the politics of contemporary populism. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 214–221, 2019.

STOICESCU, K. **Dialogue with Russia. Russia Needs to Reset Relations with the West**. Tallinn: International Centre for Defence and Security, 2021. Disponível em: <https://icds.ee/en/dialogue-with-russia/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SUBOTIĆ, J. Narrative, Ontological Security, and Foreign Policy Change. **Foreign Policy Analysis**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 610–627, 2016.

SUBOTIĆ, J. Political memory, ontological security, and Holocaust remembrance in post-communist Europe. **European Security**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 296–313, 2018.

SULLIVAN, B. **Russia's at war with Ukraine. Here's how we got here.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/02/12/1080205477/history-ukraine-russia>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SUSLOV, M. "Russian World" Concept: Post-Soviet Geopolitical Ideology and the Logic of "Spheres of Influence". **Geopolitics**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 330–353, 2018.

SZKOLA, S. Trauma or Nostalgia? 'The Past' as Affective Ontological Security Seeking Playground in the South Caucasus. **Interdisciplinary Political Studies**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 21–112, 2020.

TABACHNIK, A. Russian Intervention in Ukraine: History, Identity Politics, and National Consolidation. **Nationalism and Ethnic Politics**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 299–318, 2020.

TEPER, Y. Official Russian identity discourse in light of the annexation of Crimea: national or imperial?. **Post-Soviet Affairs**, [s. l.], v. 32, n. 4, p. 378–396, 2016.

TOAL, G. **Near abroad: Putin, the West and the contest over Ukraine and the Caucasus.** New York: Oxford University Press, 2017.

UMLAND, A. **Reshaping Ukraine's Western Integration.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://en.desk-russie.eu/2022/01/06/reshaping-ukraines-western.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM. **Ukraine.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/369>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VALE, P. The idea of security: A South African tale. In: PILLAY, U.; HAGG, G.; NYAMNJOH, F. (org.). **State of the Nation. South Africa 2012-2013.** Pretoria: HSRC Press, 2013. p. 124–140.

VAN RYTHOVEN, E. Learning to feel, learning to fear? Emotions, imaginaries, and limits in the politics of securitization. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 46, n. 5, p. 458–475, 2015.

VAUGHAN-WILLIAMS, N. Border Anxieties: Vernacular Narratives of Ontological (In)Security. In: VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Vernacular Border Security.** Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 132–166. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/39273/chapter/338839352>. Acesso em: 19 abr. 2023.

VIEIRA, M. A. (Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity. **Millennium: Journal of International Studies**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 142–164, 2018.

WALKER, N. **Conflict in Ukraine: A timeline (2014 - eve of 2022 invasion):** Commons Library Research Briefing. London: House of Commons Library, 2023. Research Briefing. Disponível em: <https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-9476/CBP-9476.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

WELDES, J. *et al.* Introduction: Constructiong Insecurity. In: WELDES, J. (org.). **Cultures of Insecurity: States, Communities, and the Production of Danger.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. (Borderlines, v. 14). p. 1–34.

WENDT, A. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Studies in International Relations, v. 67).

WILLIAMS, P. D. Security Studies: An Introduction. *In*: WILLIAMS, P. D. (org.). **Security studies: an introduction**. London ; New York: Routledge, 2008. p. 1–12.

ZARAKOL, A. Ontological (In)security and State Denial of Historical Crimes: Turkey and Japan. **International Relations**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 3–23, 2010.

ZARAKOL, A. States and ontological security: A historical rethinking. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 48–68, 2017.

ZEHFUSS, M. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 315–348, 2001.

ZEVELEV, I. **Russian National Identity and Foreign Policy: CSIS RUSSIA AND EURASIA PROGRAM**. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep23235>. Acesso em: 25 ago. 2021.